

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DANIEL LUCAS DE JESUS OLIVEIRA

**O SILENCIAMENTO DE ELEMENTOS DO PASSADO NA ESTRUTURA DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-
GO E SEUS EVENTOS “RITUALÍSTICOS”**

**GOIÂNIA
2017**



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientador: Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior


Nome completo do autor: Daniel Lucas de Jesus Oliveira

Título do trabalho: O SILENCIAMENTO DE ELEMENTOS DO PASSADO NA ESTRUTURA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO E SEUS EVENTOS "RITUALÍSTICOS"

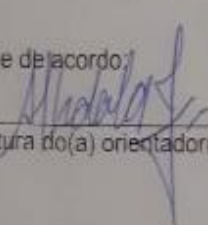
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 09 / 05 / 2020

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Versão atualizada em setembro de 2017.

² A assinatura deve ser escaneada.

DANIEL LUCAS DE JESUS OLIVEIRA

**O SILENCIAMENTO DE ELEMENTOS DO PASSADO NA ESTRUTURA DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-
GO E SEUS EVENTOS “RITUALÍSTICOS”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Goiás.

Linha de Pesquisa: Fronteiras,
Interculturalidades e Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Abdala
Junior

**GOIÂNIA
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Daniel Lucas de Jesus
O Silenciamento De Elementos Do Passado Na Estrutura Da Consciência
Histórica: [manuscrito] - O Caso Da Vila 31 De Março Em Inhumas-Go E
Seus Eventos "Ritualísticos" / Daniel Lucas de Jesus Oliveira. - 2017.
107 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2017.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. História. 2. Memória. 3. Sentido. 4. Orientação. 5. Consciência
Histórica. I. Abdala Júnior, Dr. Roberto, orient. II. Título.

CDU 94

45
PPGH

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UFG

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Daniel Lucas de Oliveira**. Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Daniel Lucas de Oliveira**, cujo título foi "O SILENCIAMENTO DE ELEMENTOS DO PASSADO NA ESTRUTURA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO E SEUS EVENTOS 'RITUALÍSTICOS'". A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº 086/17-PPGH, de 07 de dezembro de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Roberto Abdala Júnior (Presidente)**, **Luís Fernando Cerri (UEPG)**, **Jiani Fernando Langaro (UFG)** e, como Suplentes, **Prof. Dr. Eduardo José Reinato (PUC/GO)** e **Profa. Dra. Ana Lúcia Oliveira Vilela (UFG)**. Os examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16:38 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato APROVADO.

Prof. Dr. **Luís Fernando Cerri (UEPG)**, Ass: Luís Fernando Cerri

Decisão (APROVADO)

Prof. Dr. **Jiani Fernando Langaro (UFG)** Ass: Jiani Fernando Langaro

Decisão (APROVADO)

Presidente da Banca Prof. Dr. **Roberto Abdala Júnior (Presidente)**, Ass: Roberto Abdala Júnior

Decisão (APROVADO)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: Marlon Jeison Salomon

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretário: Cintila Alves Garcia

Cintila Alves Garcia

AGRADECIMENTOS

Fruto da união de Aureliano Cassimiro de Oliveira (*in memorian*) e Deraldina Batista de Oliveira (*in memorian*), filho caçula entre doze irmãos, concretizo mais um sonho coletivo. Deste modo, deixo aqui meus singelos e sinceros agradecimentos a minha família, aos meus irmãos, dos quais a maioria não pôde prosseguir com seus estudos, pois logo na infância se viram debruçados na labutação do campo diante da necessidade de auxiliar uma família de trabalhadores humildes a cuidarem dos seus menores. Aos meus filhos Deivid Lucas Gomes de Oliveira e Clarice Mariano de Oliveira. Espero que no final das contas eu consiga preencher o coraçãozinho de vocês de orgulho. A Jussara Mariano, mãe e companheira de todas as horas. Obrigado pelo carinho e por me apoiar de todas as formas possíveis neste período e, saiba que nunca irei esquecer as inúmeras vezes que me incentivou e me fez acreditar. Por toda a sua ternura, acalanto e apego serei sempre grato. Aos amigos como Clayton Borges, Leonardo Silva e Tulio Fernando pelos esclarecimentos e outras tantas contribuições para a pesquisa. Grato pela clara e espontânea afetividade de Gabriella Goulart e Anna Paula Calazans. De forma muito especial, venho expressar minha gratidão ao amigo Flávio Henrique Silva. Obrigado por estar comigo nos momentos difíceis e nos venturosos. Manifesto também o meu grande carinho e agradecimento a pessoa de Kelly Ribeiro, principalmente, por ter estado ao meu lado nos momentos difíceis em tempos de graduação. Aos meus professores da graduação que diante das dificuldades que enfrentei sempre foram solidários. Em especial, aos professores (as) Dr. Eduardo de Gusmão, Dr. Itelvides José, Dra. Cleusa Teixeira e Dra. Maria Dailza. Ao professor Dr. Rafael Saddi Teixeira por me apresentar o campo da Didática da História e por ser pessoa participativa na elaboração da pesquisa, apontando possíveis caminhos a serem trilhados. Ao meu orientador Dr. Roberto Abdala Junior, do qual me sinto afortunado por ter sido seu aluno e orientando. Obrigado professor pela forma humana como conduziu o processo de elaboração da pesquisa. Indubitavelmente, os ganhos que obtive são indispensáveis para uma vida acadêmica. Por fim, é um misto de gratidão e saudade, pois estes dois anos de esforços e conquistas foi também de perdas imensuráveis. Despedir-se de forma radical e definitiva de pessoas que são parte intrínseca de sua existência, é como despedir-se de parte de você. A minha mãe e a minha causa Deraldina Batista de Oliveira (1936-2015) e a meu irmão Jaime Batista de Oliveira (1957-2016). Amaria com todo o sentimento se por descuido pudessem estar aqui para compartilharmos derradeiros sorrisos. Estejam em paz!

**Poderosa Liberdade
Poderosa liberdade da alma
Seja livre,
Caminhe comigo
Através dos Campos Dourados (Elísio)
Tão fascinante
Graciosamente.**

Trecho traduzido da música “Now We Are Free” de Lisa Gerrard

RESUMO

A presente pesquisa concentrou suas abordagens acerca do conceito da consciência histórica, como objeto de investigação da Didática da História. Com base na ampliação e definição do campo de abordagem desta disciplina científica, discutiu-se a efetuação da narrativa de caráter histórico nos usos públicos desta. O objetivo da pesquisa foi refletir acerca das possibilidades e entraves da investigação histórica, quando em vista os efeitos adversos da memória e sua conveniência para a atribuição de sentido das mudanças temporais. Para tanto, o Golpe Civil-Militar de 1964 e suas práticas foram as bases para as questões levantadas e debatidas neste estudo. Como recorte da pesquisa, realizou-se uma investigação de elementos da ditadura militar que ainda se contrasta com ambientes democráticos, mais especificamente da existência de um bairro localizado na cidade de Inhumas-GO, Vila 31 de Março. A metodologia utilizada foi de natureza tendo em vista o caráter subjetivo da mesma. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se de análise registros iconográficos e documental; bem como a realização de entrevistas. A presente pesquisa se subdivide, pois, em três capítulos. No primeiro, apresenta debates acerca da Didática da História como disciplina científica no Brasil; e, em seguida aspectos da trajetória do objeto de pesquisa por meio de registros iconográficos. O segundo capítulo, traz uma investigação de cunho histórico que evidencia tipologias discursivas de teor político-ideológico, inseridas em um determinado contexto e direcionadas a um público-alvo; e, esclarece sobre a relação entre a intenção da ascensão política e a tentativa de legitimação da dominação, através do discurso apoiado no “mito do progresso”. No terceiro e último capítulo, buscou-se compreender a consciência histórica predominante entre os moradores da Vila 31 de Março em relação à historicidade por meio de uma série de entrevistas e questionários. Concluiu-se a pesquisa destacando que, diante de algumas manifestações da memória sedimentada, da ressignificação e romantização do passado, do silenciamento que camufla as ações pretéritas dos grupos dominantes da região, são por estes e outros motivos que este período da história nacional deve ser debatido de forma abrupta e racional.

Palavras-chave: História. Memória. Sentido. Orientação. Consciência Histórica.

ABSTRACT

The present research focused on the approaches to the historical consciousness as an object of research in the history of Didactic. Basing in the ampliation and definition about the fields and approaches of this scientific discipline, was discussed the effectuation of historical narratives in the public uses of her. The research's goal was to meditate on the possibilities and obstacles of historical investigation, knowing the adverse effects of memory and its convenience to attribution of sense of temporal changes. For this, the 1964 civil-military coup and it's practices was the bases to raised and discussed issues here. As a research clipping, an investigation was carried out on the military dictatorship that still contrasts with democratic environments, specifically in a neighborhood called Vila 31 de março located in the city of Inhumas-GO. The methodology used was of qualitative nature, because of the subjective feature of this work. As an instrument of data collection, it was used the analisys iconographic and documentary register; including interviews. The present research has subdivide, so, in three chapters. In the first, has been present discussion about Historical Didactic as scientific discipline in Brazil; and, after that, aspects of research object trajectory through iconographic registers. The second chapter presents a historical investigation that shows discursive typologies of political-ideological content, in a specific context and oriented to a specific public; and clarifies the relationship between political ascent and the intention to legitimize domination, through the discursive supported by the "myth of progress." In the third and final chapter, we sought to understand the historical consciousness prevalent among the villagers on March 31 on historicity through many interviews and questionnaires. The research is completed with the highlight in some manifestations of the sedimented memory, the resignification and romantization of the past, the silencing that camouflages the past actions of the dominant groups in the region and for that, this national historical period should be debated in a rational and abrupt way.

Key-words: History. Memory. Sense. Orientation. Historical Consciousness

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1: Aniversário da vila 31 de março, 1999.....	28
FIGURA 2: Premiação das competições esportivas. Aniversário da Vila 31 de Março, 1998	29
FIGURA 3: Cerimônia de posse da nova diretoria da Associação de moradores da Vila 31 de Março, 1997.....	34
FIGURA 4: discurso de posse do novo presidente da Associação de moradores da Vila 31 de Março, vulgo “Gaúcho”, 1997.....	35
FIGURA 5: premiações no Aniversário da Vila 31 de Março, 1998	115
FIGURA 6: Banda Marcial da Vila 31 de março desfilando pelas ruas do bairro no dia do Aniversário	37
FIGURA 7: Desfile pelas ruas da Vila 31 de março encabeçado pelos representantes da Associação de moradores da Vila 31 de março, 2001	38
FIGURA 8: ANIVERSÁRIO DA VILA 31 DE MARÇO, 2015.....	39
FIGURA 9: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – 11 de janeiro de 1969, p. 4.....	51
FIGURA 10: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – 19 de março de 1969, p. 4.....	53
FIGURA 11: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – 07 de Fevereiro de 1970, p. 7.....	55
FIGURA 12: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – 1970, p. 7.....	56
FIGURA 13: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Janeiro de 1970, p. 7.....	57
FIGURA 14: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – 07 de Dezembro de 1968, p. 4.....	59
FIGURA 15: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Fevereiro de 1969, p. 6	60
FIGURA 16: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Abril de 1969, p. 6.....	61
FIGURA 17: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Janeiro de 1969, p. 6.....	62
FIGURA 18: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Janeiro de 1969, p. 4.....	63
FIGURA 19: Reportagem do Jornal A Voz Inhumas – Maio de 1969, p. 7	80
FIGURA 20: Modelo de residência de uma Vila Militar.....	85
FIGURA 21: Professora Ana Maria (única sentada ao chão), amigos e familiares na praça da Vila 31 de março. Foto de 1993.....	89
FIGURA 22: Fotografia que revela outro ângulo da praça da Vila 31 de março. Foto de 1993	90
FIGURA 23: Cancelamento da homenagem seguido da retirada do busto do ex-ditador Humberto de Alencar Castello Branco	102

LISTA DE SIGLAS

ARENA: Aliança Nacional Renovadora

BMG: Berteisman Music Group

CAIXEGO: Caixa Econômica do Estado de Goiás

CEPAIGO: Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás

COHAB: Companhia de Habitação

CNV: Comissão Nacional da Verdade

ICM: Imposto Sobre Circulação de Mercadoria

JK: Juscelino Kubitschek

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PTN: Partido Nacional Trabalhista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UDR: União Democrática Ruralista

UEG: Universidade Estadual de Goiás

UFG: Universidade Federal de Goiás

VI: Voz Inhumas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO – UMA TAREFA INVESTIGATIVA PARA A DIDÁTICA DA HISTÓRIA	19
1. Mudanças paradigmáticas no campo da didática da História - História e Vida Prática	19
2. caso em si através dos registros iconográficos	26
3. O caso em si - O olhar conflitante do historiador	28
4. História e memória da vila 31 de Março	31
5. A celebração das lembranças e a formação da identidade coletiva.....	34
6. Uma realidade “esquecida”: a luta pela posse da terra no município de Itauçú-Go e, a difusão do discurso conservador da elite inhumense.	41
CAPÍTULO 2 A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E IDEOLÓGICO HOMENAGEM E EXALTAÇÃO AO REGIME MILITAR	45
1. Os simpatizantes do Golpe e os discursos de exaltação ao regime	46
2 O milagre econômico e ideário de progresso como forma de sustentação das posições política e sociais em Inhumas-GO	50
3 O “mito do progresso” em prol da atenuação das práticas ditatoriais	59
4 A ideologia como alicerce para a fundação de uma comunidade: “Inventando” um lugar.....	65
CAPÍTULO 3 A NARRATIVA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA – ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO À IDEIA DE “LUGAR” E DE PERTENÇA	68
2 A sensação de pertencimento e coletividade: Reflexões teóricas.	70
3 fato histórico como possibilidade de sustentação do discurso político: Evidências. .	77
4 Os moradores: homogeneidade e heterogeneidade na consciência histórica.....	83
5 Manifestações de inconsistência nas narrativas coletadas: Aprofundando a investigação.	93
6 Os efeitos adversos da memória: O mito do progresso como fator atenuante das práticas ditatoriais.	95
7 A reflexão sobre história e memória em relação às diretrizes da Comissão Nacional da Verdade (CNV)	100
8 O desconforto do fato histórico: Primeiro você silencia depois ressignifica.	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

O interesse e a aproximação ao objeto de pesquisa em questão deram-se pelo seu arrolamento com o fatídico episódio do dia 31 de Março de 1964. De fato, o Regime Militar brasileiro ainda reverbera, hora ou outra, nas experiências cotidianas. Isto, muitas vezes oxigenado por processos de rememoração, que podem ocorrer nas diferentes formas de acesso à historicidade do caso.

O Regime Militar Brasileiro buscou legitimar suas ações ditatoriais por meio de práticas sociais de ordem econômica e política. O exercício do autoritarismo, o uso da força e da censura foram apenas algumas das diversas estratégias de controle empregadas para que tal legitimação ocorresse. Outras formas de busca da manutenção do poder se mostraram atuantes neste contexto. Um importante exemplo foram as práticas culturais que proferiram homenagens e exaltação ao regime, a fim de sustentá-lo. Estas práticas foram corriqueiras no período, materializando, muitas vezes, estas homenagens em espaços públicos, atribuindo nomes de pessoas que atuaram durante o Regime Militar a repartições, instituições educacionais, praças, vias públicas, logradouros, etc. Nesse sentido, compreendemos que essas “materializações” tornaram-se tão importantes para a sustentação do regime, quanto a repressão e o terror que ele exercia (Maia, 2013).

Exemplos das práticas culturais supracitadas se fazem presentes na história da vila 31 de Março em Inhumas-GO, um conjunto habitacional fundado nos primeiros anos do regime, com a pretensão de homenageá-lo e exaltá-lo, conforme indicam investigações históricas. Trata-se de um dos bairros mais tradicionais da cidade de Inhumas-GO, que, com o tempo se tornou amplamente reconhecido no município devido algumas características peculiares em relação a outros bairros da cidade.

Nota-se, por exemplo, a inclinação dos moradores da região para com o discurso que alude aos princípios da moral cívica. Não obstante, evidenciam-se ali atos de solidariedade e solidez nas relações pessoais, além de uma consistente capacidade de mobilização política entre os moradores. O bairro obtém o respeito e a admiração dos inhumenses em geral, principalmente ao que diz respeito à valorização de eventos tradicionais, expressos nas comemorações realizadas anualmente. A saber: a vila 31 de Março tem, por quase trinta anos de tradição, o hábito de comemorar o dia 31 de Março, data tida como marco da fundação do bairro.

Diante disso, o bairro despertou nossa atenção por conta de sua historicidade, que denota ter agregado aos seus eventos, práticas inspiradas no âmbito da política nacional, em meio ao período em que vigorou o regime militar brasileiro. Consideramos que um bairro que fundado para homenagear um regime ditatorial, cuja comunidade comemora tradicionalmente a data-marco deste episódio, deveria ser submetido a uma investigação histórica. O intuito deste esforço é compreender os modos pelos quais esta comunidade interpreta e se relaciona com seu passado.

A fim de alcançarmos este objetivo, reunimos fontes que vão de vídeos, fotografias, depoimentos, recortes de jornais, que registraram fragmentos da trajetória do bairro, bem como alguns aspectos da história política e econômica de Inhumas e região. Devido à complexidade das relações sociais e de poder estabelecidas na região, frutos das dissidências entre grupos políticos, o acesso às fontes históricas tornou-se difícil.

Entretanto, dispomos de registros fotográficos, que demonstram algumas das ações ali realizadas. Desse modo, fontes iconográficas, coletadas e analisadas de forma metódica, possibilitou-nos abarcar nos modos que se davam as reuniões ritualizadas. Não obstante, reportagens do jornal *A VOZ INHUMAS* nos forneceram informações importantes como indícios e representações da história da cidade e do bairro em questão.

Vislumbramos, neste caso, uma conveniência em se pensar teoricamente sobre elementos práticos do cotidiano de um determinado grupo. Atentado para os conceitos de “usos públicos da história”, temos como principal foco de pesquisa, a consciência histórica de alguns moradores deste bairro. Neste trabalho, mapeamos os limiares entre história e memória presentes nas narrativas elaboradas pelos diversos sujeitos entrevistados. Contudo, consideramos as dificuldades em estabelecer referências metodológicas para o caso. Este fato deve-se, de modo geral, à carência de uma metodologia própria da Didática da História. Portanto, estabelecemos um exercício de aproximação com as referências da história oral.

Consideramos as mais de duas décadas em que vigorou o regime militar no país, conseqüente aos efeitos do Golpe de 1964, e que vem sendo aguerridamente pesquisadas por um número expressivo de historiadores (as) e outros pesquisadores (as) que se debruçam sobre a tarefa de investigar as ações efetuadas neste contexto. Os resultados obtidos a partir de trabalhos investigativos inserem-se na rede historiográfica nacional, contribuindo para com a expansão e densidade dos debates acerca da temática. Mais à frente, tais pesquisas fornecem bases de fundamentação histórica, com orientação nacional de processos democráticos.

No entanto, acreditamos que regiões interioranas, como o município de Inhumas-GO, apresentam “lacunas historiográficas” a respeito do episódio em questão, reflexo das distintas formas pelas quais a ditadura foi interpretada em todo o país. Desse modo, consideramos que há a necessidade de se refletir sobre as atribuições de sentido referentes a este período por parte dos indivíduos, atentando-se para questões regionais e anseios particulares. Neste caso, entendemos que, na maioria das ocasiões, a historicidade relacionada à ditadura nestes espaços, permanece alheia para muitos e ressignificadas por outros. Assim, quando refletidas historicamente não deixam de trazer certo desconforto para aqueles que, por determinadas razões, não se permitem, ou não são capazes de apagar da memória as mazelas deixadas pelo “regime do terror”.

Os esforços em discutir sobre as diversas formas pelas quais a ditadura tentou legitimar-se, revelam a importância dos trabalhos investigativos de pesquisadores (as), que se apresentam como fundamentais para a mínima retratação das vítimas e da total ausência dos direitos humanos, causados pelos agentes da ditadura. Todavia, as dissidências e os debates públicos acerca da realidade do período, na maioria das vezes, se atêm ao campo da especulação. Isso, potencializado pelo encanto e simpatia de alguns sujeitos, sobretudo, para com a questão da ordem social, da falsa sensação de ausência de práticas de corrupção, do “mito do progresso” ou do “milagre econômico”.

Claramente, nos últimos anos, também tornou-se perceptível a ascensão e propagação de discursos ultraconservadores em alguns países, principalmente, ao que se refere às potências europeias frente às ondas migratórias e a situação dos refugiados. Em se tratando de Brasil, instabilidades na economia e na política que recentemente assolam o país, contribuíram para a aceitação e idolatria de sujeitos políticos fomentadores dos ideais de caráter extremo, potencializando, assim, um processo de polarização política entre os brasileiros. Este estado nostálgico ecoa de forma a fornecer para muitos sujeitos, um sentido positivo ao regime militar que, para todo efeito, veem mascarar e amenizar as ações ditatoriais acometidas no período.

Desse modo, nem mesmo a insuficiência narrativista em relação às lacunas presentes na historicidade do episódio abordado pode ser capaz de sonegar este fato da memória daqueles que, direta ou “indiretamente” sofreram e sofrem com as lembranças da época. De fato, a memória, em suas diversas formas, parece encontrar-se em todo lugar, tanto no espaço público quanto no campo específico da história (LAVILLE, 2002), afinal, há sempre uma cultura histórica sendo gestada entre os agentes sociais e os indivíduos.

O processo de redemocratização da política nacional, em seus primeiros andamentos, ao que parece, carecia também de ser acompanhado por um movimento de esquecimento ou silenciamento das experiências traumáticas da ditadura. Neste sentido, Maia (2013, p. 184-185), aponta que:

Durante o processo de redemocratização, iniciado em 1974, elaborou-se uma memória de resistência que apresenta os civis como defensores incontestes da democracia, mas se silenciaram as relações de apoio, participação e legitimidade de vários setores da sociedade durante os 21 anos do regime.

O silenciamento a que nos referimos, foi visto como instrumento imperativo para que o país engrenasse em uma nova etapa conjunto à democratização da política. Segundo Ferreira (2001):

[...] a redemocratização ocorrida em vários países da América Latina após a queda de regimes militares entre (final da década de 1970 e início de 1980) colocou como problema para essas sociedades a consciência e/ou confronto entre culturas políticas democráticas e autoritárias. As dificuldades econômicas e sócias, a enorme desigualdade na distribuição de renda, os mecanismos de exclusão social e a política criavam obstáculos à consolidação da democracia. A conquista dos direitos sociais e da cidadania plena implicava a destruição de um legado autoritário que fora reforçado com a introdução de novas formas de controle social a partir de 1930 (FERREIRA, 2001, p. 127).

O ato de silenciar alguns eventos da memória coletiva¹ pode ser entendido de forma que um evento de qualidade perturbadora não pode ser mantido no horizonte da memória e da consciência identitária (RÜSEN, 2009). Uma vez que:

Ao destruir os conceitos efetivos de sentido como sistemas de orientação, o trauma é um obstáculo para a vida prática. Aqueles que tiveram uma experiência traumática precisam lutar para superá-la. Eles tentam dar-lhe nova forma de um modo que faça sentido novamente, e, que se insira em padrões eficazes de interpretação e compreensão: omitem ou suprimem o que ameaça a efetividade e validade desses padrões. Pode-se falar em um estranhamento ou falsificação da experiência, de modo a que se concilie com ela (RÜSEN, 2009, p. 195).

O desmoronamento dos conceitos efetivos de sentido pode ser exemplificado, neste caso, pelo ato de se dar outro tratamento ao termo “golpe”, sendo este substituído pelo termo “revolução”. Este fato denuncia a positividade política do regime militar para alguns segmentos da sociedade brasileira, denunciando as fragilidades conceituais e ideológicas sobre o caso. Por outro lado, evidencia a necessidade de se refletir sobre o sentido atribuído aos conceitos, pois, poucas palavras foram tão largamente disseminadas e pertencem de

¹ Segundo Wertsch (2009), o termo “memória coletiva” é amplamente usado. No entanto, como trata-se de um termo de difícil definição, esclarecemos o mesmo mais à frente.

maneira tão evidente ao vocabulário político moderno quanto o termo “revolução” (KOSELLECK, 2006).

As mazelas provocadas pelo advento do Golpe de 1964 não foram dissipadas em sua totalidade. O tabu que sempre se manifesta no momento em que se faz necessário confrontar-se com o fato, veio chocar-se de forma mais viva no ano de 2014, atingindo os sujeitos que vivenciaram ou compreendem minimamente esse período presente na história nacional. Esse contexto suscitou, mesmo que por um curto período, amplas discussões sobre as consequências deste episódio para a história do país. No caso em questão, os cinquenta anos do Golpe de 1964, completados em 2014, tomaram proporções midiáticas e de amplitude nacional. Perante a inconsistência e ausência de uma narrativa que sustentasse as carências de orientação e sentido de experiências vinculadas à ditadura, o passado foi conclamado a manifestar-se frente a vítimas e agentes do regime.

Nesse sentido, Rüsen (2009, p. 199) argumenta que o grande número de experiências traumáticas ao longo do século XX implicaram em uma nova postura em relação aos traumas. Segundo o autor:

Aliviar suas estocadas dolorosas não é mais possível, uma vez que as vítimas, os sobreviventes e seus descendentes, bem como os algozes e todos aqueles envolvidos nos crimes contra a humanidade têm sido objetivamente determinados por esse doloroso desvio da normalidade e são subjetivamente impelidos à tarefa de enfrentá-lo (RÜSEN, 2009, p. 199).

Anterior às discussões potencializadas pelo marco dos cinquenta anos do Golpe de 1964, nota-se a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 16 de maio de 2012. Com o propósito principal de investigar, dentro do prazo de dois anos, as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985)², a comissão veio também investigar, de forma mais profunda, as ações ocorridas neste período, ações de um passado “indigesto” para alguns e, “ameaçadoras” para o presente de outros.

Em suma, a CNV veio discutir questões históricas para fins de reparações judiciais. Vislumbramos, até então, uma relação entre história e memória imbricadas às diretrizes da CNV. No entanto, estamos conscientes das proximidades e distanciamentos conceituais de ambos os campos. Concordamos com Nora (1984) que, memória e história aqui, antes de tudo, uma se opõe a outra.

De todo modo, a rememoração da ditadura militar pode dar-se pelo campo da memória ou da história. Assim, a intensidade de significação por partes dos sujeitos pode variar em

²Fonte: <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>

relação ao grau de abstração que o discurso ao qual é submetido lhe exige. Pois, “há diferentes modos de discurso histórico” (RÜSEN, 2009, p. 165), fazendo-se necessário distinguir primeiro memória e consciência histórica.

Acreditamos que a Didática da História, ao definir as estruturas da consciência histórica, possa nos fornecer uma visão mais ampla dos limiares entre história e memória. Neste caso, ela possibilita investigar a “cultura histórica” de um determinado grupo, tendo em vista que “cultura histórica é a manifestação da consciência histórica na sociedade em diversas formas e procedimentos” (RÜSEN, 2015). Este apontamento é de grande relevância para se pensar a relação entre história e memória como fator orientador do agir. Deste modo, o autor defende que,

Inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como as atitudes da vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado e a conceitualização histórica de nossa própria identidade; e não podendo nos esquecer dos museus e da educação histórica nas escolas, nem as apresentações do passado nas diversas mídias ou na literatura. É sempre útil refletir sobre a complexidade da cultura histórica (RÜSEN, 2015, p. 24).

Ainda segundo Rüsen (2009), história e memória são dois conceitos básicos para lidar com o passado visando uma melhor compreensão do futuro. Já segundo Cerri (2011, p. 46), “Outra frente significativa no estudo da consciência histórica tem sido a dos estudos qualitativos baseados em um grupo menor de sujeitos participantes, que são capazes de aprofundar noções importantes de como o fenômeno opera em detalhes”.

Desse modo, uma investigação didática sobre os modos que determinados grupos se submetem ao mesmo tempo sobre a história e a memória é importante, pois:

Assim fazendo, pressupõe, para as ciências humanas a responsabilidade pela cultura com a qual trabalha e pelo papel cultural que ela desempenha em seu tempo. Ele tematiza a lógica da memória cultural e do pensamento histórico, uma vez que os desafios a que eles têm que responder recaem no campo dos princípios, no qual os critérios de razão e os modos básicos de interpretação e representação são enfocados (RÜSEN, 2009, p. 164-165).

A presente pesquisa se subdivide, pois, em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma breve exposição da atual situação e os debates acerca da Didática da História como disciplina científica no Brasil; e, em seguida enfatizamos aspectos da história, do cotidiano e dos festejos realizados na vila 31 de Março por meio de registros iconográficos. Neste momento, relatamos nossa relação de proximidade e estranheza com o bairro pesquisado; o que nos permitiu apresentarmos a historicidade do bairro pelo viés de uma narrativa em

primeira pessoa; uma narração pessoal e subjetiva, com base na relação do pesquisador com o caso.

Para o segundo capítulo, realizamos uma investigação de cunho histórico para que pudessemos evidenciar quaisquer indícios que apresentassem tipologias discursivas de teor político-ideológico, inseridas em um determinado contexto e direcionadas a um público-alvo. Apresentamos a relação entre a intenção da ascensão política e a tentativa de legitimação da dominação, através do discurso apoiado no “mito do progresso”. Nosso objetivo neste capítulo foi compreender as orientações destes grupos, bem como as motivações que os levaram a exaltar o regime militar por meio da materialização do discurso conservador, em concomitância com a fundação da vila 31 de Março e seus eventos comemorativos.

No terceiro e último capítulo, concentramos nossos esforços em compreender a consciência histórica predominante entre os moradores em relação à historicidade ao seu bairro, por meio de uma série de entrevistas e questionários. Conseqüente, abordamos questões relacionadas às orientações da CNV, que se apresentaram como referências para o surgimento de projetos que visam a refletir sobre a possibilidade de cancelamento e alteração de nomes que identificam espaços públicos e, que de alguma forma, remetem às práticas e agentes da ditadura. A partir de tais apontamentos, conjecturamos as contribuições da teoria da história de Jörn Rüsen, e o conceito da consciência histórica como subsídio teórico da investigação. Além disso, os recentes debates acerca da memória foram imprescindíveis para pensar a formação da consciência histórica dos sujeitos através das diversas narrativas que dão sentido a formação da identidade.

Visto isso, investigar a consciência histórica do grupo em estudo e, também, “narrativas mestras” que forneceram sentido para a formação de identidade, insere a pesquisa nas atuais perspectivas da Didática da História, pois, entendemos que analisar os modos pelos quais a história se manifesta na sociedade é, ao mesmo tempo, refletir acerca da ideia de conhecimento histórico e vida prática.

CAPÍTULO 1

O CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO - UMA TAREFA INVESTIGATIVA PARA A DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Neste capítulo, apresentamos uma breve exposição da atual situação e os debates acerca da Didática da História como disciplina científica no Brasil. Num primeiro momento, nos detemos a uma reflexão sobre as mudanças paradigmáticas que esta área de estudo sofreu nas últimas décadas, assim como as implicações das transformações ocasionadas para a produção historiográfica e o ensino de História no país. Desta forma, enfatizamos as premissas que utilizamos para a fundamentação da presente pesquisa.

Num segundo momento, esclarecemos sobre a trajetória o nosso objeto de pesquisa, posicionando-o em relação às recentes perspectivas da investigação histórica proposta. Para isso, a história da “vila 31 de Março” em Inhumas-GO apresenta-se como um caso relevante para ser submetido a uma investigação pautada no campo da Didática da História.

1. Mudanças paradigmáticas no campo da didática da História - História e Vida Prática

Nas últimas décadas evidenciou-se certa intensificação das pesquisas voltadas ao campo da Didática da História e, ao mesmo tempo, de uma nova guinada reflexiva acerca desta área como disciplina científica. As mudanças paradigmáticas ocorridas na Alemanha, a partir da segunda metade do século XX, passaram a exercer forte influência sobre muitos historiadores brasileiros, subsidiando uma nova postura sobre as relações de ensino e aprendizagem histórica, principalmente ao que alude à aproximação destes profissionais com a bibliografia alemã, oxigenada pela tradução de importantes obras.

A Didática da História realiza um movimento que se apresenta, por um lado, como uma ampliação do campo de pesquisa e, quase que de forma paradoxal, outro de definição do seu objeto de investigação. Assim, essa área de estudo se estabelece como campo de pesquisa, em uma espécie de subdisciplina da ciência da história (SADDI, 2010).

A ênfase investigativa debruça-se agora sobre o conceito e as estruturas da consciência histórica, atentando-se também para os diversos fatores que influem na sua constituição. Várias pesquisas foram apresentadas no cenário acadêmico, principalmente a que acena sobre os trabalhos de graduação e pós-graduação nos cursos de História. Nesse sentido, Cerri (2012,

p. 992) salienta que “teoria e prática se uniram a partir de uma compreensão da história enquanto ciência ligada ao cotidiano, o que vem provocando uma união crescente entre universidades e professores da rede de ensino básico”.

Esta efervescência reflexiva sobre a práxis historiográfica culminou no estabelecimento de diversos grupos de pesquisas voltados para a área, que vem sendo denominada de Educação Histórica. Para Schimidt (2016, p. 32), “esta área de pesquisa pode ser entendida como constitutivo da área do ensino de História, e cujo foco são, principalmente, pesquisas relacionadas com análise de ideias históricas e consciência histórica dos sujeitos”.

Os modos de apreensão e difusão do pensamento histórico concentram-se nas experiências sofridas no cotidiano social, tendo como princípio a reflexão sobre os interesses, carências e as funções de orientação do conhecimento histórico científico ou não, para a vida prática dos sujeitos. Além “desse processo fazem parte também os embates, enfrentamentos e aproximações entre a investigação acadêmica, o ensino escolar, a conservação dos monumentos, os museus e outras instituições, em torno de uma aproximação comum do passado” (SCHIMIDT, 2016, p.32). Este cenário também é descrito por Cerri (2012, p. 992):

No Brasil, a Teoria da História de Jörn Rüsen vem transformando a Didática da História nas últimas décadas. Uma mudança paradigmática em direção à consciência histórica vem ocorrendo, onde, em especial, uma nova compreensão da ciência da história vem moldando e conferindo identidade às práticas de ensino.

Neste contexto de novas reflexões e perspectivas, observa-se a notoriedade das produções do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen³. Para Rüsen (2006), a é pensada como o conjunto de operações mentais que define a peculiaridade do pensamento humano e sua influência na produção da cultura humana.

Mais do que nunca, vê-se a grande incumbência do pensamento histórico para com a compreensão da vida humana no tempo, tendo em vista que “nós podemos aprender que a consciência histórica pode exercer um papel importante naquelas operações mentais que dão forma à identidade humana” (RÜSEN, 2006). Assim Rüsen fundamenta sua teoria a partir da própria sociedade, nas carências de sentido e orientação que se originam em sua própria

³Historiador e filósofo alemão, professor emérito da Universidade de Witten/Herdecke. Atualmente Rüsen é uma das maiores referências para pesquisadores que se interessam por teoria da historiografia e do ensino e aprendizagem histórica. No Brasil é bastante conhecido pela tradução de boa parte de suas obras. Principalmente pela sua trilogia sobre Teoria da História (Razão Histórica, 2001; Reconstrução do Passado, 2007; História Viva, 2007, obras traduzidas para a língua portuguesa, publicadas pela Editora da Universidade de Brasília e traduzidas por Estevão Chaves de Rezende Martins, o primeiro e o terceiro volumes e Asta-Rose Alcaide, o segundo (RÜSEN. 2015).

dinâmica. Neste sentido, Cerri (2012), salienta que ciência surge na sociedade e está inserida nela.

Abarcamos, então, o conjunto de articulações da história no cotidiano social, pelo conceito de cultura histórica. Para Rüsen (2007, p. 121), cultura histórica pode ser entendida como:

[...] o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência humana. É nesse campo que os sujeitos agentes padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo.

História, nesta perspectiva, é aventada nas suas mais variáveis formas de difusão, principalmente ao que se refere aos seus “usos públicos”. Paralelo a essa nova forma de consciência da práxis, subentende-se que nós historiadores não tivemos e permanecemos não tendo o monopólio da narrativa de cunho especificamente histórico. Nesse sentido, hoje pelo contrário, os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, ocupam o espaço central de produção das identidades sociais” (CERRI, 2006).

Muitos profissionais, alicerçados em uma “fé cega”, chegam ao ponto de crer que, por meio da Ciência da História obtemos envergadura suficiente para alcançar e oferecer subsídios intelectuais que estariam satisfatoriamente agregados de potenciais transformadores, capazes de promoverem efetivas mudanças nos quadros sociais. É como se esta potencial relação fosse necessária e/ou automática, negligenciando, assim, o hiato que separa a produção científica do conhecimento histórico e da ação social.

Acende-se deste modo, a possibilidade e necessidade de se problematizar os contornos e possibilidades da relação entre a produção do conhecimento histórico-científico e a perspectiva de ação social por intermédio da Ciência da História. Dentro da perspectiva que história é narrativa e que, por meio de sua efetivação, mobiliza a consciência histórica dos indivíduos que, para agitarem-se para além do caso em que estão inseridos, carecem de estabelecerem interpretação dos câmbios temporais, dos quais se confrontam durante a experiência que denominamos vida. Ou seja,

Deve-se tratar como um ato de fala, cuja universalidade antropológica não pode ser contestada e com respeito à qual se pode demonstrar ser ela determinante da especificidade do pensamento histórico e, com isso, da peculiaridade do conhecimento histórico-científico. Em um ato de fala desse tipo, no qual se sintetizam, em uma unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza, com efeito existe: a narrativa (histórica). Com essa expressão, designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte,

fundamenta decisivamente todo o pensamento-histórico e todo o conhecimento histórico científico (RÜSEN, 2010 p. 60-61).

Ainda pode ser levado em consideração que:

Com suas pretensões de racionalidade, a ciência da história é eficaz na prática como formação histórica. Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática, que pode ser descrito como a “competência narrativa” da consciência histórica. Ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. [...] formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido (RÜSEN, 2007, p. 103-104).

Nesse sentido, “a história (Geschichte), como totalidade, coloca aquele que apreende de maneira compreensiva em um estado ‘propício à formação’ [ZustanderBildung] que deve influir no futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 59-60). Portanto,

Esse duplo processo de aprendizado e apropriação da experiência histórica, e de auto-afirmação histórica, dá-se em princípio por meio de três operações. Pode-se distingui-las (artificialmente) em *experiência*, *interpretação* e *orientação*, e analisá-las em relação aos diferentes níveis ou dimensões do aprendizado histórico. A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática (RÜSEN, 2007, p. 110).

Diante das perspectivas apresentadas pelos autores supracitados, questiona-se em quais circunstâncias pode se compreender história como área do conhecimento dotada de capacidade e autossuficiência para orientar a vida humana no tempo? Conforme Saddi (2012, p. 137) “no final dos anos 1970, uma crise da histórica como ciência e do ensino de história se fez presente na Alemanha Ocidental. Crise da história que, conseguinte estava vinculada a uma crise de orientação geral”. O autor ainda defende que,

Com isto, podemos ao menos tatear o problema da crise da história na Alemanha Ocidental do final dos anos 1970. A sociedade alemã havia mudado, a nova geração exigia um debate sobre o passado recente, mas, a ciência histórica e o ensino da história não haviam acompanhado esta transformação. Foi neste contexto de crise de legitimidade que um conjunto de historiadores foi impulsionado a se debruçar sobre a ciência histórica, tanto visando suprir o seu déficit teórico, quanto demonstrar a relevância da história para a vida humana. Obviamente, a teoria da história e a didática da História ganhariam um novo fôlego (SADDI, 2012, p. 137).

Avalia-se a partir do exemplo da Alemanha pós Segunda Guerra Mundial, desnordeada e angustiada, onde as gerações pós-holocausto tiveram de se confrontar com sua própria história para, somente assim, obterem meios efetivos para suportá-la ou superá-la. Nesse

contexto, não era mais possível negar ou silenciar episódios pretéritos, como forma de superar o passado amargo, mas, antes de tudo, era preciso também conhecê-los.

Para este caso, a especificidade da narrativa histórica da época se mostrava insuficiente para fornecer bases interpretativas em relação ao que necessita ser assimilado. Há nesta situação um devir delegado à história, mas que a própria História teve que refletir⁴ sobre suas bases metodológicas⁵, para assim, possibilitar uma nova forma das gerações pós-holocausto, e das seguintes, se relacionarem com o seu passado e suportá-lo.

Acreditamos que seja pertinente e necessário, nesse momento, localizar o contendo em que emerge a produção teórica de Jörn Rüsen. Sobre este assunto Cerri (2012, p. 993) elucida que:

Um contraponto a esta disposição da geração de Rüsen pode ser apresentada na geração anterior, de importantes intelectuais como Reinhart Koselleck, Hermann Lübbe e Odo Marquard, ligada a um conservadorismo cultural e de herança clássica greco-romana, o que os fez rechaçar a americanização da Alemanha ocidental nos anos de 1950 e 1960. Esta geração teria percebido de maneira mais intensa as contradições entre o que era a Alemanha e o que passou a ser após a sua divisão, característica que, senão definidora, no mínimo significante do sentimento cético, de desilusão, despolitização e realismo desta geração.

Estes apontamentos esclarecem para aqueles que:

[...] estão atentos à história da disciplina de história, especialmente acerca da sua transformação em uma atividade profissionalizada, acadêmica não deveria ser surpreendente que a didática possa desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica (RÜSEN 2006, p.07).

A falência do projeto de modernidade, do qual a razão foi a base para as ações que, conseqüentemente, induziu à edificação da ideia de progresso humano, deixou grande parte das sociedades desorientadas em relação ao fluxo do tempo, principalmente, ao que se refere aos países europeus em meados do século XX. Isso se deve às conseqüências das guerras, dos genocídios, a derrocada dos ideais socialistas, aliadas à falência da ideia de progresso que conduziria grande parte do ocidente a uma “crise identitária” de grande amplitude. Nesse sentido:

⁴Este novo fôlego tomado pela didática da história pode ser pensado a partir das mudanças paradigmáticas que ocorreu entre a historiografia ocidental antiga e a concepção historiográfica moderna. Esta primeira que, em sua perspectiva de “*historia vitae magistral*” (história mestra da vida), já se apreendia o conhecimento histórico, atribuído de empenho narrativista que amolava em orientação para vida prática dos homens no tempo. Esse “efeito trata da vida, História magistra vitae” (KOSELLECK, 2006).

⁵Já no que diz respeito à concepção moderna de historiografia, acalorada no limiar do século XVIII para o século XIX, nota-se uma desvinculação da história para com o cotidiano dos sujeitos sociais. Imersos na pretensão de racionalidade oxigenada pelo advento das ciências naturais, a busca pela objetividade vem de desencontro a subjetividade. A história agora não mais poderia responder pelas carências de orientação dos homens. Ou seja, ela não poderia, neste contexto, estar adjudicado de algum devir que não seja sua própria pretensão de cientificidade.

Um quadro inicial como este se faz necessário quando, no ruir das grandes narrativas e projetos teóricos que propunham o futuro como expectativa, provenientes dos ataques das tendências pós-modernas ao longo do século XX, em especial a sua segunda metade, nos faz perguntar onde se localizava Rüsen neste período e como sua posterior teoria da história pode se relacionar com estas questões e correntes (CERRI, 2012, p. 993).

Tudo isto tendo em vista que em meio e a partir destas problemáticas surge a teoria rüseniana. Não se tratando de uma proposta teórica única e exclusiva, ela vem a partir de toda uma linha de discussões que refletem acerca dos câmbios paradigmáticos no cerne da Ciência da História.

A ampliação da Didática da História, a partir do caso alemão, nos apresenta como exemplo pertinente para elucidar apontamentos necessários neste estudo que ora apresentamos. “Sendo que, os desenvolvimentos recentes da Didática da História podem ser descritos como um processo de retomada do âmbito perdido da autoconsciência histórica” (RÜSEN, 2009). Neste ponto, compreende-se o,

[...] contexto em que as grandes teorias foram duramente fragilizadas, e junto sua ideia de progresso, linearidade dos acontecimentos e tempo histórico; e a história fragmentou-se em microtemas que passaram a explorar o exótico, o diferente, o significado local e atemporal, estaríamos vivendo numa crise de orientação. A teoria de Rüsen, neste sentido pode colaborar, ao propor a consciência histórica como orientadora e constituidora da identidade humana (CERRI, 2012, p.101).

O foco da reflexão metateórica emprega-se no conceito da consciência histórica, e Rüsen apresenta um sentido que parte do sujeito, a partir de sua consciência histórica, e que o possibilita projeta um futuro próximo” (CERRI, 2012). Neste caso, a consciência histórica seria determinante para a compreensão de como os homens lidam com o seu passado e para explicitar os meios pelos quais a história se torna significativa em suas vidas.

Os apontamentos iniciais acendem a possibilidade de se refletir acerca dos encargos delegados à história para com a vida prática. Entendemos que uma das funções da Didática da História seja justamente investigar os modos e os meios pelos quais a história se efetua e se faz presente entre os homens. Ou seja, potencializar o alcance da narrativa histórica, investigando as fendas que atravancam uma difusão ampla da sua versão racionalizada. Isso, a partir dos pressupostos que “assim concebida, a didática da história ou ciência do aprendizado histórico pode demonstrar ao historiador profissional as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado” (RÜSEN, 2006, p16).

Diante de tais apontamentos, há de se indagar sobre o fato de que, quando as fendas não são identificadas e laqueadas, de certo modo, a História “não se realiza plenamente” atribuindo sentido às mudanças temporais, ainda assim, os homens tendem a carecer de

sentido e orientação sobre as experiências da vida. Se, hipoteticamente, a razão histórica não se mostra presente na constituição narrativa de sentido de um determinado grupo de indivíduos, qual especificidade de narrativa subsidiaria essa carência? Para este caso, vislumbra-se aqui uma forma específica de narrativa, que consiste em um modo de manter o passado manifesto no presente. Entendemos que o passado é uma dimensão temporal que atribui sentido aos fenômenos da vida presente, mesmo que de forma provisória e limitada, ou mesmo, sem uma maior expectativa que vá para além do caso em si. Nesse sentido, tratamos aqui do conceito da memória e seus limiares frente à história racionalizada.

Acordamos que uma das atribuições da memória seja tornar o passado significativo. Ela o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde certas atividades e sofrimentos humanos (RÜSEN, 2009).

Levando em conta que objeto de pesquisa em questão nos remete à relação história e memória, objetivamos apresentar uma breve discussão acerca da memória como narrativa atribuidora de sentido, diante da possível ausência ou insuficiência da narrativa histórica racionalizada, como subsídios interpretativos das mudanças temporais de um determinado grupo. A vila 31 de Março em Inhumas-GO nos apresenta como um objeto de grande pertinência para estabelecer uma investigação por meio da fundamentação da Didática da História. Visamos compreender os modos com os quais os moradores desta localidade se relacionam com seu passado, investigando a consciência histórica predominante entre o grupo. Para isso, acreditamos que,

Para entender completamente essa operação, nós temos que identificar primeiro os procedimentos da narração história, definir seus diversos componentes, descrever sua coerência e interações e construir uma tipologia que inclua sua aparência sob diferentes circunstâncias e tempos (RÜSEN, 2006, p. 15).

Só assim, quando isso for feito nós poderemos obter um entendimento de como o passado adquire sua modelagem histórica específica de como a história é constituída por atos discursivos específicos, formas de comunicação e padrões de pensamento. Ao cabo de todos os procedimentos apresentados, poderemos vislumbrar um *insight* dentro da função cultural da história, da mentalidade e da argumentação histórica na vida social (RÜSEN, 2006, p. 15). Sendo o caso proposto imperativo ao nosso juízo, faz-se uma tarefa investigativa para a Didática da História como disciplina científica.

2. O caso em si através dos registros iconográficos

Considerando a análise iconográfica como metodologia da pesquisa histórica, compreendemos que a fotografia, como fonte histórica, não pode se limitar a ser apenas “materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos” (CARDOSO, 2007, p. 573). Entretanto, a fotografia como fonte histórica também se apresenta como portadora de indícios que uma análise de caráter afetiva poderia não tornar perceptíveis. Segundo Cardoso (2007), a fotografia ao olhar do historiador, possibilita uma espécie de processo alquímico de criação que, com a massificação, vai ganhando outros significados, além dos acima relacionados. Ou seja,

Ao historiador, a fotografia lança um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade (CARDOSO, 2007, p. 574).

Compreendemos que analisar os registros fotográficos das festividades realizadas na vila 31 de Março poderá possibilitar, por meio de uma postura hermenêutica, a identificação de traços que caracterizem o contexto em que os eventos se efetuaram. Para esse primeiro momento, os registros fotográficos se apresentam para a pesquisa como fator de suma importância, se levado em consideração que,

A fotografia, enquanto componente desta rede complicada de significações, revela, através da produção da imagem, uma pista. A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionalizados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens. Entretanto, tal relação não é automática, pois, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora, “existe muito mais do que os olhos podem ver”. Portanto, para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora; e, principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. Elementos que uma análise histórico-semiótica pode oferecer (CARDOSO, 2007, p. 574).

Do mesmo modo, Silva (2012) destaca que a fotografia, como linguagem visual, pode denunciar aspectos do contexto social a partir do qual foi produzida, de forma que,

Nessa perspectiva, a fotografia torna-se um artefato porque pode ser entendida na sua forma plástica e conjugada a valores sociais, a demandas políticas e aos campos de força presentes na sociedade. É somente mediante a apresentação da atribuição de

sentidos impostos à fotografia, que se torna possível a ponte entre a sua forma imagética e sua função histórica (SILVA, 2012, p. 44).

Não intencionamos aqui ater-nos somente às fontes ligadas aos registros fotográficos para a análise do caso em questão. Compreendemos que as fontes imagéticas devem passar por um trabalho de seleção e serem submetidas à crítica das fontes por uma análise histórica-semiótica. Desse modo, “elas precisam ser datadas e reproduzirem cenas e personagens que possam ser reconhecidos, para que se transformem em fonte histórica confiável e tragam informações que possam ser articuladas a outras fontes” (BITTENCOURT, 2009, p. 368). Assim,

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada; e outro, coletivo, que remete o sujeito à sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento (CARDOSO, 2007, p. 575).

Cabe aqui também salientarmos que, acreditando que o caso em questão, hora ou outra, apresentou indícios de silenciamento frente às narrativas produzidas pelos entrevistados, neste caso, a análise iconográfica pode contribuir para a identificação destes possíveis atos de silenciamentos. Portanto, ela nos apresenta como fonte histórica “não-verbal” e de suma importância para a compreensão do caso. Neste sentido,

Encontram-nos, pois, com uma gama variada de sistemas signos não-verbais. Estes revelam, justamente, a ação do homem sobre a natureza e o seu relacionamento com o grupo, gerando formas de comunicação diversas, que podem ser relativas: às atitudes, gesto, movimento e discurso; ao uso do espaço por parte do homem e ao significado das relações espaciais para cada cultura; aos objetos produzidos pelo homem; às instituições como o sistema jurídico, o mercado econômico etc.; e, finalmente, àqueles códigos inscritos na natureza, tais como o código genético ou a comunicação das abelhas (CARDOSO, 2007, p. 576).

Em termos metodológicos, é “importante ressaltar, que todos os elementos que definem a imagem fotográfica levam ao perigo de considerá-la uma cópia fiel dos acontecimentos registrados pela câmera” (SILVA, 2012). Visto isso, e,

Levando em consideração essa interferência que envolve a composição imagética, uma das primeiras tarefas do historiador das imagens é, então, desconfiar e questionar a noção de realismo impregnada na fotografia. Uma das grandes dificuldades de desconstruir o código fotográfico é justamente a naturalização, a aparente auto-suficiência, a evidência imediata da realidade presente na fotografia (SILVA, 2001, p. 45).

Durante o trabalho de investigação, notamos, como um dos desafios principais, a resistência de alguns sujeitos entrevistados diante de situações em que eles mesmos necessitam confrontar com o seu passado,

Desta forma, o historiador, na condição de leitor, precisa realizar dois níveis de leitura do artefato visual. Num primeiro momento, o nível interno, limitado à superfície do texto visual, que tem como base as estruturas espaciais, - aquelas referentes ao espaço fotográfico -, de caráter não-verbal. Num segundo momento, o nível externo, originando a partir de aproximações com outros textos, visuais ou escritos, do mesmo período (SILVA, 2012, p. 46).

Segue adiante algumas imagens que acreditamos oferecer uma primeira ideia a respeito do objeto de pesquisa. Consecutivamente e quando necessário, adotamos também a análise de outras de fontes históricas para a elucidação do caso. A vila 31 de Março revela o ápice de suas comemorações por meio dos registros iconográficos.

3. O caso em si - O olhar conflitante do historiador

*“E o fascismo é fascinante
Deixa a gente ignorante e fascinada.
É tão fácil ir adiante e se esquecer
Que a coisa toda tá errada.
Eu presto atenção no que eles dizem
Mas eles não dizem nada”.*

Engenheiros do Hawaii⁶

Ainda se fazem reentrante em minha memória aquelas madrugadas, em que eu era despertado ao som de uma intensa queima de fogos de artifício. Anualmente e pontualmente, iniciada no alvorecer de todo o dia 31 de Março. De fato, as próximas linhas tratam-se de um relato subjetivo e pessoal, referente à minha própria experiência com o caso mencionando.

Ainda adolescente, não impetrava com consciência sobre o real sentido daqueles eventos, além de que não estabelecia nenhuma atribuição de sentido em relação à data em questão, nem mesmo sobre os fatores que tornaram tão peculiar as comemorações de aniversário daquele bairro vizinho. Entretanto, compreendia que com o término da alvorada de fogos, também iniciaria um dia inteiro de celebrações, jogos, dentre vários outros eventos.

Era manifesta a expectativa dos moradores dos bairros circunvizinhos para com aqueles festejos. Considerável também era o grande número de pessoas, muitas delas não residiam naquele bairro, mas que se faziam sempre presentes para prestigiarem os eventos.

⁶ Música: Toda Forma de Poder – Composição Humberto Gessinger. Banda: Engenheiros do Hawaii/ Longe Demais das Capitais. BMG; 1986.

Ali, os mais diversos segmentos e instituições do município e de outras localidades desfilavam de forma alegórica perante os olhares orgulhosos dos moradores no dia festivo. As imagens dispostas a seguir apresentam o auge das comemorações no bairro.

Figura 1: Aniversário da vila 31 de Março, 1999.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria Rita Rezende.

Ao analisarmos algumas imagens como, por exemplo, a figura 1, podemos apreender a estrutura organizacional dos moradores para os festejos. Notamos traços do ideário de patriotismo manifestando-se nas bandeiras que se apresentam como “carro-chefe” das demonstrações de civismo, unidade e patriotismo.

A este respeito, Maia (2013, p. 198-199) salienta que:

A ideia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado, compreendido como memória, era considerado o elemento-síntese da tradição nacional – esta, a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado pelo ensino e pela cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil.

Percebemos, ainda, aspectos de cunho militarista na postura dos que empunham as bandeiras, que se fazem também evidentes nas vestimentas de lideranças, de forma a denunciar a perspectiva hierárquica. Nesse sentido:

As práticas cívicas, realizadas pelos cidadãos conscientes de seus deveres na manutenção da nação, estariam apoiadas nas estruturas culturais. O civismo, por ser um valor superior absoluto, constrói um aparato simbólico igualmente absoluto, como os hinos, os heróis, as datas singulares, os mitos de origem. A conscientização dos cidadãos, considerados os principais agentes sociais, depende da incorporação dos “autênticos valores da nacionalidade” expressos pela cultura através da educação. Esses valores forjam o “sentimento de unidade nacional”, pois refletem o espírito nacional construído desde o princípio da formação social brasileira. A tradição nacional, por sua vez, é a soma da crença na existência da unidade nacional associada à trajetória histórica comum. O papel da tradição é fundamental na seleção dos registros culturais que devem ser preservados. Os registros identificados pelos intelectuais como geradores estruturantes da sociedade brasileira integram a categoria de tradição nacional e reforçam o sentimento de unidade (MAIA, 2013, p. 198).

Ainda na figura 1, podemos observar que, em ambos os lados da rua encontra-se o público, composto pelos moradores do bairro festivo e também por moradores de outros bairros da cidade. Não se contemplaria na cidade interiorana de Inhumas-GO demais eventos como esse. Outros bairros até tentaram reproduzi-lo, mas não obtiveram sucesso. Ao que tudo indica, careciam de história ou memória para a fundação basal das festividades. Consideramos que, possivelmente, não se mantivessem apenas pelo ato de se comemorar, mas necessitaria também de um sentido denso para a sustentação das comemorações.

Figura 2: Premiação das competições esportivas. Aniversário da Vila 31 de Março, 1998.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria Rita Rezende.

A figura 2 evidencia um momento de premiação das competições esportivas realizadas para celebrar o aniversário da vila 31 de Março. Notamos, ao fundo, a presença de um trio elétrico utilizado nos festejos, aspecto que aponta a organização estrutural das comemorações.

De fato, confesso que alimentava grande admiração a cada comemoração que presenciava. Não obstante, os eventos me despertavam outro sentimento que não a inveja,

mas que usualmente era assim chamado. Inveja pelo meu não pertencimento àquela comunidade festiva, ou por não compactuar do sentimento de orgulho que se externava no olhar de cada morador daquele bairro.

A vila era/é única para os familiarizados, desde suas ruas, sua praça, até a consistente disposição para mobilização, que se manifesta ainda hoje entre seus moradores. É como ter construído uma cidade dentro de outra, mesmo que consideravelmente menor, pelo fato de ser apenas um bairro da cidade de Inhumas-GO, mas não era/é um bairro qualquer.

Algo mais do que vigas de concreto permeiam as construções locais. Há ali expressões que rememoram a história e a tradição. Cada esquina, casa, rua e comércio, embrenham-se de lembranças que insistem em resistir ao tempo. Lembranças que, para os moradores, transparecem como formas de reviverem os dias de festividades e, com isto, manterem os dias de alegria e efervescência de outrora, ainda presentes em seu cotidiano e em suas memórias.

4. História e memória da vila 31 de Março

Pessoalmente, as lembranças eram recorrentes à medida que eram também circunstanciais. Isto se deve ao fato de que sempre residi fora dos limites da localidade. Portanto, sendo apenas “um vizinho de bairro”, um espectador, a rememoração que estabelecia sobre as comemorações se efetuavam de forma menos intensa em relação aos moradores daquelas poucas quadras. Mas com o passar do tempo e com familiarização em relação ao conhecimento histórico, construí uma alternativa racionalizada para abranger aqueles eventos que, antes, só eram visto por mim através daquele sentimento acriançado.

Aqueles dias e aqueles eventos ainda se fazem presentes em minha memória, mas agora são compreendidos por outro ângulo, pois, mais adiante, veio a História. A partir de então, não conseguimos deixar-nos guiar somente pelo sentir. As explicações tradicionais não davam mais fim as minhas indagações. Agora,

Sentir e pressentir através das coisas; seguir pistas quase apagadas; instintivamente ler bem o passado, qualquer que seja o grau em que os caracteres são recobertos por outros caracteres, compreender os palimpsestos e até os polipsestos – esses são seus dons, essas são as suas virtudes (NIETZSCHE, 2008, p.41-42).

A princípio, o nome, as festividades ou até mesmo a data em questão não ocasionavam por si só, incômodo ao ponto de despertar o interesse de refletir acerca do real sentido ou propósito das comemorações. Para a grande maioria dos moradores do bairro em questão, como também para a parte majoritária dos moradores da cidade em geral, os eventos se

configuravam em apenas festividades. Entretanto, presenciei várias discussões sobre o caso, que partiram de um pequeno grupo de estudantes de História residentes da cidade, no qual eu também estava incluído.

As discussões iniciaram-se de modo displicente e circunstancial. As reflexões acerca do caso deram-se a partir dos questionamentos de um dos estudantes do grupo, que indagou sobre as práticas realizadas no setor em análise. Setor que, para nós, fazia referência à data de instauração do Regime Militar de 1964. Além disso, o estudante de História em questão levantou questionamentos a respeito da unidade escolar situada no setor, o Colégio Estadual Presidente Castello Branco, que também se tornou um elemento a ser observado nas discussões propostas aqui.

Posicionávamo-nos de forma a ser identificados com “o sentimento contrário, o prazer que liga a árvore as suas raízes, a felicidade que se prova ao não se sentir nascido do arbitrário e do acaso, mas saído de um passado-herdeiro, florescimento, fruto” (NIETZSCHE, 2008, 43). Contudo, devido à falta de sagacidade de pesquisadores⁷ e de experiência acadêmica, as primeiras análises não deixaram de ser superficiais. Em nossas observações, mesmo que ainda imaturas, ajuizávamos que os moradores daquele bairro homenageavam o Golpe de 1964 e rendiam homenagens ao regime militar.

O relato, extraído de um vídeo⁸ que foi produzido em meio às comemorações do aniversário da vila no ano de 2014, denuncia a visão e o desconforto de um dos estudantes, que expõe sua visão da seguinte forma:

Para não dizer que nós somos radicais ao extremo, claro que a sociedade, a comunidade da vila 31 de Março merece uma festa. Mas, o que a gente está cobrando aqui com esse pequeno vídeo aqui é o seguinte: Cadê a historicidade do 31 de Março? Por que não se faz um projeto na 31 de Março, para falar o que foi o 31 de Março? Você pergunta um morador aqui, eles não sabem o que foi o 31 de Março. Do outro lado ali desse painel aqui, tem um colégio Castello Branco, Presidente Castello Branco. Na nossa concepção enquanto historiador, enquanto cidadão, isso é inadmissível. Fazer a sociedade comemorar uma coisa que elas nem conhecem, uma alienação total, intelectual, a pessoa não se reconhece em seu pensamento. Por que os gestores da cidade fazem isso com eles? Qual que é o motivo? Comemorar isso? Fazer isso com as pessoas... aliená-las. E vim aqui, neste palanque aqui, e falar mil maravilhas da 31 de Março, mas, o cara não sabe nem o que foi 31 de Março. Essa é a nossa indignação, esse é o nosso recado do grupo ‘O manifesto’⁹ deixado aqui por mim. Obrigado!.

⁷ Este fato pode ser compreendido também como imaturidade acadêmica. Isso, pelo fato de que os integrantes do grupo encontravam-se nos seus primeiros anos de graduação em História.

⁸ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WVBghkHmwFA>.

⁹ O grupo “O Manifesto” trata-se de uma organização não governamental e autogestionário, que atuou em Inhumas GO de 2012 a 2014. Composto por estudantes de História, Geografia, dentre outros segmentos. O grupo se debruçava na tarefa de produzir artigos e documentários, ligados à área de educação, política e cultura.

Refletíamos sobre as comemorações e os sujeitos nela envolvidos com certa culpabilidade em relação à suposta referência ao Golpe Civil-Militar de 1964. Até que a familiarização¹⁰, por meio do conceito da consciência histórica, fomentou em mim a formulação de outras hipóteses acerca do caso em questão. Isso me fez investigar, de forma mais profunda, os modos com os quais os moradores se relacionavam com o seu passado.

A ideia é, quando compreendemos consciência histórica como o conjunto de operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010), tonaria pertinente para o caso, investigar o sentido atribuído pelos moradores aos eventos. Assim, utilizando este conceito como instrumento analítico do caso, poderíamos compreender as estruturas basais para manifestação das lembranças através da prática de ritualização. Neste caso, os moradores daquela localidade, assim como todos os homens, se relacionam igualmente com o tempo, no caso em questão, o tempo da fundação e o tempo das comemorações.

Rüsen (2010) argumenta que essa relação tempo, história e consciência histórica dá-se de modo que,

Essa resposta subjetivista à pergunta sobre o que é “história” como conteúdo da consciência histórica, propriamente, leva em conta o fato de que, no tratamento cognitivo do passado, no qual se constitui uma representação de algo como “história”, intenção no tempo desempenha um papel decisivo, que – por – definição vai além da experiência da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado. As experiências do tempo só servem para orientar a vida prática atual quando decifradas mediante essas intenções. Sem estas, ou seja, tomadas puramente em si, as experiências seriam, com todo efeito, sem sentido (RÜESEN, 2010, p.69).

Julgamos, portanto, que articular uma investigação acerca da consciência histórica dos moradores da vila 31 de Março nos possibilitaria, até certo ponto, compreender os modos pelos quais os sujeitos interpretam e dão sentido às reuniões ritualizadas. Ainda segundo Rüsen,

Pode-se descrever a operação mental com que a consciência história se constitui também como constituição do sentido da experiência do tempo. Trata-se de um processo da consciência em que as experiências do tempo são interpretadas, inserem-se na determinação do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. O termo “sentido” explicita que a dimensão da orientação do agir está presente na consciência histórica, pois “sentido” é a suma dos

¹⁰ Este fato também esteve imbricado em minhas análises em relação a estes eventos. Entretanto, com o desenvolvimento e conclusão do projeto de pesquisa da graduação em História (TCC), pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), familiarizei-me até certo ponto com a Teoria da História, de Jörn Rüsen.

pontos de vista que estão na base da decisão sobre objetivos. A consciência histórica não se constitui (pelo menos em primeira linha), pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim por contraste com o que poderíamos chamar de “racionalidade de sentido”. Trata-se de uma racionalidade, não da atribuição de meios a fins ou de fins a meios, mas do estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos (RÜSEN, 2010 p. 59).

Dessa forma, consideramos a necessidade de uma “historicização” mais detalhada do objeto de pesquisa. Isso, tendo em vista que, as operações da consciência na vida corrente que se tenciona investigar e que se dão sempre que se pensa historicamente só são identificadas quando se analisa a vida cotidiana dos homens, no curso da qual tais operações se realizam (Rüsen, 2010).

Ainda segundo Rüsen (2010, p. 55) “a peculiaridade dessas operações da consciência poder-se-ia designá-las também como atos de fala, só se evidenciam quando se reconhece qual sua ‘inserção na vida’: por que ocorrem, que resultados alcançam na vida prática cotidiana dos que as realizam”. Nesse sentido, realizar uma tarefa investigativa com base nas perspectivas atuais e ampliadas da Didática da História é, ao mesmo tempo, realizar uma reflexão sobre teoria e práxis. Entendemos que investigar as práticas culturais que se tornaram basais para a atribuição de sentido e constituição de identidade dos sujeitos envolvidos nestas comemorações, nos possibilitou compreender essas práticas pela da ótica dos próprios sujeitos nelas envolvidos; compreendendo ainda, que, são estes que agem, sofrem e atribuem sentido a estas experiências.

5. A celebração das lembranças e a formação da identidade coletiva.

As comemorações do aniversário da vila 31 de Março iniciaram e se mantiveram a partir da mobilização dos próprios moradores. De modo geral, os eventos eram coordenados pela Associação de Moradores da Vila 31 de Março. Esta organização realizava eleições periodicamente para a composição do seu corpo administrativo, baseando-se em um estatuto próprio que explicitava suas funções e limites de atuação.

Figura 3: Cerimônia de posse da nova diretoria da Associação de Moradores da Vila 31 de Março, 1997.



Fonte: Acervo Pessoal cedido por Maria Rita Rezende.

Na figura 3, dispomos de um registro referente às atividades da Associação de Moradores da vila 31 de Março. Na imagem, evidencia-se o momento de transferência de gestão em um ato cerimonial. Notamos um caderno, provavelmente uma ata, nas mãos de um dos diretores da Associação, fato que denota uma organização burocrática. As cerimônias eram realizadas na capela do bairro, sendo presenciadas por moradores e autoridades municipais.

A referida instituição trabalhava como um corpo administrativo e “interventor”, conjunto ao governo municipal, em prol de receberem benefícios para o bairro. Desta forma, conseguiram se organizar no que diz respeito à capacidade de mobilização política e cultural do local. Seguindo um sistema burocrático, o diretório era formado por presidente, vice-presidente, suplentes, tesoureiros, dentre outros cargos, preenchidos por meio de eleições disputadas entre chapas. Logo, a chapa eleita procurava atuar em sintonia com o prefeito da cidade. Desse modo, por ser uma vila politicamente mobilizada, obtinha-se um bom colegiado eleitoral como meio de influência. Com isso, era possível direcionar um grande número de eleitores que apoiavam representantes que se propusessem atender os anseios da comunidade, em resposta aos votos mobilizados, fato que despertava interesse dos políticos da cidade.

Segundo os moradores, por muitas vezes, as dissidências entre grupos políticos tradicionais do município refletiam diretamente na estrutura organizacional e no cotidiano da vila 31 de Março. Ocorria que, quando o presidente eleito para presidir associação posicionava-se politicamente contrário ao partido e perspectivas do prefeito eleito, os recursos eram minados como forma de demonstração de poder político e influência sobre o bairro. Isso fazia com que os moradores, orientados pela associação, tomassem medidas de caráter autônomo na busca de realizarem as festividades e melhorias no setor, o que incomodava a administração municipal. Alguns moradores afirmam que fatos como estes, contribuíram para o esfacelamento da Associação. O envolvimento de integrantes da associação com questões políticas do município gerou disputas internas que, conseqüentemente, provocou o desgaste da maior representatividade e sustentação das ações realizadas no setor.

Figura 4: Discurso de posse do novo presidente da Associação de Moradores da vila 31 de Março, 1997.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria Rita Rezende

Na figura 4, podemos observar o momento em que um integrante¹¹ da Associação de Moradores da vila 31 de Março discursava como presidente eleito. Noutras palavras, a posse também se transformava em um “ritual midiático local”.

Através do gerenciamento por parte da Associação, as festividades sempre iniciavam-se no amanhecer do dia 31 de Março com uma queima de fogos de artifício. Em seguida, um “carro de som” desfilava pelas ruas do bairro tripulado por alguns representantes da Associação de Moradores. Estes tinham por tarefa e tradição pronunciar o nome dos seus pares e, ao mesmo tempo, parabenizá-los pela data. Estas comemorações não eram somente aguardadas pelos moradores do bairro, também geravam grande expectativa em grande parte da população inhumense, que mantinha-se atenta à pontualidade e tradição das festividades.

Figura 5: Premiações no aniversário da Vila 31 de Março, 1998.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria Rita Rezende.

Durante as ações comemorativas, os moradores se reuniam na praça do bairro e na porta de suas casas para assistirem ao desfile cívico-militar. As festividades ainda

¹¹ Por questões maiores, que serão apresentadas ao decorrer da pesquisa, o nome dos associados e dos demais moradores aqui expostos, não serão divulgados. Quando ocorrer da identificação de algum indivíduo, fica aqui registrado que estas identificações são meramente fictícias. Isto, pelo simples cuidado de resguardar a identidade e o conforto dos moradores.

comportavam jogos, homenagens, discursos políticos, e várias outras ações. Na figura 5, podemos observar o momento de premiação de competições esportivas, chamando-nos a atenção para os elementos que denotam a unidade e a organização da Associação: membros uniformizados, reunidos, usando bonés e camisetas estampados com a marca própria da instituição. Assim, nesses “lugares de memória”, o ritual ganhava ares de comemoração. Nesse sentido,

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralização passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Figura 6: Banda Marcial da vila 31 de Março desfilando pelas ruas do bairro no dia do aniversário (Foto datada da primeira metade da década de 1990).



Fonte: Acervo pessoal cedido por Catarina Militão.

As bandas marciais eram as grandes atrações das comemorações do aniversário do bairro, como mostra a figura 6. Tambores e outros instrumentos ditavam o ritmo do desfile, e causavam frenesi aos presentes que acompanhavam retribuindo com aplausos a cada alegoria que passava.

Figura 7: Desfile pelas ruas da Vila 31 de Março encabeçado pelos representantes da Associação de Moradores da vila 31 de Março, 2001.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria Rita Rezende.

Já na figura 7, observamos a demonstração de gratidão dos moradores por meio de inscrições em faixas, direcionadas a políticos locais que declaravam apoio à comunidade e a seus festejos. Cabe salientar que era intensa a manifestação de sujeitos políticos no setor, visando obterem influência para fins eleitorais. Vale também lembrar que, como foi salientado anteriormente, o sujeito que tem seu nome registrado em destaque na faixa (figura 7), que é levada pelos representantes da associação, trata-se de um político que compactuava com os anseios da ditadura, filiado à ARENA, partido de apoio e sustentação do regime militar.

Outro fato curioso e peculiar da vila, e que nos remete ao Golpe Civil-Militar de 1964, é a homenagem prestada à figura do primeiro presidente deste período, cujo nome identifica a escola do bairro. O Colégio Estadual Presidente Castello Branco foi fundado em 1974 no governo de Irapuã Costa Junior, na transição da presidência do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para o governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Não é difícil perceber que as comemorações tornaram-se uma forma de reforçar os laços de identidade entre os moradores do bairro e, ao mesmo tempo, pode ser vista também como um modo de manterem viva a tradição que perpetua até os dias atuais. Concordamos com Cerri (2006), no ponto em que tais comemorações se apresentam como reflexos de projetos políticos que visavam legitimar ações infundadas. Ainda segundo Cerri (2006, p. 9),

A ditadura militar brasileira dotou-se de características específicas: necessidade de legitimidade por romper a lógica institucional (propaganda intensa, nacionalismo), ausência de culto à personalidade dos governantes, busca de uma participação passiva (!) da população, busca de simulacros de participação política no Estado Nacional (as festas cívicas).

Atualmente, notamos que as comemorações da vila 31 de Março reduziram sua intensidade se comparado às duas décadas anteriores. A princípio, este fato pode ser atribuído ao resultado das disputas políticas no município, que interviram na estabilidade da Associação, que era a principal responsável pela realização dos festejos.

No entanto, o contexto histórico, de certa forma, pode não mais fornecer sentido às comemorações. Este fato é pensado no ponto em que, com a redemocratização da política nacional, desfiles “cívico-militares” começaram a perder espaço nas reuniões públicas. Todavia, as comemorações ainda continuam sendo realizadas, com menor intensidade, porém, ainda pontuais como destaca a figura 8.

Figura 8: Aniversário da vila 31 de Março, 2015. (A última comemoração registrada)



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

É fato que a vila 31 de Março fora batizada com este nome pela simples pretensão de homenagear e exaltar o Golpe Civil-Militar. No entanto, quando expomos os resultados da pesquisa sobre a questão, vemos que, a princípio, alguns dos moradores da vila rejeitam veementemente esta relação, inclusive, procurando por meio de esquivas, negação ou silenciamento, estabelecer um hiato entre o marco histórico de 1964 e a realidade atual do bairro.

Ao nos aproximarmos do cotidiano dos moradores e das pessoas que integraram o espaço pesquisado e que participaram, ou ainda participam das comemorações de modo geral, percebemos que grande parte delas não estabelece nenhuma relação entre as práticas ali realizadas com elementos que remetem ao Golpe Civil-Militar de 1964.

A historicidade do bairro parece estar estruturada sobre uma espécie de “silenciamento” quando relacionada a determinadas práticas da ditadura, seja por não recordar, não relacionar, não dizer, não saber e, em maior ocorrência, negar. Visto isso, atentamos para,

A necessidade de ativar ou materializar o que existe em estado oral, ou mesmo ativar fatos que foram abafados por processos políticos a ponto de os retirar da memória de uma cidade, torna-se um desafio para nós pesquisadores, que não queremos deixar morrer determinadas experiências junto em protagonistas que têm hoje cerca de setenta a oitenta anos de idade. Nesse sentido, a história oral é um fator significativo para manter a experiência passada em discussão. É preciso ter em mente que há uma relação direta entre a memória e o esquecimento, e é importante observar um para entender o outro (BORGES, 2005, p. 40).

O caso da vila 31 de Março apresenta-nos, de certo modo, como um episódio peculiar na região. A saber: entre as décadas de 1950 e 1960, movimentos de luta pela posse da renda da terra eclodiram em Itauçu-GO, município vizinho a Inhumas-GO. Concordamos frente à pertinência de tentar compreender, como ambos os municípios, se portaram diante destes eventos.

6. Uma realidade “esquecida”: a luta pela posse da terra no município de Itauçu-Go e, a difusão do discurso conservador da elite inhumense

Os conflitos entre fazendeiros e produtores rurais ocorridos no município de Itauçu-Go na década de 1950 resultaram na criação de movimento das Ligas Camponesas, que foram radicalmente reprimidas com o advento do golpe. Em sua dissertação de mestrado, a historiadora Borges (2005) apresenta a atuação de trabalhadores do campo, no movimento de liga camponesa no município de Itauçu-GO. Inhumas-GO e Itauçu-GO são cidades

circunvizinhas, porém, se analisadas sobre em um mesmo contexto, apresentam algumas divergências nos modos em que os habitantes se posicionaram em relação a um mesmo contexto político.

Borges (2005) argumenta que a conjuntura política nacional, em meados da década de 1950, abriu espaço para a atuação de forças políticas ligadas às classes populares. As condições de trabalho e a ausência de políticas que possibilitassem melhorias das condições de vida do trabalhador do campo, oxigenaram a insatisfação da classe que, a partir de então, promoveu sua aproximação às orientações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo a autora, esta situação pode ser pensada a partir do fato que,

Em razão da ilegalidade do Partido Comunista na década de 1950 em Goiás, as associações constituíram a principal experiência de organização dos trabalhadores rurais sob a liderança do Partido Comunista. No centro e norte de Goiás, nesta década, aguçaram-se os conflitos pela terra entre grileiros, fazendeiros e posseiros, por causa da tentativa do capital de eliminar a posse e transformar a terra em propriedade privada capitalista. Essa situação levou à criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, em 30 de janeiro de 1954, com o objetivo de reunir os posseiros da região na defesa da terra grilada, no desenvolvimento do cooperativismo e na criação de escolas (BORGES 2005, p.36).

Este movimento se instalou também na região sul de Goiás e, em especial, no município de Itauçu-GO, a partir da acentuação das dificuldades impostas pelos proprietários de terra, inviabilizando que os trabalhadores rurais se beneficiassem também da posse da terra. Borges (2005) explica que este movimento de luta pelos direitos da posse da renda da terra em Itauçu-GO deveu-se ao fato de que,

A expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades ou para o norte do Estado era o fenômeno mais marcante da região na década de 1950. Quando o capital acelerou sua expansão no município de Itauçu, os fazendeiros, entregaram num prazo de dois a três anos, entregavam suas terras de matas virgens para os arrendatários, cobrando altas taxas de arrendo, para que estes formassem áreas de cultura ou criação de gado. Ao final deste prazo, o fazendeiro ficava com a terra formada sem nenhum desperdício de capital e, a partir de então, passavam a gerenciar diretamente a produção, dispensando os arrendatários e meeiros. O município de Itauçu foi e continua sendo uma região de minifúndios onde, anteriormente, as lavouras de café eram formadas após a derrubada de matas com machadas e facão. Foi neste contexto que, em 1956, organizou-se, neste município, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, sob a orientação do Partido Comunista (BORGES, p. 36).

A pesquisa evidencia de forma detalhada a adesão da comunidade de trabalhadores rurais ao movimento da luta pela posse da renda da terra em Itauçu-GO. Todavia, pelo que se sabe até então, não houve movimento semelhante no município de Inhumas-GO. O que mais nos interessa neste caso é compreender como se deram estas ações com o advento do golpe em ambos os municípios. A pesquisadora afirma que, a cidade de Itauçu, no que refere ao

movimento apoiado pelo Partido Comunista, não escapou das práticas ditatoriais, principalmente com a prisão de líderes do movimento, com exemplo do vereador do município na época conhecido como “Bailão”.

Segundo a pesquisadora, em 1964:

Em Itauçu, vários trabalhadores rurais foram presos imediatamente após o golpe. Bailão conseguiu fugir, mas foi preso em São Paulo, anos depois. O medo tomou conta da cidade. As consequências para os trabalhadores rurais foram inúmeras: Bailão teve seu mandato de vereador cassado no dia 04 de abril de 1964, alegando ser ele comunista, antipatriota, hostil às instituições religiosas e democráticas da Nação Brasileira, uma ameaça para o povo itauçuense por ser um elemento pernicioso e subverso. Assim, foi cassado o mandato de vereador de Sebastião Bailão. Ele fugiu de Itauçu para não ser preso, somente retornando à esta cidade em 2003. Bailão foi preso em 1971, permanecendo durante quatro anos no Cepaigo, cumprindo sua pena de dez anos, que foi reduzida por bom comportamento. Quando saiu, ficou um ano sem conseguir emprego. Os demais trabalhadores rurais envolvidos na organização, após suas prisões, sofreram muita discriminação da sociedade local, sendo taxados de “revolucionários e 58 comunistas”. O pastor Vergílio Pentecoste entregou o trabalho de pastor, vendeu os seus bens e mudou para Itaguaru. Muitos mudaram, outros permaneceram (BORGES, 2005, p. 57-58).

Consideramos ser de suma importância debruçar-se sobre alguns aspectos deste caso, pois, uma vez que as práticas do regime militar reverberaram em intensidades distintas entre os municípios de Itauçu-GO e Inhumas-GO. A primeira perpassada por situações conflitantes e negativas devido às tensões entre distintos projetos políticos coexistentes naquela região. Enquanto a segunda, pode ser considerada, na época, mais inclinada à aceitação dos ideários do regime ditatorial, pelo menos ao que se alude às práticas e discursos das elites locais.

O que podemos observar é o fato de que no município de Inhumas-GO as elites locais se esforçaram na difusão de propagandas políticas conservadoras e, acima de tudo, contrárias à reforma agrária. Elas, muitas vezes, exaltam e compactuam com as práticas autoritárias do golpe por meio da materialização dos seus ideais. Um exemplo disso são as homenagens ao regime centradas na vila 31 de Março.

Não obstante, a pesquisa desperta a nossa atenção em relação a algumas conclusões. As consequências da repressão sobre o movimento dos trabalhadores rurais para o município de Itauçu-GO implicaram em uma espécie de desconforto para com a memória dos habitantes locais. Nas conclusões de Borges,

O silêncio dos trabalhadores rurais durante todos estes quarenta anos e sua resistência a colaborar nas entrevistas relaciona-se às lembranças traumatizantes que muitos acreditam ser, ainda, comprometedoras. A sociedade itauçuense tentou ocultar, com o esquecimento, os fatos que acreditavam comprometer a sua imagem, ou seja, procurou ocultar aquilo que poderia revelar seus paradoxos, suas falhas, uma vez que o comunismo era visto como um mal a ser banido da sociedade. (BORGES, 2005, p.58-59).

Contrastando com o nosso objeto da pesquisa, este fato ocorrido no município de Itauçu-GO nos incentiva a investigar as inspirações ideológicas dos fundadores e idealizadores da vila 31 de Março. Consideramos que as dimensões estéticas das comemorações deste setor podem também denunciar uma “pré-orientação” para seu próprio sentido. Isso, se levarmos em consideração o fato de que,

A dimensão estética, relacionada com a eficácia psicológica das interpretações históricas, ou com a parte de seus conteúdos que afetam os sentidos humanos. Uma forte orientação histórica precisa sempre envolver os sentidos. Mascaradas, em danças e músicas podem todas ter um conteúdo histórico (RÜSEN, 2009, p.172).

Procuramos compreender como o Golpe Civil-Militar de 1964 reverberou entre os sujeitos, motivando-os a renderem homenagens relativas à data de instauração do regime e a seus principais agentes, assim como os discursos penetraram ou não na consciência histórica dos moradores da vila 31 de Março.

CAPÍTULO 2

A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E IDEOLÓGICO – HOMENAGEM E EXALTAÇÃO AO REGIME MILITAR

Debruçar-se sobre alguns aspectos da história e das práticas políticas realizadas na cidade de Inhumas-GO, bem como analisar outros fatos presentes no cotidiano deste município, é pertinente para a tentativa de compreender estruturas e especificidades dos discursos e das relações políticas e sociais ali localizadas. Trata-se de um mergulho na “cultura” local em busca de elementos que possam dar sentido ao passado.

Os discursos de exaltação ao regime militar brasileiro, vindos dos fundadores da vila 31 de Março, podem ser compreendidos aqui como um conjunto de práticas discursivas que forneceu, até certo ponto, bases orientadoras de sentido para com a formação de identidade dos moradores do local.

Consideramos a definição de discurso a partir do pressuposto que,

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal. A plenitude do passado cujo torna-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa (RÜSEN, 2010 p.149).

Ajuizamos que as práticas discursivas por parte das elites locais foram presentes tanto na fundação da cidade de Inhumas-GO quanto na fundação da vila 31 de Março. Segundo nosso entendimento, enunciações atribuíram um sentido primeiro para os rituais comemorativos dos moradores deste bairro. Segundo essa “cultura histórica” partilhada, o termo enunciação é entendido na forma imobilizadora da significação do discurso, a fim de oferecer resposta a alguma experiência e que é construída como tal (BAKHTIN, 2006). Nesse sentido, ela pode aqui ser a tentativa de legitimar o processo de consolidação de grupos dominantes na região.

Quanto à questão referente à atribuição de sentido, cabe salientar que,

“Sentido¹²” articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na

¹² Bakhtin sugere que o termo “significado” se refere à palavra dicionarizada e, sentido, ao procedimento de “apreender” realizado por aquele que emprega a palavra. Neste caso, consentimos o que Rösen pensa em “significado”.

perspectiva do tempo. Sentido histórico na relação com o mundo significa uma representação da evolução temporal do mundo humano tanto baseada na experiência quanto orientadora e motivadora do agir. Também na relação do homem com si mesmo, o tempo é interpretado em consecução, de modo que seja alcançado um mínimo de consciência do “eu”: a identidade histórica (RÜSEN, 2010, p. 156).

Verificamos também a possibilidade de que o sentido primeiro dos rituais da vila passa por estados de ressignificação. Isso tendo em vista que, com o passar dos anos e contrastando com o movimento da redemocratização da política nacional, não faz “sentido” comemorar de forma consensual e explícita elementos que fazer referência a um dos episódios mais desconfortantes da nossa história política.

Sendo assim, neste capítulo concentramos esforços na tentativa de compreender, primeiramente, por meio da análise crítica das fontes, o contexto no qual foi fundado o município de Inhumas-GO, de modo a identificar elementos que evidenciassem grupos sociais que se sobressaíram na região, bem como suas motivações políticas. Portanto, apresentamos aqui uma análise de diversas fontes selecionadas para a compreensão do caso, como exemplo, recortes de jornais da época e registros da literatura local.

1. Os simpatizantes do Golpe e os discursos de exaltação ao regime

A vila 31 de Março foi fundada durante a gestão municipal do prefeito Alcântara Marques Palmeira. Nascido no município de Itaberaí-GO em 03 de maio de 1929, Marques Palmeira foi prefeito de Inhumas-GO no período de 01/02/1966 a 31/01/1970. Informações¹³ trazem que, por profissão, o político era agropecuarista. Sua vida política e parlamentar se destacaram pelas seguintes participações: Prefeito Municipal de Inhumas-GO, pela UDN (União Democrática Nacional), de 1966-1970 e Deputado Estadual, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de 1971-1975, 7º Legislatura.

Entretanto, antes de realizarmos uma abordagem mais específica acerca da gestão do prefeito Alcântara Marques Palmeiras, personagem de grande pertinência para a compreensão do contexto de fundação da vila, realizaremos um breve levantamento sobre o contexto, político, social e econômico do município, em relação às gestões que antecederam esse governo.

Por meio da historiografia local, entendemos que o município de Inhumas-GO teve sua emancipação firmada após a assinatura do decreto nº 602, de 19 de janeiro de 1931. Porém, por questões burocráticas, a vigência do decreto só se tornou plena em 19 de março de

¹³ Fonte: <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1504>

1931, data oficial do aniversário da cidade. Fundada no contexto da Revolução de 1930, Inhumas, como muitos outros municípios da região, apresentava a prática agropecuária como sua principal atividade econômica.

Desde a fundação da cidade até os dias de hoje reconhece-se a influência de grupos e famílias tradicionais que apresentam, em suas atuações políticas e sociais, aspectos que nos remetem aos costumes de teor “coronelista”, legitimados pela posse da terra e por posições políticas. Entendemos que as “práticas coronelistas” são típicas da época da Primeira República que durou de 1889 até 1930 (CARVALHO, 1996). Sendo assim, em Inhumas, o termo “coronelismo” torna-se bastante utilizado por moradores mais atentos, principalmente, quando com a intenção de bradar contra a influência dos grupos, sobretudo, nas decisões políticas do município.

Neste caso, atentando a questões conceituais, esses grupos dominantes que se constituíram no município se aproximam do que é denominado “clientelismo”. Isto porque os sujeitos políticos de tais grupos não possuíam título de coronel e mesmo assim colocavam em prática atos semelhantes aos de conteúdo coronelista.

Para Carvalho (1996, p.134-135), as distinções do caso proposto aqui podem ser desenvolvidas com base na ideia de que,

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.

Esta definição retrata de forma mais precisa a realidade de Inhumas-GO. A população inhumense, por muitos anos, viu-se refém da limitada oferta de emprego devido às poucas indústrias até então existentes na região. O agravante da situação se dá pelo fato que tais indústrias se encontravam como propriedade dos grupos dominantes, resultando em uma maior forma de controle social e político. Desse modo,

Exemplo claro dessa situação é o da cidade que na década de 60 era dominada por duas famílias, cujo poder se baseava simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos. As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenômeno não era sistêmico, embora houvesse

vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo (CARVALHO, 1996, p. 135).

Reconhecemos que tal situação não ocorreu somente na cidade de Inhumas-GO, mas que algumas dessas características são manifestas em outras localidades próximas, também de aspectos tipicamente interioranas. A historiografia local¹⁴ aponta que em Goiás, nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos, as práticas oligárquicas resistiram de maneira absoluta, mesmo sob a expressão da Revolução de 30, devido à ausência de outros estratos sociais com força suficiente para impor o novo perfil burocrático defendido por Vargas (MOREIRA, 2004)¹⁵. De acordo com o autor:

Em Inhumas, a passagem dos anos trinta representou a emancipação política do município, fruto das dissidências políticas dos grupos de Currallinho, hoje Itaberaí, desamparado pelos Caiado, o que não significou adesão desses grupos locais. O projeto político de emancipação de Inhumas evidencia a legitimidade dessas forças elitistas locais, quando da garantia de execução final da emancipação ocorreu pelo lado contrário a essa força de apoio, Ludovico figura responsável por extirpar não apenas o Caiado, como seus correligionários. Essa estratégia política de adequação das elites locais ao novo governo evidencia no corpus historiográfico, a elite local como base da política nacional, a ponta do iceberg das relações política estadual e nacional (MOREIRA, 2004, p. 49-50).

É importante ressaltar que as gestões que antecederam a administração de Alcântara Marques Palmeira apresentavam alguma destas características que se tornaram recorrentes também nas gestões posteriores.

As eleições municipais de 1960 denotam questões que se aproximam com o momento de instabilidade política nacional ante a eminência do Golpe Civil-Militar de 1964. Não obstante, estas questões mostram que agentes locais compactuavam com os anseios políticos da ditadura. As eleições de 1960 elegeram para a Prefeitura de Inhumas-GO, Nelo Egídio Balestra, como prefeito, e Francisco Arataque, como vice-prefeito, ambos da UDN. Já para governo estadual, foi eleito Mauro Borges (PSD) que seria deposto com o advento do golpe e, para a presidência, Jânio Quadros que meses depois renunciaria ao cargo.

¹⁴Sobre a historiografia local, consideramos três produções de importância para se compreender alguns aspectos da história do município de Inhumas-GO, produções realizadas por escritores e professores que residem no município. Destas obras, duas se apresentam de cunho historiográfico e uma de cunho literário. No primeiro caso, utilizamos as seguintes obras: *A cidade pela fotografia* e *Metáforas do progresso: a dinâmica municipal*, de Gleidson de Oliveira Moreira. Já de cunho documental e literário, analisamos: *Instantes da história de Inhumas*, de Alessandro S. Miguel, Luciano S. Miguel e Jamil Miguel.

¹⁵Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Faculdade de Anicuns, pesquisador e membro-fundador do Laboratório de Pesquisa em História Social – LAPHIS.

Por meio de sua influência na época, Nelo Balestra deu seguimento a sua carreira política e elegeu para o cargo de deputado estadual seu filho, Roberto Egídio Balestra¹⁶. Balestra, como é comumente chamado, sempre foi reconhecido por sua postura mandatária, garantida pela sua influência política e legitimada pela posse da terra.

As próximas eleições no município foram realizadas sob um novo ordenamento constitucional, pois, nos anos que se seguiram, um episódio da política nacional influiria diretamente na história país: o Golpe Civil-Militar de 1964 que veio a modificar toda a estrutura política brasileira. As consequências acarretadas por este evento nas relações políticas, econômicas, sociais são conhecidas e, em Inhumas, não foi diferente. Políticos foram caçados e outros foram lançados à candidatura para as novas eleições, reguladas agora pelo comando do regime ditatorial.

Alguns fatos ocorridos na disputa pela gestão da Prefeitura de Inhumas na época revelam-nos, de certo modo, a postura autoritária de sujeitos políticos locais. Em um episódio protagonizado pelo então candidato a prefeito, Marques Palmeira, de acordo com a literatura local,

Para a Prefeitura de Inhumas, o PSD lançou Nelito Brandão e a UDN lançou Alcântara Marques Palmeira que, por razões políticas havia dado um sonoro tapa na cara do delegado de polícia de Inhumas, um tal major Braz. Esse delegado, quando chegou à cidade, dizia que viera de encomenda para por arreio na turma da UDN. Não deu tempo, apanhou antes. Desmoralizado, teve que ir embora sem haver montado em ninguém (MIGUEL/ALESSANDRO e JAMIL, 2003, p.89).

O eleito a presidir o cargo de prefeito de Inhumas-GO foi exatamente Alcântara Marques Palmeira. Não é difícil apreender este contexto tendo em vista que um delegado de polícia, agredido e “desmoralizado”, logo se vê obrigado a retirar-se da cidade. Esta é apenas uma das várias situações que exemplificam e denunciam as práticas das elites locais.

Ademais, a literatura local registra que, pela proximidade com o deputado estadual Getúlio Vaz, Marques Palmeira recebeu grande quantidade de recursos financeiros em sua

¹⁶Político conservador e latifundiário, bastante conhecido na região, *Roberto Egídio Balestra* nasceu em Inhumas (GO) no dia 24 de maio de 1944. Filho de Nelo Egídio Balestra e de Garcita Soyer Balestra, empresário e produtor rural ligado à área de citricultura, iniciou suas atividades políticas em 1966, ano em que filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964. Em novembro de 1986, disputou uma vaga de deputado federal constituinte, aliando-se ao ex-governador Mauro Borges. Seu nome foi incluído na lista dos candidatos que receberam apoio da União Democrática Ruralista (UDR). Ao longo de sua campanha, deixou claro que seus principais compromissos eram com o desenvolvimento do setor agrícola e a propriedade da terra. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-egidio-balestra>.

administração por parte do governo militar. Estes recursos possibilitaram a realização de obras de grande anseio e impacto para o município na época.

Consideramos ser de grande relevância refletir sobre a recepção dessa intensa realização de obras em um contexto específico¹⁷, tendo Inhumas, neste momento, uma real carência de infraestrutura desde saneamento básico a instalações públicas. A este respeito, também se deve considerar que no município,

[...] os princípios do trabalho pela emancipação política da cidade, a higiene e disciplina exigidas pelo cientificismo da medicina, atuaram como forma de despertar, em ritmo muito próprio daquela realidade, o desenvolvimento. Tais fatores cruzam-se com o mito da metrópole e juntos compõem o imaginário social local impulsionando os sujeitos sociais à ação e à elaboração de diversas identidades (MOREIRA, 2006, p.85).

Segundo a historiografia local¹⁸, Inhumas experimentou nos anos 1950 o ‘boom’ desenvolvimentista da Construção de Brasília (MOREIRA, 2006). No entanto, em meados da década de 1960, o município, sobre a administração de Marques Palmeiras, vivenciou o seu período de maior modernização infraestrutural, reflexo da política nacional.

Acreditamos que essas medidas de modernização podem ter reverberado de forma eufórica a memória de alguns sujeitos que foram abordados durante a pesquisa. Isto porque, neste mesmo contexto, o regime militar dava seus primeiros passos no comando da política nacional. Nesse sentido, é necessário refletir sobre a sensação de progresso proporcionado pelo regime militar que, por estes lados, transparecem atenuar as práticas ditatoriais efetivadas pelo regime em questão.

2 O milagre econômico e ideário de progresso como forma de sustentação das posições política e sociais em Inhumas-GO

¹⁷ Segundo o historiador inhumense Gleidson de Oliveira Moreira, o progresso advindo da construção da capital federal, influiu diretamente no cotidiano da cidade. Inhumas foi envolvida pela sua possibilidade econômica, para a produção e fornecimento de gêneros alimentícios (MOREIRA, 2006).

¹⁸ Assim como foi salientado em momentos anteriores, há de se levar em consideração a real limitação de produções historiográficas sobre Inhumas e região. As fontes aqui utilizadas vão de recortes de jornais, fotografias, entrevistas a algumas obras de cunho literário sobre a cidade. É de nosso total conhecimento que a maior parte das produções que remetem a episódios da história de Inhumas partem do trabalho de “memoristas”, sujeitos que se debruçam a resgatar fatos passados através da iconografia, arte e literatura. No entanto, contamos também com obras de historiadores como Gleidson de Oliveira Moreira e Cleumar de Oliveira Moreira, que se debruçaram na tentativa de problematizar e fundamentar parte da história do município. Além destes, nos beneficiamos da dissertação de mestrado em História da professora Elizabeth Maria de Fátima Borges, pela Universidade Federal de Goiás, que busca compreender a história do município de Itauçu-GO, através da questão agrária. Desse modo, a pesquisa apresenta fatos políticos, sociais e econômicos de uma região que abarca aspectos tanto do município de Inhumas-GO quanto de Itauçu-GO. Entendemos que tais produções são úteis para o entendimento do contexto da região.

O Regime Militar soava como um “bom governo” para determinados grupos sociais da cidade de Inhumas-GO. Pelo menos, é que consta nos registros de “memoristas”, historiadores e em reportagens sobre o cotidiano da cidade realizadas a partir segunda metade do século XX. Devemos levar em consideração que foi também intenso neste contexto a realização de um denso volume de obras pelo governo municipal, que visava aperfeiçoar e modernizar a infraestrutura da cidade de forma até então inédita.

Tais mudanças aliam-se ao instante em que a economia do país passou a ser vista como momento único do desenvolvimento. O então “milagre econômico” ou “boom econômico” é sempre rememorado por alguns sujeitos, como o aspecto de maior positividade da ditadura. Sobre este momento específico da economia brasileira, Prado e Erpe (1996, 11), salientam que:

A expressão “Milagre Econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “Milagre Alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “Milagre Brasileiro” passou a ser usado como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 - e também como instrumento de propaganda do governo.

Em Inhumas, essa sensação se deu de forma mais intensa na segunda metade da década de 1960, pois, já nestes anos, escolas foram construídas, ruas asfaltadas e redes de saneamentos básicos instalados. Além da construção da cadeia municipal, sedes de órgãos públicos foram criadas, como a Secretaria da Agricultura e a sede regional do Consórcio Rodoviário Intermunicipal, além de uma agência da Caixa¹⁹, em 1968.

Alguns meios de comunicação anunciavam, nas suas páginas de maior destaque, a inauguração das obras com grande euforia. Como podemos perceber na matéria exposta²⁰ na figura 9, o corpo editorial do Jornal A Voz Inhumas estava atento para o cenário político nacional. Mesmo com sua orientação política de apoio incondicional ao regime, este jornal apresenta em seus artigos o panorama nacional e os anseios governistas da época que aqui são úteis para um melhor entendimento do caso.

Em destaque, segundo o jornal,

O progresso revolucionário da época atual exige que uma cidade em franco desenvolvimento seja subdividida em diferentes setores de atividades.

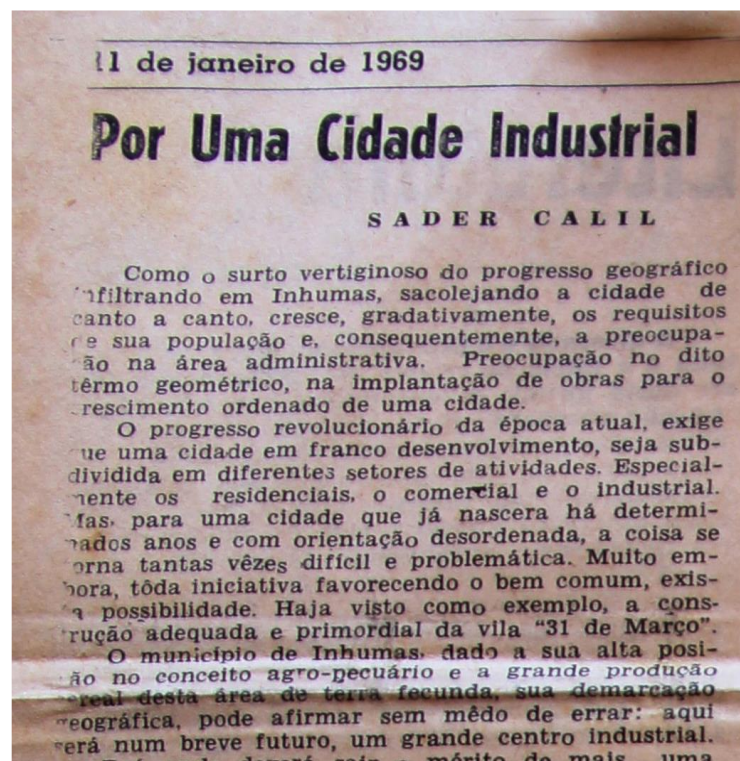
¹⁹ Trata-se da inauguração de uma agência da Caixa Econômica Federal de Goiás, que viabilizou os serviços bancários na cidade.

²⁰ Para uma melhor visualização dos textos das reportagens, decidimos transcrever trechos que se apresentam pertinentes para a submissão de análises.

Especialmente os residenciais, o comercial e o industrial. Mas, para uma cidade que já nascera há determinados anos e com orientação desordenada, a coisa se torna tantas vezes difícil e problemática. Muito em hora, toda iniciativa favorecendo o bem comum, a construção adequada e primordial da vila ‘31 de Março’.

Como o surto vertiginoso do progresso geográfico infiltrando em Inhumas, sacolejando a cidade de canto a canto, cresce, gradativamente, os requisitos de sua população e, conseqüentemente, a preocupação na área administrativa. Preocupação no dito termo geométrico, na implantação de obras para o crescimento ordenado de uma cidade. O progresso revolucionário da época atual, exige que uma cidade em franco desenvolvimento, seja subdividida em diferentes setores de atividades. Especialmente os residenciais, o comercial e o industrial. Mas para uma cidade que já nascera há determinados anos e com orientação desordenada, a coisa se torna tantas vezes difícil e problemática. Muito em hora, toda iniciativa favorecendo o bem comum, existe a possibilidade. Haja visto como exemplo, a construção adequada e primordial a vila “31 de Março”. O município de Inhumas devido a sua alta posição no conceito agro-pecuário e a grande produção real desta área de terra fecunda, sua demarcação geográfica, pode afirmar sem medo de errar: aqui será em breve futuro, um grande centro industrial.

Figura 9: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – 11 de janeiro de 1969, p. 4.



Fonte: Acervo: Casa da Cultura e Museu da Cidade de Inhumas.

A reportagem acima (figura 9) evidencia o momento em que a cidade aspirava ingressar em uma perspectiva de modernização da sua infraestrutura. Percebemos que no corpo do texto considera-se a necessidade de adequação de uma cidade que crescia desordenada e sem planejamento. Neste cenário, a construção da vila 31 de Março, inaugura esta “nova etapa” da história do município.

A expectativa de crescimento da qual falamos pode estar impregnada no imaginário dos sujeitos interioranos e fundamentada no “mito do progresso”, ou ainda na sensação do mesmo. Não obstante, a duração da mentalidade do progresso no interior ajuda a entender a convivência tênue entre as ideias de desenvolvimento e progresso. De acordo com Moreira:

A ideia de progresso - entendida como acúmulo de experiências, de melhoramento a cada geração, de avanço, crescimento e desenvolvimento - floresceu no Brasil e atravessa de forma preponderante, o imaginário nacional estabelecendo condutas e sensibilidades, idealizações e entendimentos de praticas sociais (MOREIRA, 2004, p. 84).

Nesse sentido, a categoria de progresso na análise do cotidiano inhumense torna-se pertinente pelo fato de que:

A historiografia local, em face às transformações ocorridas na cidade de Inhumas, incluindo-se os trabalhos mais recentes que, por vezes, criticam o tão propalado desenvolvimento da cidade, não escaparam à categoria progresso como referência de análise. Criticado ou reafirmado, o progresso é o ponto de partida para se pensar as mudanças econômicas, políticas, urbanas e estruturais, dentre outras, ocorridas na cidade, desde sua fundação (MOREIRA, 2006, p. 86).

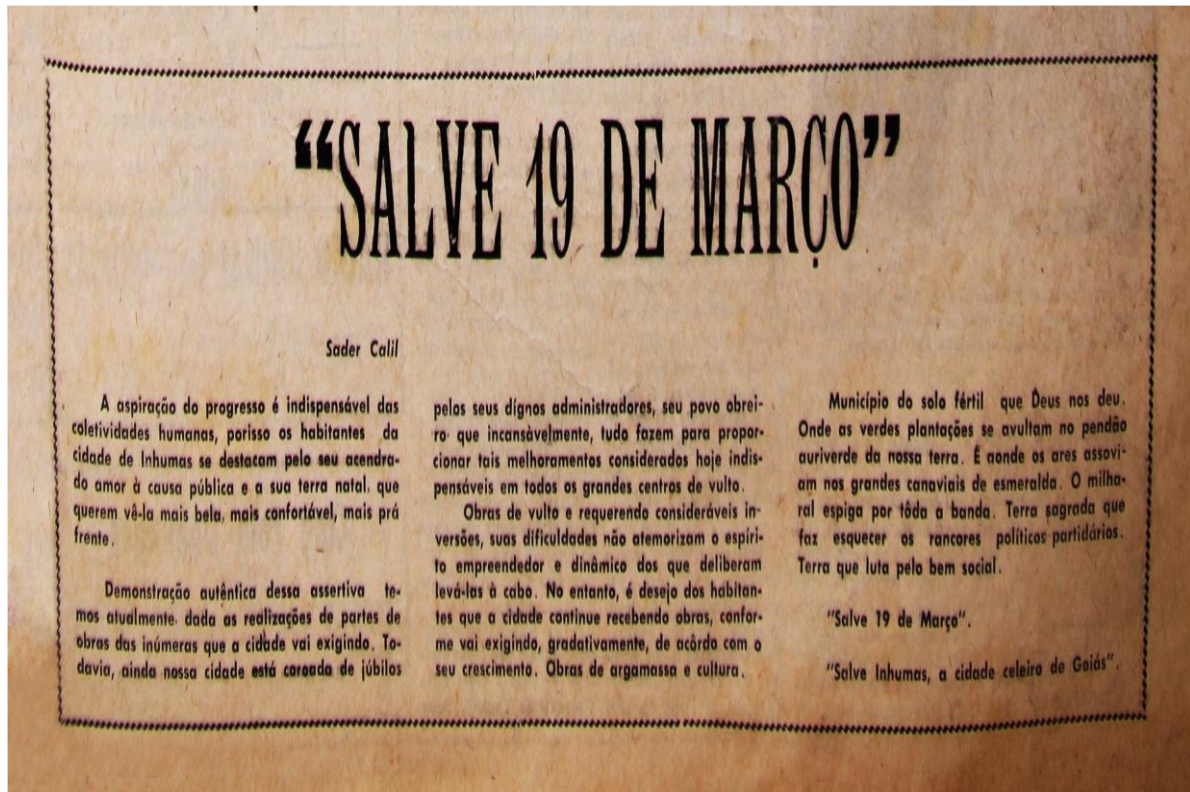
Pretendemos, neste momento, compreender as formas pelas quais alguns discursos se efetuavam nesta cidade no início da década de 1960. Em Inhumas, como em outras localidades, havia a prática de propagar discursos que difundia a ideia de progresso promovido pelo novo regime, configurando-os em homenagens, muitas vezes, materializadas e simbolizadas por datas e nomes sugestivos, que faziam referências a determinadas situações ou eventos. Para Moreira (2004),

A concepção de progresso advinda com a República, ao que parece, ganhou ares distintos influenciando diversas cidades e regiões. Neste sentido, é interessante observar que o termo “república” ou o dia “15 de novembro” passou a ser amplamente utilizado com nome de praças, largos, avenidas e ruas (MOREIRA, 2004, p. 84).

Comprendemos que o ato de nomear logradouros está ligado também ao fato de que “a nomeação do logradouro público não é algo banal ou deslocado do contexto histórico e social” (AUGUSTO e DEMENECK, 2014, p. 5). Em Inhumas-GO, essa forma de difusão e propagação ideológica, no caso, o ideário de progresso, pode ser exemplificado pelo fato que,

A cidade de Inhumas, inserida nessa discussão criou, também, a sua rua 15 de Novembro. Afirmar esta ação isolada caracteriza a adesão do ideal de progresso pelos habitantes da cidade ou pela elite local pode parecer demasiado simplista. No entanto, não se pode negar que tal fato sugere uma pista significativa para o entendimento do enraizamento do mito do progresso (MOREIRA, 2004, p. 84).

Figura 10: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – 19 de março de 1969, p. 4.



Fonte: Acervo: Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Na reportagem da figura 10, o jornal A Voz Inhumas apresenta uma propaganda das ações do prefeito da época, Marques Palmeira. Trata-se da exaltação ao dia 19 de Março, data que faz referência ao marco da emancipação política da cidade. Segundo o jornal,

A aspiração do progresso é indispensável das coletividades humanas, por isso os habitantes da cidade de Inhumas se destacam pelo seu acendrado amor à causa pública e a sua terra natal, que querem vê-la mais bela, mais confortável, mais pra frente. Demonstrações autênticas dessa assertiva têm atualmente dadas as realizações de partes de obras das inúmeras que a cidade vai exigindo. Todavia, ainda nossa cidade está coroada de júbilos pelos seus dignos administradores, seu povo obreiro que incansavelmente, tudo fazem para proporcionar melhoramentos considerados hoje indispensáveis em todos os grandes centros de vultos. Obras de vulto e requerendo. Obras de vulto e requerendo consideráveis inversões, suas dificuldades não atemorizam o espírito empreendedor e dinâmico dos que deliberam leva-las à cabo. No entanto, é desejo dos habitantes que a cidade continue recebendo obras, conforme vai exigindo, gradativamente, de acordo com o seu crescimento. Obras de argamassa e cultura. Município do solo fértil que Deus nos deu. Onde as verdes plantações se avultam no pendão ouriverde da nossa terra. É aonde as ares assoviam nos grandes canaviais de esmeralda. O milhoal espiga por toda a banda. Terra sagrada que faz esquecer os rancores políticos partidários.

Ainda na reportagem exposta, não é difícil perceber a ênfase incisiva da propaganda do desenvolvimento e do progresso na região. Por ser um veículo de comunicação, ajuizamos que o jornal realiza uma ação de conscientização cívica. Atribui-se ao leitor, mesmo que este

não reconheça diretamente a ação ideológica conservadora, e a responsabilidade para com um ideal maior.

A este respeito, pode-se levar em consideração que:

Pode-se dizer que, durante o Estado Novo, a assim chamada “identidade brasileira” seria amplamente redefinida – pelo menos do ponto de vista governamental. Muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam utilizados pela propaganda política foram estabelecidos nessa época: a valorização do trabalho, uma certa ideia de nação – baseada nos princípios de coesão e cooperação. Pode-se dizer, então, que essas são matizes ideológicos do Estado Novo e que seriam retrabalhadas na ditadura militar (MAIA, 2013, p. 188 apud FICO, 1997, p. 34).

Tais elementos são “formas tênues” utilizadas com a finalidade de legitimação e sustentação do regime frente à sociedade. Para Maia (2013), a corrente otimista “reinventada” na ditadura civil-militar garantiu o substrato ideológico ao civismo, o qual não necessariamente estava ligado ao uso da força. A autora considera que,

O civismo, ao incorporar o otimismo, organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista-conservador em torno do projeto autoritário dos governos militares. O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; por limitar a capacidade de organização política coletiva; por aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores nacionais superiores. A defesa desses valores superiores absolutos, por princípios imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a Nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever, perdia também seus direitos políticos e sociais, ou seja, deixava de ser cidadão; tornava-se um subversivo (MAIA, 2013, p. 188-189).

Não obstante a estes apontamentos, em Inhumas, a gestão de Alcântara Marques Palmeira foi respaldada e beneficiada pela efervescência da política municipalista²¹. A literatura local destaca ainda que:

Passou a vigorar em 1966 o novo sistema tributário que adotou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Consequentemente, as prefeituras passaram a receber vultosas quantias vindas do novo imposto, quinzenalmente. Comparada com as administrações anteriores, a nova arrecadação tornou-se uma fortuna colocada à disposição das administrações municipais. Foi quando elas puderam adquirir motoniveladoras, pás mecânicas, caminhões e até automóveis para o uso pessoal dos prefeitos. Foi com essa fartura de recursos que o prefeito Alcântara Marques Palmeira administrou Inhumas, a partir de 1º de fevereiro de 1966 (MIGUEL/ALESSANDRO e JAMIL, 2003, p. 90).

²¹Nas eleições processadas em 3 de outubro de 1960, para governador do Estado, foi eleito Mauro Borges Teixeira, representando a coligação PSD/ PTB/PTN, o que permitiu maioria parlamentar e, portanto, respaldo político para se processar qualquer modificação na estrutura econômica-social, política administrativa de Goiás. A aplicação do Plano de Metas do Presidente JK suscitou a aplicação de Planos Regionais de Desenvolvimento. Moreira, Gleidson de O. Metáforas do Progresso: a dinâmica municipal; Goiânia, Kelps, 2004, p.159.

Figura 11: Reportagem do jornal A Voz Inhumas - 7 de fevereiro de 1970, p.7.



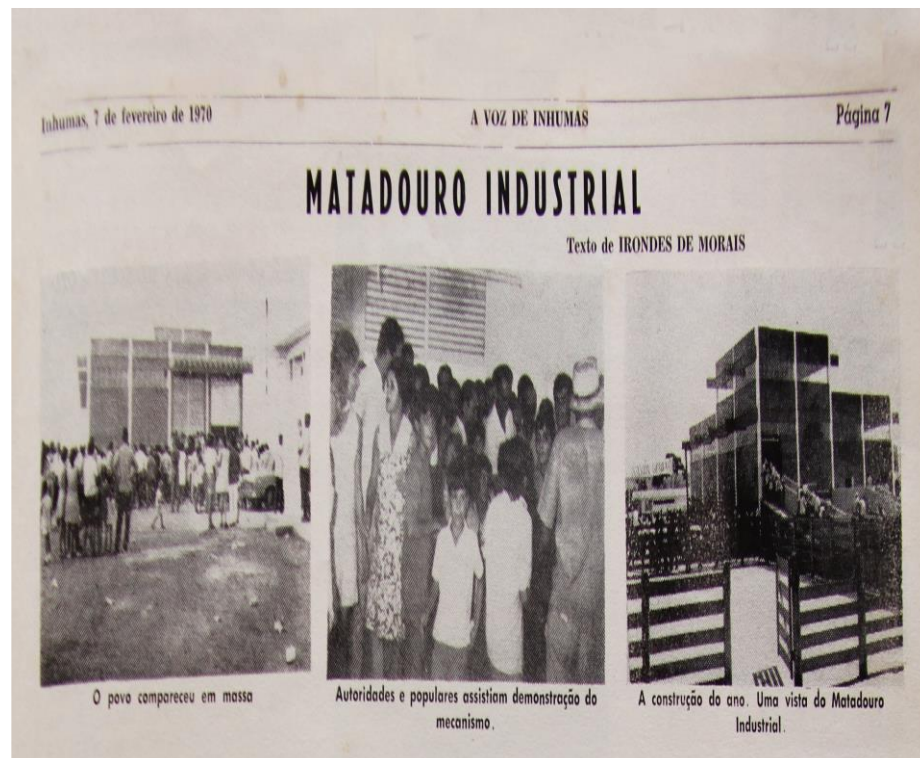
Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

O trecho de reportagem exposto (figura 11) evidencia a ênfase com a qual o jornal anunciava as inaugurações de obras públicas. Não obstante, a reportagem traz o contexto de intensas obras no município, fruto da política municipalista que, ao nosso entendimento, reflete também o interesse dos agentes da ditadura em estabelecer apoio ao regime nas regiões abastadas das capitais.

Nota-se no título da reportagem um trato estético pelo destaque da palavra em inglês *rush* como uma enunciação. Consideramos que tal enunciação denota uma forma de fomentar a ideia de progresso em rápida ascensão na região. Um tratamento estético visando impactar o leitor com o anúncio da inauguração de várias obras em destaque de primeira página:

A reportagem da V.I. em contatos mantidos com pessoas de várias camadas sociais, captou inúmeras palavras de elogios ao Matadouro. Houve também muito espanto, principalmente para aqueles que conheciam somente por ‘ver falar’.

Figura 12: Reportagem do jornal A Voz Inhumas - 1970, p. 7.



Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Outro exemplo, a construção de um matadouro, espécie de frigorífico, representada acima na figura 12, que veio a ser considerado o empreendimento do ano no município, conforme registrado na reportagem.

Pensamos também que, sendo o meio de comunicação mais atuante da época no município, o jornal contribuiu para com a propagação do “mito do progresso” no imaginário local. O termo “mito do progresso” é aqui pensado tanto pela forma em que foi utilizado por grupos dominantes em contextos específicos, quanto pelas contradições de sua aplicação. Dessa forma,

[...] é tornar visíveis as contradições que existem entre o conceito de progresso - como utilizado para justificar o discurso hegemônico da acumulação - e a evolução dos padrões civilizatórios associada à realização cada vez mais plena das potencialidades humanas em direção à justiça, à equidade e à garantia de um porvir (DUPAS, 2006, p. 26).

Trata-se de uma prática contraditória se não tivermos em vista os projetos e interesses dos grupos que as praticam. Por outro lado, para aqueles que do progresso se beneficiariam, neste caso, as classes menos favorecidas, as contradições se apresentam veladas. Nesse

sentido, tais classes abdicam-se do seu direito de participação em decisões políticas em troca da sensação de estarem rumando para além do estado social em que se encontram.

Figura 13: Reportagem do jornal A Voz Inhumas - janeiro de 1970, p. 7.



Fonte: Acervo: Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Já na imagem 13, assim como afirmou o jornal, também em primeiro momento fica sugestiva a aparente surpresa dos moradores na inauguração do matadouro. Supostamente, trabalhadores que estavam ligados ao trabalho do campo, encantados com a novidade industrial e com seu funcionamento em grande parte mecanizado.

O relato mais próximo, que denota aspectos desta realidade, explicita o esforço dos gestores da época para a realização de numerosas obras. Parte da estratégia de oxigenar a ideia de progresso em prol das práticas de “politicagem”. Este plano estético pode ser percebido neste fragmento da literatura local:

Uma obra pitoresca daquela época foi a instalação de três semáforos na Rua Goiás. Além dos vibrantes e patrióticos discursos de sua inauguração, o povo também ficou encantado com aquelas luzes coloridas acendendo e apagando, dia e noite, fazendo de conta que o trânsito em Inhumas era tão grande quanto o de Goiânia. Danificados pelo tempo e sem manutenção, eles estão desativados há mais de 30 anos sem ninguém sentir falta deles (MIGUEL/ALESSANDRO, 2003, p.91-92).

Vemos que, no trecho acima, os autores salientam discursos “vibrantes e patrióticos” concomitantes à inauguração de obras até então inéditas na região; o que demonstra pertinência para se compreender a forma que alguns sujeitos interpretam e dão sentido ao regime militar brasileiro na região. É interessante salientar que foi neste mesmo contexto de intensa prática de realização de obras públicas que a vila 31 de Março foi fundada, com 216 habitações. Os moradores da vila 31 de Março foram beneficiados com um programa habitacional que, consideravelmente, deu novos rumos às suas condições de habitação, dentre outros benefícios.

3 O “mito do progresso” em prol da atenuação das práticas ditatoriais

No que se refere à escolha do nome para identificar o bairro em estudo, são fortes as indicações históricas que esta foi proveniente da prática de exaltação ao regime militar, sobretudo, tendo em vista que este tipo de prática era bastante presente naquele contexto. A este respeito, Clara Castellano, coordenadora adjunta do programa “Ruas de Memória” da Prefeitura de São Paulo, lembra que a “maioria dos projetos de lei que embasaram a denominação de ruas ligadas à ditadura na capital paulista são "puramente elogiosas”²². Não obstante, “Os nomes dos logradouros públicos estão relacionados à vida em sociedade, possuem circulação social e como toda comunicação expressam sentidos e significados ideológicos” (AUGUSTO e DEMENECK, 2014, p. 3).

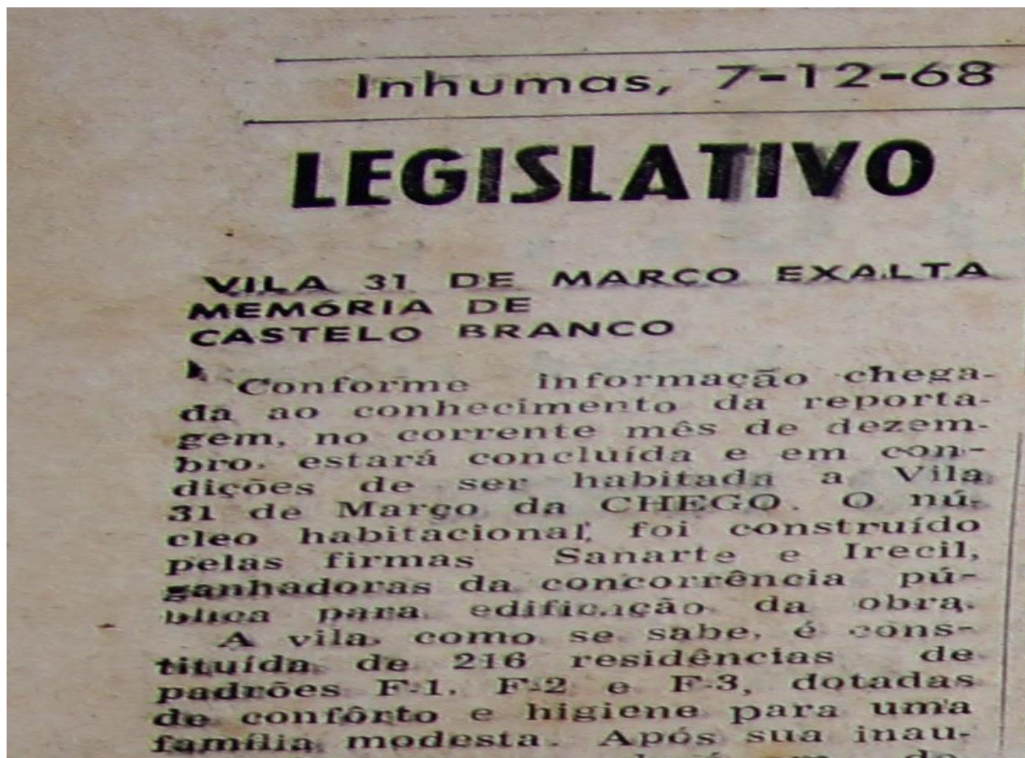
O jornal A Voz Inhumas nos oferece como fonte a reportagem de 07 de dezembro de 1968 (figura 14), na qual é anunciada a inauguração da vila 31 de Março, salientando a homenagem e exaltação da data do Golpe de 1964.

“Vila 31 de Março exalta a memória de Castelo Branco”

Conforme informação chegada ao conhecimento da reportagem, no corrente mês de dezembro, estará concluída e em condições de ser habitada a Vila 31 de Março da CHEGO. O núcleo habitacional, foi construído pelas firmas Sanarte e Irecil, ganhadoras da concorrência pública para edificação da obra. A vila como se sabe, é constituída de 216 residências de padrão F1, F2 e F3, dotadas de conforto e higiene para uma família modesta.

²²Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/02/15/Nomes-de-ruas-dizem-mais-sobre-o-Brasil-do-que-voc%C3%AA-pensa>

Figura 14: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – 7 de dezembro de 1968, p. 4.



Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

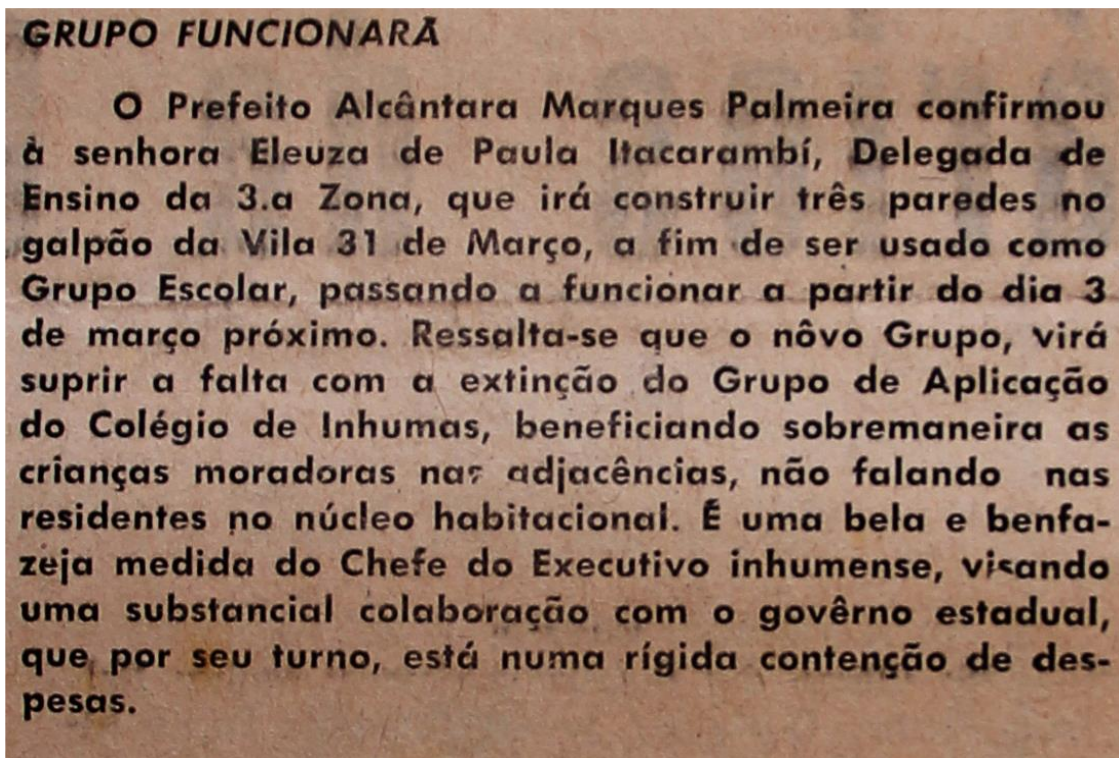
A reportagem da figura 14 apresenta-se como um indício factual que corrobora para identificar que, o nome escolhido para o setor foi estrategicamente pensado, visando homenagear e exaltar o regime. Outro fato é que, por meio de narrativas elaboradas pelos próprios moradores, nos informamos que a vila 31 de Março foi inaugurada no dia 31 de Março de 1968. Entretanto, as chaves²³ das moradias só foram entregues aos moradores em dezembro de 1968, evidenciando o propósito da data escolhida para sua inauguração. Logo, compreendemos que o prefeito Alcântara Marques Palmeira e seus secretários estavam cientes da história em movimento. Suas tendências políticas, das quais o golpe era a configuração de ideais, também corroboram com a ideia de homenagem e exaltação, não sendo somente uma simples e possível coincidência a data 31 de Março.

Em nossas análises, o jornal apresenta-se como veículo de difusão ideológica que sintetiza os ideais e aspirações políticas de um determinado grupo. Além disso, transparece

²³ A entrega das “chaves”, alude ao fato que a vila 31 de Março foi construída a partir de um programa de conjunto habitacional. Programa próximo ao que se conhece por COHAB.

estar a serviço²⁴ de propaganda política da gestão do prefeito Alcântara Marques Palmeira naquela época. Isso pode ser observado a seguir, no trecho de uma das muitas reportagens (figura 15) que visavam propagandear ações do governo municipal, frente ao bairro supracitado.

Figura 15: Reportagem jornal A Voz Inhumas – fevereiro de 1969, p. 6.



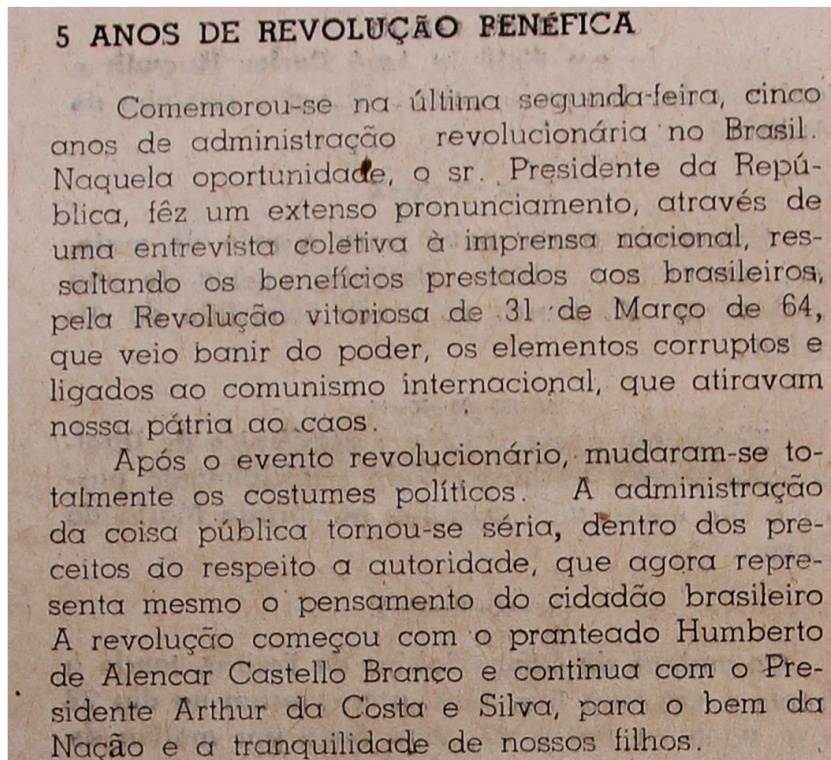
Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Um fato que atraiu muito a nossa atenção foram as críticas em relação às vertentes políticas ligadas às perspectivas socialistas, expostas em algumas das reportagens. Na reportagem do ano de 1968 (figura 16), o corpo editorial do jornal expõe abertamente as suas inclinações políticas ao afirmar que,

[...] o sr. Presidente da República, fez um extenso pronunciamento, através de uma entrevista coletiva à imprensa nacional, ressaltando os benefícios prestados aos brasileiros pela Revolução vitoriosa de 31 de Março de 64, que veio a banir do poder os elementos corruptos e ligados ao comunismo internacional, que atiravam nossa pátria ao caos.

²⁴Isso, tendo em vista que os meios de comunicação do município, por diversos interesses, se posicionam contra ou a favor da gestão municipal vigente. Neste caso, o jornal a Voz Inhumas deixa claro seu posicionamento ao lado do prefeito Alcântara Marques Palmeira.

Figura 16: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – abril de 1969 – p. 6.



Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

No A Voz Inhumas e também na literatura local observamos o tratamento que foi dado ao termo “Golpe” que, muitas vezes, foi substituído pelo termo “Revolução”. O ideário de ordem e progresso era abordado ferrenhamente pelo jornal.

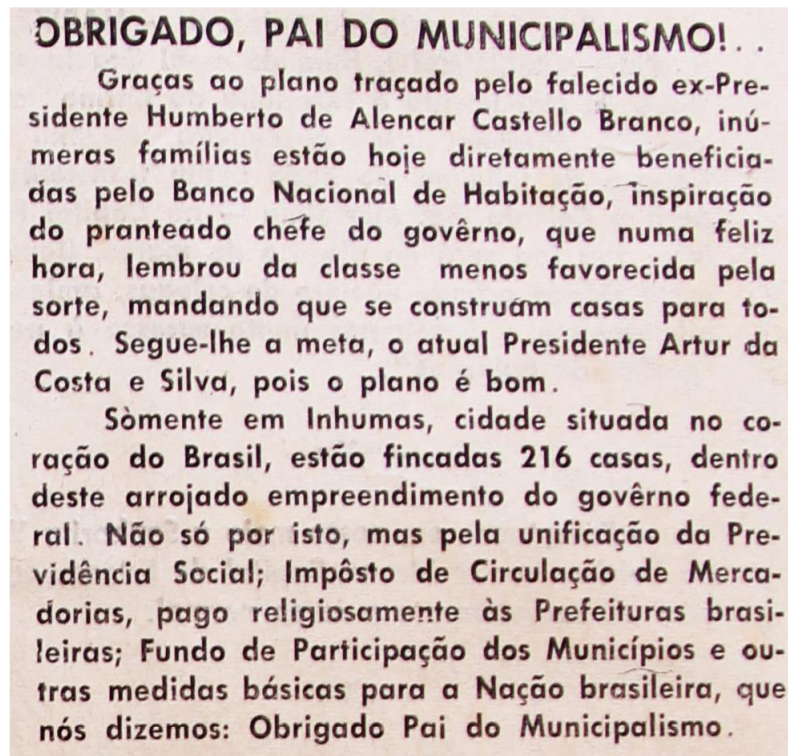
A figura do General Humberto Alencar Castello Branco era enaltecida como o presidente que levaria progresso às regiões afastadas das capitais, como relata a reportagem abaixo (figura 17). Como o próprio jornal expõe, Castello Branco era reconhecido como “pai do municipalismo”, estratégia política que se manifestou na construção da vila 31 de Março.

De modo geral, o governo de Castello Branco, não foi bem-sucedido quanto ao objetivo de controle inflacionário (PRADO e EARP, 1996). No entanto,

[...] as reformas institucionais realizadas nesse período criaram as bases para um novo modelo de crescimento econômico, cuja forma definitiva somente viria a aparecer no governo seguinte. A reforma fiscal criou uma base tributária consistente e eficiente para o financiamento do setor público e, ainda, com a adoção do estatuto da correção monetária, surgiu um mercado para títulos públicos federais. A reforma financeira permitiu uma gestão mais eficiente da política monetária com a criação do Banco Central e a reestruturação do Mercado de Capitais. A reforma trabalhista, além de reduzir custos de mão de obra, criou fundos de poupança compulsória que contribuíram para a ampliação dos investimentos públicos e um Plano Nacional de Habitação (PRADO e EARP, 1996, p.9).

Nesse sentido, compreendemos as motivações da homenagem ao ditador Castello Branco configurado na escola do bairro, batizada de Colégio Estadual Presidente Castello Branco.

Figura 17: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – janeiro de 1969 – p. 6.



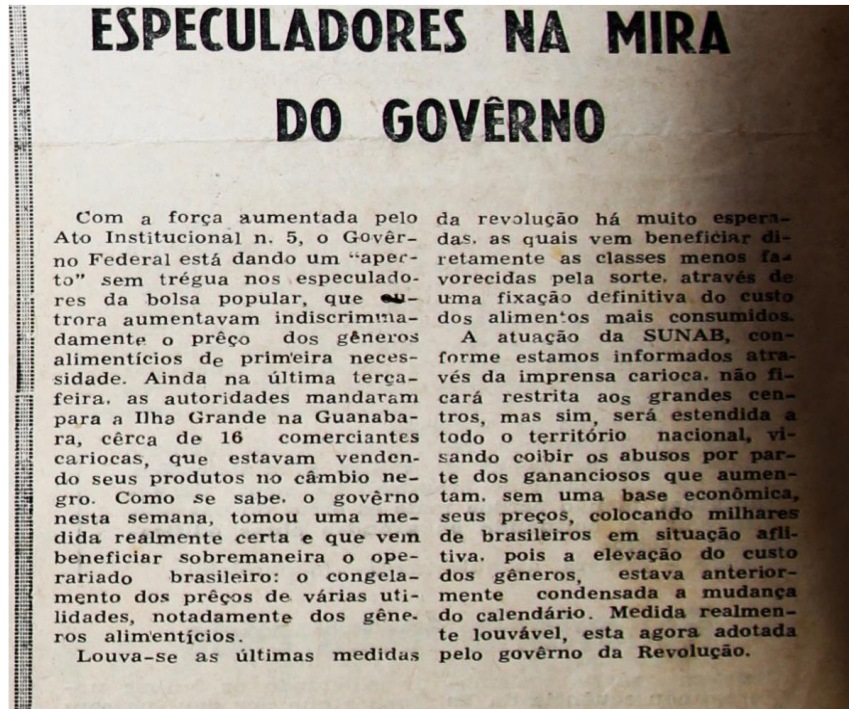
Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Além disso, o respeito à autoridade militar seria um dos pontos a serem seguidos para poder-se alcançar o desenvolvimento da região, como mostra a reportagem da figura 18, com destaque ao trecho a seguir:

Com a força aumentada pelo Ato Institucional n. 5, o Govêrno Federal está dando um “aperto” sem trégua nos especuladores da bolsa popular, que outrora aumentavam indiscriminadamente o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ainda na última terça-feira, as autoridades mandaram para a Ilha Grande na Guanbara, cerca de 16 comerciantes cariocas, que estavam vendendo seus produtos no câmbio negro. Como se sabe, o govêrno nesta semana, tomou uma medida realmente certa e que cem beneficiar sobremaneira o operariado brasileiro: o congelamento dos preços de várias utilidades, notadamente dos gêneros alimentícios. Louva-se as últimas medidas da revolução há muito esperadas, as quais cem beneficiar diretamente as classes menos favorecidas pela sorte, através de uma fixação definitiva do custo dos alimentos mais consumidos. A atuação da SUNAB, conforme estamos informados através a imprensa carioca, não ficará restrita aos grandes centros, mas sim será estendida a todo território nacional, visando coibir os abusos por parte dos gananciosos que aumentam, sem uma base econômica, seus

preços, colocando milhares de brasileiros em situação aflitiva, pois a elevação do custo dos gêneros, estava anteriormente condensada a mudança do calendário. Medida realmente louvável, esta agora adotada pelo governo da Revolução.

Figura 18: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – janeiro de 1969 – p. 3.



Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Acreditamos também que o contexto político, econômico e social do país, que reverberou em cidades interioranas como Inhumas-GO, por meio de poucos e tendenciosos veículos comunicativos, alimentou na consciência de alguns sujeitos a ideia de que o regime, de fato, proporcionava melhorias efetivas para as classes menos favorecidas. Salvo, as melhorias de fato ocorridas, tendo em vista a intensa realização de obras públicas aliadas aos discursos motivadores.

Moreira (2004), explica que tais práticas implicaram na duração da mentalidade da ideia de progresso nas localidades do interior:

Em Inhumas, o tema da higienização disciplinou o ordenamento racional de seus espaços, zoneamento urbanístico por um lado, e os recursos ideológicos e culturais da dominação, por outro, fizeram do progresso, um mito de um dia vir a ser uma grande cidade; elementos entendidos como depositários do ideal de progresso. Não obstante, ressalvas feitas ao suposto progresso alcançado (MOREIRA, 2004, p. 79).

A política nacional apoiava-se na perspectiva de um progresso ascendente. O município de Inhumas, por sua vez, carecia de ingressar no cenário desenvolvimentista, e a

vila 31 de Março apresentava-se como o modelo a exemplificar tal anseio. Uma espécie de maquete em grande escala, símbolo e estrutura arquitetônica a ser seguida para o maior ordenamento e desenvolvimento da cidade, tão quão o exemplo de civismo a ser praticado.

O ato de nomear a vila fazendo referência ao dia fatídico de instauração do Golpe de 64 pode ser visto como uma forma de propagação ideológica da elite local, a fim de produzir argumentos históricos que poderiam sustentar suas ações. “Podemos dizer que as estruturas sociais, bem como as ações políticas e individuais, estão constantemente ancoradas em argumentos históricos” (SADDI, 2012, p. 217). A construção é analisada como símbolo e triunfo do projeto conservador na região, em oposição às lutas dos trabalhadores rurais em outros municípios, como, por exemplo, o ocorrido na cidade de Itauçu-GO.

4 A ideologia como alicerce para a fundação de uma comunidade: “Inventando” um lugar.

Os discursos de ordem para o desenvolvimento, ao que tudo indica, foram propagados pelas elites locais, em prol da manutenção de suas posições sociais e políticas no município. Moreira (2004) destaca que o discurso difusor do mito do desenvolvimento urbano engendra, necessariamente, a ideia de progresso, melhorias e técnicas econômicas.

As elites econômicas e políticas mantêm um discurso afinado, trabalhando juntas no sentido de reafirmar constantemente o discurso do progresso que “sendo ideológico, genérico e incompatível com as condições reais de existência da maioria da população, não é suficiente para manter a ordem”. Assim, o discurso tem de ser sempre reiterado e reelaborado a cada tempo para se manter eficaz (MOREIRA, 2004, p. 84-85).

Também podemos pensar este caso a partir das considerações de Paul Ricoeur sobre o conceito de ideologia. A questão do discurso ideológico, pra este autor, perpassa pelas seguintes reflexões:

Meu ponto de partida é fornecido pela análise weberiana do conceito de ação social e de relação social. Para Max Weber, há ação social quando o comportamento humano é significativo para os agentes individuais e quando o comportamento de um é orientado em função do comportamento de outro. A ideia de relação social acrescenta a esse duplo fenômeno de significação de ação e de orientação mútua a ideia de uma estabilidade e de uma previsibilidade de um sistema de significações. Pois bem, é nesse nível do caráter significativo, mutuamente orientado e socialmente integrado da ação, que o fenômeno ideológico aparece em toda a sua originalidade. Está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar (RICOEUR, 1990, p.67).

Sobretudo, no que se refere à questão do caráter significativa da ideologia, no caso da fundação da vila 31 de Março, consideramos que uma das principais características do discurso ideológico,

[...] é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores para convertê-la num crédulo de todo o grupo, mas também o de perpetuar sua energia-inicial para além do período de efervescência (RICOEUR, 1990, p. 60).

Desse modo, as perspectivas ideológicas dos sujeitos envolvidos diretamente com a fundação e nomeação da vila 31 de Março estenderam-se para além do período em que estavam inseridas. A significação do discurso foi prolongada por meio das celebrações anuais, que de alguma forma resistem até os dias de hoje.

Mais uma vez, a escolha do nome que identifica a vila em questão pode ser compreendida também como um ato para justificar e legitimar anseios políticos. Naquele momento, a vila 31 de Março era o bairro do município de Inhumas-GO que mais se aproximaria da perspectiva de uma arquitetura urbanística “moderna” e “padronizada” para a época. Além disso, não se notava no município outro bairro que correspondesse e dialogasse com a ideia de progresso difundida pelo regime militar, a fim de justificar e legitimar sua validade.

Nesse sentido, para Ricoeur,

Talvez não haja grupo social sem essa relação indireta com seu com seu próprio advento. É por isso que o fenômeno ideológico começa demasiado cedo: porque, com a domesticação, pela lembrança, começa o consenso, mas também se iniciam a convenção e a racionalização. Neste momento, a ideologia deixou de ser mobilizadora para tornar-se justificadora; ou antes, só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora. Donde o segundo traço da ideologia, nesse primeiro nível: seu dinamismo. A ideologia depende daquilo que poderíamos chamar de uma teoria da motivação social. Ela é, para a práxis social, aquilo que é, para um projeto individual, um motivo e ao mesmo tempo aquilo que justifica e que compromete. Da mesma forma, a ideologia argumenta. Ela é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é. Contudo, não se deve tirar daí de modo apressado, um argumento contra a ideologia: seu papel mediador permanece insubstituível; ele se exprime da seguinte forma: a ideologia é sempre mais que um reflexo, na medida em que também é justificação e projeto. Este caráter "gerativo" da ideologia exprime-se no poder fundador de segundo grau que ela exerce com referência a empreendimentos, a instituições, que dela recebem a crença no caráter justo e necessário da ação instituída (RICOEUR, 1990, p. 68).

Conforme salientamos anteriormente, o ato de nomeação da vila 31 de Março objetivou construir uma identidade coletiva que impetrasse discursos na consciência dos sujeitos, de forma a possibilitar a concordância geral, com a intenção de legitimar determinado projeto político. Para este caso, compreendemos que a dimensão política está:

[...] relacionada com a legitimação de certa ordem política, primeiramente com as relações de poder. A consciência histórica as inscreve, por assim dizer, nas concepções de identidade dos atores políticos, nas construções e concepções do eu e do nós, através de narrativas mestras que respondem a questão da identidade (RÜSEN, 2009, p. 172).

Estas considerações são de grande relevância para se pensar o caso. Concordamos que, conforme Rüsen (2009), não há ordem política que não requeira legitimação histórica. Ainda que,

O clássico exemplo aplicável a toda cultura e em toda época, é a genealogia. Mesmo a pura execução da lei que apela apenas à aplicabilidade de procedimentos de decisão formal precisa estar baseada historicamente, caso estas normas de procedimentos devam ser plausíveis para os participantes. A liderança carismática também não pode ser exercida sem elementos históricos. Geralmente o veículo do carisma político irá se referir a forças espirituais ou naturais que garantam a coerência temporal do mundo (RÜSEN, 2009, p. 17).

Ricouer (1990, p.72), afirma que o “conceito de ideologia está intimamente ligado ao precedente, na medida em que o fenômeno de autoridade também é coextensivo à constituição de um grupo”. Para este autor, intrinsecamente, o ato fundador de um grupo, que se representa ideologicamente, é político em sua essência.

[...] uma comunidade histórica só se torna uma realidade política tornando-se capaz de decisão; daí surge o fenômeno da dominação. É por isso que ideologia-dissimulação interfere em todos os outros traços da ideologia-integração, especialmente no caráter de não-transparência que se vincula à função mediadora da ideologia. Max Weber nos ensinou que não há legitimação inteiramente transparente. Sem identificar toda autoridade com a forma carismática, há uma opacidade essencial do fenômeno de autoridade: é nele que nós queremos, mais do que não queremos. Finalmente, nenhum fenômeno ratifica tão completamente quanto o da autoridade e da dominação o caráter de inércia da ideologia. Quanto a mim, sempre me intrigou e me preocupou àquilo que, de bom grado, chamarei de acavalamento político. Cada poder imita e repete um poder anterior: todo príncipe quer ser César, todo César quer ser Alexandre, todo Alexandre quer helenizar um déspota oriental. Por conseguinte, é quando o papel mediador da ideologia encontra o fenômeno da dominação que o caráter de distorção e de dissimulação da ideologia passa ao primeiro plano. Contudo, na medida mesma em que a integração de um grupo jamais se reduz por completo ao fenômeno da autoridade e da dominação, todos os traços da ideologia, que referimos a seu papel mediador, tampouco passam para a função da dissimulação à qual, com frequência, reduzimos a ideologia (RICOEUR, 1990, p. 72).

Ao posicionar o caso da vila 31 de Março como uma tarefa investigativa da Didática da História visamos compreender até que ponto o discurso inicial permanece e até que ponto esse discurso perpassou por uma espécie de resignificação pelas gerações seguintes de moradores. Deste modo, a seguir, investigamos a consciência histórica de moradores em relação a três eventos específicos: como os moradores da vila interpretam sua fundação; as comemorações anuais ali realizadas; e o Golpe Civil-Militar de 1964.

CAPÍTULO 3

A NARRATIVA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO À IDEIA DE “LUGAR” E DE PERTENÇA

Neste capítulo, realizamos discussões acerca do processo de construção da identidade de alguns moradores da vila 31 de Março, procurando investigar as narrativas mestras que influenciaram na constituição cultural de um bairro e de seus moradores. De início, tínhamos a intenção de refletir tais manifestações de identidade nos princípios da diferenciação propostas por Jörn Rüsen. Buscaríamos promover um exercício de aproximação destes resultados com as perspectivas das tipologias da consciência fundamentadas pelo autor, procurando assim, evidenciar o local de onde fala cada sujeito, suas orientações e interpretações do passado no presente. Entretanto, os princípios da diferenciação não foram suficientes²⁵ como instrumento metodológico da pesquisa, pois, ao estabelecer tal reflexão, evidenciamos lacunas que dificultaram o processo de interpretação do caso. Desse modo, vimos a necessidade de recorrer a outros meios como forma complementar os objetivos aqui propostos.

No decorrer do capítulo, apresentamos algumas as entrevistas realizadas com moradores da vila 31 de Março. Trata-se de uma pesquisa de perspectiva qualitativa, portanto, as entrevistas foram escolhidas por amostragem quantitativa. Desse modo, foi possível nos aproximar em um grau mais “denso” da realidade desta comunidade, aferindo sobre as narrativas elaboradas por aqueles que agem e sofrem com as experiências cotidianas.

Por ser uma realidade a carência de produção²⁶ historiográfica em relação à historicidade do município, assim como a análise iconográfica, nos apoiamos também no campo da história oral. Para Burke (1992), quando disponíveis documentos oficiais ou registros escritos, estes devem ser utilizados prioritariamente. No entanto, em relação ao presente caso, as fontes foram produzidas para atender anseios políticos.

Neste caso, a perspectiva de reconstrução das experiências passadas por meio da história oral se faz importante para o propósito da pesquisa; tendo em vista que,

²⁵Sobre essa situação de insuficiência das tipologias da consciência histórica para a análise do caso, será debatida nas conclusões da pesquisa, logo à frente.

²⁶Salvo poucos e destemidos que não escaparam da censura e pressão exercidas por parte daqueles que se sentiram lesados quando suas práticas de cunho “coronelista” foram evidenciadas.

De modo geral, qualquer tema, desde que seja contemporâneo - isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele -, é passível de ser investigado através da história oral. Contudo, como qualquer método, a história oral tem uma natureza específica que condiciona as perguntas que o pesquisador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar (ALBERTI, 2005, p. 30).

Vistamos o exemplo abaixo como uma forma de esclarecer nosso ponto de vista. No caso,

Suponhamos que se pretenda estudar a história de determinada empresa. Haveria diversas maneiras de abordar o tema. Uma delas consiste em pesquisar os documentos escritos que a empresa produziu desde sua criação: seus estatutos, as atas de reuniões, as faturas, correspondência, etc. Uma pesquisa sistemática nessas fontes pode resultar na produção de um documento de trabalho que de conta da trajetória da empresa, seus percalços, o tipo e o número de funcionários empregados ao longo dos anos, as mudanças de rumo, sua relação com o mercado, a estrutura de produção, etc. Uma outra possibilidade consiste em empregar a metodologia de história oral: dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória da empresa, e sim para as versões que aqueles que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para o objetivo da pesquisa (ALBERTI, 2005, p. 30).

Ao tentarmos compreender a especificidade das narrativas que os moradores da vila 31 de Março estavam sujeitos, em busca de apreender aspectos da construção de sua consciência histórica, abordamos a oralidade presente por meio de uma série de entrevistas. Para isso, utilizamos, ainda, fontes documentais que viessem a contribuir com resultados obtidos. Entendemos que, ao se empregar a história oral como possibilidade reconstruir um determinado evento pretérito, “não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 30). Sobre as fontes orais e escritas concordando que:

A questão é que o relacionamento entre às fontes escritas e orais não é “aquele da prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. [As fontes orais] corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem (BURKE, 1992, p. 166).

Sendo assim, o critério que adotamos para a seleção dos entrevistados justifica-se pelo objetivo da pesquisa. Para Albertini (2005), “em relação à escolha do método a ser aplicado, é preciso considerar o objeto a ser investigado”.

Ambicionamos compreender os modos pelos quais os moradores da vila 31 de Março interpretam e relacionam três eventos basais para o estudo; sendo eles: a fundação do bairro, as comemorações anuais do aniversário do bairro e o Golpe Civil-Militar de 1964. Para tanto,

nos limitamos a entrevistar somente pessoas que residam na vila 31 de Março, pois são estas que agem e sofrem com as experiências vividas quotidianamente na região.

Deste modo, a escolha dos entrevistados parte da perspectiva de que esta

[...] é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. Assim, retornando o exemplo da pesquisa sobre a história de uma empresa, se seu objetivo principal for o estudo das relações trabalhistas estabelecidas em determinado período, será necessário escolher os possíveis entrevistados entre as pessoas que efetivamente podem contribuir nesse sentido, como trabalhadores, diretores da empresa, representantes sindicais etc. Se, por outro lado, o interesse específico repousar sobre as relações entre a empresa e o Estado, a escolha dos entrevistados poderá recair sobre os dirigentes da empresa e altos funcionários do governo, por exemplo. Por fim, se os objetivos da pesquisa forem de âmbito mais abrangente, envolvendo todos os aspectos vinculados a história da empresa, o universo de entrevistados em potencial se alargará consideravelmente, desde empregados e diretores, passando por funcionários do governo e representantes sindicais, eventualmente por membros de outras empresas, até usuários de seus serviços e consumidores de seus produtos, por exemplo (ALBERTINI, 2005, p. 31)

Temos em vista que, investigar para compreender grupos sociais dos quais se originaram discursos, nos possibilita identificar os sujeitos por de trás de narrativas, além de apreender concepções políticas e de mundo que, supostamente, nortearam ações sociais, políticas e econômicas desenvolvidas no município. Por último, há a necessidade de realizar um exercício de aproximação dos elementos levantados pela pesquisa, com as recentes discussões sobre os conceitos de memória e história. Não obstante, identificar nas narrativas elaboradas pelos entrevistados indícios que apontem a consolidação da memória acerca da ditadura militar, apoiada no “mito do progresso” e seus efeitos adversos na compreensão deste período histórico hoje, e para determinado grupo de sujeitos.

2 A sensação de pertencimento e coletividade: Reflexões teóricas.

Diante de alguns apontamentos apresentados até o momento sobre o caso, ajuizamos que a ideia de lugar (bairro) se expõe para além de uma simples questão habitacional. Compreendemos que as relações políticas, sociais e econômicas realizadas em uma determinada comunidade inserem-se também na constituição cultural desta localidade, assim como na identidade de seus habitantes inseridos em uma “comunidade” ou “lugar de memória”. A este respeito, corroboramos das considerações de Nora (1993), no sentido de que,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmos um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória

se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre? É Material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21).

Além disso, acrescentamos a idealização como parte fundamental na construção do lugar. Ou seja, a ideia de imaginar e projetar o lugar que se configurará em uma comunidade no completar do processo. A localidade, antes de ter sua edificação iniciada, precisa ser inventada, planejada e, em seguida, narrada para que se possa configurar, de forma plena, os primeiros traços da sua identidade.

A invenção da comunidade passa da imaginação para uma narrativa de constituição de sentido, que se expressa nas edificações, nas ruas, nas casas e praças. Sobre a constituição imaginária de uma comunidade, Benedict Anderson (2008, p. 12) afirma que:

[...] ela é tão limitada como soberana, na medida em que inventa ao mesmo tempo que mascara. Não há, portanto, comunidades “verdadeiras”, pois qualquer uma é sempre imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. Na verdade, o que as distingue é o “estilo” como são imaginadas e os recursos de que lançam mão.

Desta forma, entendemos que o “lugar” não se constitui apenas pela superposição de estruturas materiais, mas que também por uma estrutura de sentido constituída a partir do discurso significado. As narrativas que se constituem em significação orientam e dão sentido as ações dos indivíduos. Para Ricoeur:

Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narrativa impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se determinem renovação e repetição (RICOEUR, 1977, p.159).

Partindo de tais considerações, a definição de "lugar" é ampliada pela realização da narrativa como alicerce significativo para a constituição do espaço. O ato de habitar infere também no ato de atribuir sentido. Estas “influências narrativistas” tornam-se bases orientadoras do agir humano, e, neste caso, ajudam a elucidar práticas tradicionais dos festejos dos moradores da vila 31 de Março; uma vez que:

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estritamente associados do que no edifício isolado. [...] enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas (RICOUER, 1977, p.159).

A vila 31 de Março, ao que tudo indica, perpassou por este mesmo processo constitutivo de identidade. A imaginação dos fundadores projetou uma espécie de estrutura material e cultural neste bairro, pautada no discurso do progresso com o objetivo de promover exaltação ao Golpe de 1964, interpretado como “revolução” por alguns moradores e por parte da literatura local. Entretanto, a princípio, o regime militar brasileiro não se apresenta minimamente “historicizado” para grande parte dos moradores das localidades, principalmente, em relação ao acesso à narrativa histórica oficial que, indubitavelmente, revela as barbaridades cometidas pelos adeptos de tal regime político.

Muito antes de concluirmos se os moradores da vila 31 de Março comemoram conscientemente ou inconscientemente a data de instauração do Golpe Civil-Militar de 1964, julgamos que seria necessário investigar como estes sujeitos entendem os três eventos: a fundação do bairro, as comemorações anuais do aniversário do bairro e o Golpe. E, ainda, se eles estabelecem, através das narrativas por eles mesmos produzidas, uma mínima representação de continuidade que os relacionem.

Essa pretensão se dá pelo fato de que, para Rüsen (2010), uma das especificações da narrativa, como fundamento do conhecimento histórico na vida prática fica clara quando se examina mais de perto o processo referido, no qual a memória é propriamente induzida pela narrativa (histórica). Ou seja,

A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro. As mudanças no presente, experimentadas como articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro. Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente à experiência do passado: A narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano. Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é concebida como uma representação da continuidade e serve à orientação da vida humana prática atual (RÜSEN, 2010, p. 64).

Entendemos que as práticas inauguradas durante o regime militar não estão mortas, porém não vislumbramos, até então, nenhuma força ou movimento que possa deter sua capacidade de sequestrar, apagar ou impor uma espécie de amplo esquecimento na memória

dos brasileiros. No caso dos moradores da vila 31 de Março há de se compreender até que ponto eles estão conscientes de mudanças temporais na perspectiva da continuidade, das quais constituem a consciência histórica. Desse modo, traçamos métodos que, ao serem aplicados, apresentassem indicativos do estabelecimento ou não de narrativas com representação de continuidade entre as mudanças temporais. Investigar as especificidades das narrativas se faz pertinente pelo fato que,

São pois as representações da continuidade que possibilitam, no processo de constituição de sentido da narrativa histórica, que as lembranças do passado sejam articuladas com o presente de maneira que as experiências do tempo neste predominante possam ser interpretadas. O modo com que narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado torna possível que as mudanças temporais experimentadas no presente ganhem um sentido, isto é, possam transpor-se para as intenções e as expectativas do adir projetado no futuro. O elo da ligação do passado com o futuro, pelo presente, é forjado pela narrativa histórica com as representações da continuidade que abrangem as três dimensões temporais e as sintetizam na unidade do processo do tempo. Sem essas representações da continuidade, a memória do passado não poderia ser articulada com a interpretação do presente e com a expectativa do futuro de modo que a memória seja efetivamente um elemento integrante da consciência humana do tempo. A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo do qual o passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica (RÜSEN, 2010, p. 64-65).

As consequências das práticas do regime militar se fazem presentes em nossas vidas e podem ser rememoradas hora ou outra, por motivo diversos: pela perda de um ente querido, agravada pela ausência do corpo e do túmulo, que impossibilita a prestação de homenagens e comuns expressões de lamentações; pelo trauma da humilhação e da dor, que não se alivia totalmente, ainda que rememorado na melodia e letra de algumas canções ou em reportagens expostas esporadicamente na TV. Sobre este assunto, Rüsen esclarece que:

A significação do passado tornado presente como história tem de ser incondicionalmente preservada de maneira que o sentido do tempo, como fator de orientação da vida humana prática, vigorosamente evidenciado pelo constructo narrativo de uma história, vá além dos limites da experiência, possa mesmo contrapor-se à experiência histórica e se torne plausível. “Sentido” receberia a marca empírica e lógica da ausência e da falta, sem tornar-se, contudo, um mero “Vazio”. Trata-se, isso sim, da qualificação de um significado (de uma “plenitude de sentido”) que transcenda a experiência direta e que somente por ir além desta pode atuar sobre as determinações de sentido do agir, dotá-lo da capacidade de durar e de resistir na experiência possível da “falta de sentido”, cuja conscientização se dá no processo de interpretação (RÜSEN, 2010, p.172-173).

Estas considerações nos levam à compreensão mais profunda dos modos pelos quais os moradores da vila 31 de Março se relacionam com os eventos, e, então nos debruçamos sobre o conceito da consciência histórica.

Pois, se por consciência histórica entendemos o objeto de pesquisa da didática da história, e que essa didática na sua forma ampliada tem por função investigar o modo como essas consciências históricas prevalecentes são “propagadas pela tradição, modificadas pela experiência histórica, aumentadas pela crítica ou agitação, corrigidas ou não pela pesquisa documental” (JEISMANN, 1977 apud SADDI, 2012, p.214).

Nesse sentido, Saddi (2012) destaca que a produção didática alemã, iniciada na década de 1970, se fortaleceu com a noção de que o objeto de investigação da Didática da História é a consciência histórica (*Geschichtsbewusstsein*). Portanto, a concepção de Didática da História amplia-se para além de seus limites conceituais, que, neste caso, não se reduz a uma metodologia de ensino, nem se limita a outras visões reducionistas desta área. Assim,

[...] além de analisar o modo como uma interpretação do passado produz uma orientação no presente, isto é, além de examinar “[...] o campo de batalha das diferentes interpretações da história” e procurar “[...] pela importância delas nas controvérsias do presente”, a didática da história, inversamente, “[...] pergunta pela função das controvérsias do presente para as diferentes ênfases da consciência histórica” (JEISMANN, 1977 apud SADDI, 2012, p.215).

Cabe, então, questionarmos sobre até que ponto a Didática da História, por meio da investigação do seu objeto de pesquisa, a consciência histórica, pode contribuir para com a possibilidade de uma compreensão mais densa do caso da vila 31 de Março. Tendo em vista que, para nós, “a didática da história, como subdisciplina da Ciência Histórica que investiga a consciência histórica predominante em uma sociedade, não se reduz nem ao ensino escolar da História nem as elaborações da história sem forma científica” (SADDI, 2012, p. 215). Ainda de acordo com este autor:

A didática da histórica deve, também, além de investigar a “Morfologia”, a “Gênese” e a “Função” da consciência histórica atual, estabelecer-se como uma pragmática da consciência histórica. Falamos aqui de uma tarefa normativa da didática da história, na qual “[...] ela busca uma forma de construir ou influenciar estas consciências históricas de algum modo”. Ao mesmo tempo, ela “[...] pretende corresponder um adequado e avançado [...] conhecimento do passado com auto-compreensão racional do presente” (JEISMANN, 1977 apud SADDI, 2012, p. 215).

Diante desses apontamentos, compreendemos que a presente pesquisa se apresenta como uma tarefa investigativa para a Didática da História, visto que,

Uma didática dos meios públicos de produção do passado pergunta pelos temas históricos mais tratados na vida pública contemporânea, pelo modo como eles são abordados pelos diferentes atores e veículos, pelos interesses que movimentam essas temáticas e essas narrativas, pelas ideias interpretativas utilizadas para a produção dessas afirmações históricas, pelo vínculo que elas apresentam com a experiência, pela relação dessas narrativas com o acúmulo racional da produção do conhecimento científico e pelo modo como elas produzem uma autocompreensão do presente (SADDI, 2012, p. 217).

Não obstante, “é necessário por um lado investigar a consciência histórica dominante na vida pública” (SADDI, 2012, p. 215). No caso em questão, é preciso investigar se a consciência histórica parte de uma influência narrativista de grupos dominantes na região e se esta influência se faz recorrente nos dias atuais. Para isso, e,

Nesse sentido, compreender as ideias históricas de diferentes trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, quilombola, mulheres, sem terras, sem tetos, catadores, prostitutas, et. É uma tarefa importante da didática da história, de forma a constituir uma morfologia complexa da Consciência Histórica na contemporaneidade (SADDI, 2012, p.171).

Visamos compreender o porquê da inconsistência dos moradores da vila 31 de Março, quando indagados a respeito, por exemplo, dos motivos pelos quais o bairro recebera tal nome. A problematização sobre a vida cotidiana dos referidos moradores, permite perceber - através de levantamentos de dados iniciais - o surgimento de distintos grupos de atores sociais.

Levamos em consideração questões de ordem geográfica, tecnológica e de comunicação. Compreendemos que todos estes fatores, dentre outros, influenciaram a intensidade pela qual as notícias referentes ao regime chegavam à região. Devemos nos atentar para a realidade das cidades interioranas durante a vigência do regime militar. No caso de Inhumas, não se tem expostos casos de tortura, prisões ou desaparecimentos na região nem mesmo sobre movimentos de militância. Ao contrário do município de Itauçu, com o movimento das Ligas Camponesas, que fora duramente combatido.

Contudo, não podemos afirmar que fatos dessa natureza não ocorreram, pois estes podem também estar em um estado de silenciamento. Pelos indícios apresentados em Inhumas durante o regime militar, mais do que a repressão, houve um intenso movimento de melhorias na infraestrutura da cidade. Esse movimento gerou trabalho e possibilitou o crescimento da cidade. Não por menos, muitas famílias foram beneficiadas com o programa habitacional da vila 31 de Março.

Devido a isso, devemos considerar que a consciência histórica não se dá de forma homogênea entre os sujeitos. Conforme Saddi (2012, p. 217):

É preciso entender como ela se produz em diferentes lugares e espaços, em diferentes grupos sociais e comunidades, e de que forma esses discursos históricos se consolidam como hegemônicos ou são negados e inviabilizados no processo de constituição da consciência histórica dominante.

Principalmente ao que alude ao nosso caso de investigação, a consciência histórica por não se constituir de forma homogênea, necessita investigar os diversos atores sociais que, por

sua vez, sofreram e produziram experiências em contextos distintos. Nesse sentido, para Saddi (2012), devemos investigar de modo a compreender as ideias históricas de diferentes grupos em diferentes contextos, sendo essa uma tarefa importante da Didática da História, de forma a constituir uma morfologia da consciência histórica prevalente em determinado grupo. Além disso, “trata-se de compreender que a didática da história visa interpretar o modo como uma sociedade lida de forma viva com o seu passado e produz argumentos históricos que sustentem as suas ações no presente” (SADDI, 2012, p.217).

No ano de 2014 completaram-se os 50 anos do regime militar brasileiro. Este fato teve uma ampla exposição midiática, além de debates acadêmicos que se difundiram na sociedade através de vários meios, o que aqui denominamos de “usos públicos da história”. Em relação ao exposto, a didática da história “analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa” (RÜSEN, 2006, p. 12).

Não há como contornar alguns pressupostos, dentre eles, que uma parte majoritária dos moradores da referida vila carece de uma consciência histórica crítica, na medida em que apresenta uma “consciência histórica tradicional” sobre o fato histórico em questão. Por outro lado, indagamos se os moradores estabeleceram uma espécie de consenso, no sentido de vislumbrar a fundação da vila e sua respectiva relação com o Golpe Civil-Militar de 1964.

Neste caso, existe a possibilidade do estabelecimento de um processo de ressignificação por parte dos moradores sobre o discurso inicial feito pelos fundadores do bairro. Entendemos as práticas comemorativas ali realizadas como uma forma de fortalecer os laços de identidade entre os moradores. Desta forma, evidenciam o hiato entre a homenagem de parte dos idealizadores do bairro e as comemorações de cunho memorativas.

Defendemos aqui a provável existência de um silenciamento intencional ou não, da história oficial do Golpe Civil-Militar de 1964 na estrutura da consciência histórica da maior parte dos moradores da vila 31 de Março. Este silenciamento pode se apresentar pelo próprio ato de silenciar ou, até mesmo, pelo ato de ressignificar. A este respeito, concordamos que,

Ao destruir os conceitos efetivos de sentido como sistemas de orientação, o trauma é um obstáculo para a vida prática. Aqueles que tiveram experiências traumáticas precisam lutar para superá-las. Eles tentam dar-lhe nova forma de um modo que faça sentido novamente, e, que insira em padrões eficazes de interpretação e compreensão: omitem ou suprimem o que ameaça a efetividade e validade desses padrões. Pode-se falar em um estranhamento ou falsificação da experiência, de modo a que se concilie com ela (RÜSEN, 2009, p. 195).

Como podemos negar um passado que nos fere de certa forma no presente? O “silenciar-se”, referente a um fato pretérito que causa desconforto para a reflexão da identidade, é uma forma de negação. Para Cerri (2011), o que acreditamos que somos depende do que acreditamos que fomos, em outras palavras, refere-se à problematização da dinâmica da construção da identidade no interior do fluxo temporal. Não acreditar no que fomos outrora ou do que fizemos parte, é outra forma de negação ao passado temporalmente negativedo, silenciando-o. Já para Rüsen (2009, p. 164), as tensões entre memória e história se dão na medida em que “o fardo pesado de experiências históricas negativas [...] empurra o processo de construção de identidade para o confronto e produz um abismo entre um passado horripilante e um futuro que pretende ser contrário deste passado”.

Nesse sentido, direcionamos as entrevistas de forma a investigar sujeitos que se faziam presentes desde os primeiros anos de fundação da vila 31 de Março. Entendemos que os moradores mais antigos foram de suma importância para a abordagem proposta, tendo em vista que estes presenciaram os primeiros discursos ali realizados, basilares para as manifestações e ações das gerações de moradores que vieram posteriormente. Feito isso, é possível compreender os vínculos entre as relações sociais presentes e as interpretações do passado. Acreditamos que este esforço investigativo pôde “ser útil tanto para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda do presente como para propiciar uma ampliação da percepção do passado que libera os homens para a definição de novas relações sociais” (SADDI, 2012, p. XX).

A exemplo de Schmidt (2006), optamos pela metodologia da pesquisa de cunho qualitativo, recortada a partir do estudo de um caso específico. Diante da aparente heterogeneidade de constituição narrativa de sentido dos sujeitos diversos, subdividimos os entrevistados em grupos específicos para uma melhor compreensão do caso. Os critérios de agrupamento foram: tempo de residência na vila (moradores mais antigos e que estavam presentes desde a fundação do bairro); pessoas que participaram da Associação de Moradores da vila 31 de Março; e, pessoas adultas que obtêm certa representatividade no bairro, além de professores que residem no setor.

3 O fato histórico como possibilidade de sustentação do discurso político: Evidências.

Visando identificar os modos pelos quais os diversos sujeitos atribuíram sentido aos eventos (o Golpe de 1964, a fundação da vila 31 de Março e as comemorações anuais), estabelecemos algumas reflexões sobre os princípios da diferenciação de constituição de sentido, propostos pela Teoria da História, de Jörn Rüsen. Essa perspectiva foi aplicada como instrumento de análise para algumas situações do caso em questão, uma vez que, acreditamos que se constituiu um hiato entre as intenções dos fundadores, com o tratamento que os moradores dão ao interpretarem as comemorações.

Visto isso, acreditamos que “para se poder caracterizar a função de esclarecimento que a relação à pesquisa exerce no campo da historiografia, é necessário voltar à base existencial das operações cognitivas da consciência histórica” (RÜSEN, 2007, p. 43). Segundo este autor, as condições específicas e necessárias para que as ações dos homens estejam permeadas de sentido e orientação, parte da situação que,

Elaborada essa série, cada princípio e o conjunto deles ainda pode ser diferenciado de acordo com as perspectivas que determinam a especificidade da constituição histórica de sentido, dentro do contexto da interpretação do tempo pela narrativa. Essas perspectivas são: a elaboração da experiência do tempo por meio da memória histórica, a formação de uma representação da mudança temporal (“Continuidade”), que sintetize as três dimensões do tempo num constructo abrangente de sentido e, por fim, a função de constituição de identidade, que articula a representação da mudança temporal, enriquecida com a interpretação da experiência histórica, com a via concreta dos sujeitos. Essa função deve ser considerada sobre tudo quanto à forma comunicativa em que se realiza (RÜSEN, 2007, p.43).

Por meio desses apontamentos, consideramos que a consciência histórica não se constitui de forma homogênea para todo um grupo. Portanto, vislumbramos a necessidade de esquematizar as diversas narrativas captadas. Desta forma, “as distinções ‘tópicas’ e as diferenciações da constituição histórica de sentido poderão ser esquematizadas de acordo com os pontos de vista decorrentes da função de orientação que possui o saber histórico” (RÜSEN, 2007, p.44).

Apontamos, a partir deste momento da pesquisa, nossa busca por compreender as especificidades e relações entre dois grupos de sujeitos em específicos frente ao caso. O primeiro grupo refere-se aos que estão diretamente relacionados com a fundação do bairro. Neste caso, grupo representado²⁷ pela figura do prefeito Alcântara Marques Palmeiras. Em relação a este grupo, os indicativos até então mencionados se alinham na perspectiva da

²⁷Não delegamos a fundação e a nomeação do bairro somente a pessoa do prefeito, como agente isolado e único responsável de toda a situação. Atribuimos ao prefeito à fundação do bairro e conseqüente, o “batismo” com o supracitado nome, pelo simples fato de ser a autoridade com poderes para tal. Entretanto, as gestões posteriores, pelo que demonstram algumas fontes, manifestaram e deram continuidade aos anseios do gestor anterior. Isso pelo fato que, seis anos após o término da gestão de Alcântara Marques Palmeiras, outra edificação inaugurada na vila 31 de Março pode vir a ser mais um indício a corroborar com os apontamentos aqui expostos.

pretensão das elites locais em render exaltação do regime. Neste caso, podemos ainda levar em consideração outro indicativo, sendo ele, a construção da unidade escolar do bairro, intitulado Colégio Estadual Presidente Castello Branco, construído no ano de 1974. Assim, o fato da Vila 31 de Março ter recebido este nome não apresenta-se como caso isolado, tendo em vista que, seis anos após a sua fundação, o bairro recebeu a nomeação de seu colégio como novo ato de homenagem e exaltação ao regime. Dessa forma, este grupo em particular, revelou-nos obter certo grau de compreensão da história política do país.

Os simpatizantes do Golpe de 1964 não estavam alheios a uma narrativa política e ideológica em movimento. Segundo seus interesses, homenagear o bairro com referências ao regime seria visto como ação necessária e nobre que dialogava com as aspirações políticas na época. O primeiro grupo, ao que tudo indica, concebia a história como exemplo, lição e experiência. Ponderamos esta situação de forma que,

No discurso político, por exemplo, acontecimentos e situações presentes são frequentemente remetidos a casos históricos, de modo a deixar entender que ambas as circunstâncias obedecem aos mesmos princípios gerais e que a experiência do passado deve servir de lição para o presente (RÜSEN, 2007, p. 54).

O exercício de aproximação do grupo em questão nas perspectivas das tipologias de constituição narrativa de sentido faz-se necessário para que, em consequência, possamos estabelecer o enquadramento de cada grupo e sua relação com o caso, visando tal estratégia com arremates didáticos para uma melhor compreensão. Os sujeitos concebiam o passado, mesmo que recente no contexto, como forma de orientação para o presente e para a perspectiva de um futuro próximo. Esse grupo tem por características uma maior possibilidade de comunicação, levando em consideração os meios midiáticos que tinha à sua disposição para a difusão de seus ideais, sendo um desses, o jornal A Voz Inhumas.

As expectativas alimentadas pelo regime militar foram propagadas em Inhumas por seus simpatizantes através de diversos fatores que confluíram um meio específico de comunicação. Nesse sentido, entendemos a comunicação como a própria construção do bairro, assimilada como representatividade do ideal, símbolo da vitória do projeto conservador na região. Paralelamente, intensas realizações de obras atreladas ao discurso político da época tornaram-se uma forma comunicativa bastante eficiente para a propagação de tal ideologia. As possibilidades de significação dos discursos dos moradores da vila 31 de Março tornaram-se mais abrangentes devido à relevância comunicativa e o contexto propício para esta relevância. Rüsen (2007) salienta que a constituição da identidade por meio das

interpretações da experiência obedece, sobretudo, a forma comunicativa por meio da qual ela se formou. De modo mais amplo,

Toda orientação histórica da vida humana prática baseia-se no pressuposto incontornável de que a vida prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. Assim, toda forma de tratamento comunicativo das perspectivas temporais das relações sociais está necessariamente conectada ao pressuposto de um entendimento prévio de todos os participantes. Que as pessoas possam entender-se e que se tenham sempre entendido é condução de qualquer comunicação. Essa condição vale também para as situações de conflito na orientação histórica, pois é preciso que haja entendimento ao menos sobre o que é dissensão, pois de outra forma não se poderia vencer o debate (RÜSEN, 2007, p. 45).

Compreendemos que os idealizadores e fundadores da vila 31 de Março estavam, de certa forma, orientados pelo discurso conservador da época que rendeu base para as homenagens prestadas no bairro. O grupo em análise, refletido na perspectiva do princípio de diferenciação, se apresenta “tipologicamente” inserido em uma constituição narrativa exemplar de sentido.

Ao pensarmos a posição do grupo em relação à teoria da história de Rüsen (2007), temos que levar em consideração a ideia de que a constituição exemplar de sentidos segue a famosa divisa *História magistral vitae*. Ou melhor,

A história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite, regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo, (no mais das vezes por causadas ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre (RÜSEN, 2007, p.51).

Avaliamos que o prefeito da época e parte da elite local orientaram-se com base na história nacional, com ênfase nas projeções do Golpe Civil-Militar de 1964. Nesse sentido, para Rüsen (2007), a historiografia é uma escola da faculdade de julgar. Para o caso, podemos considerar ainda que,

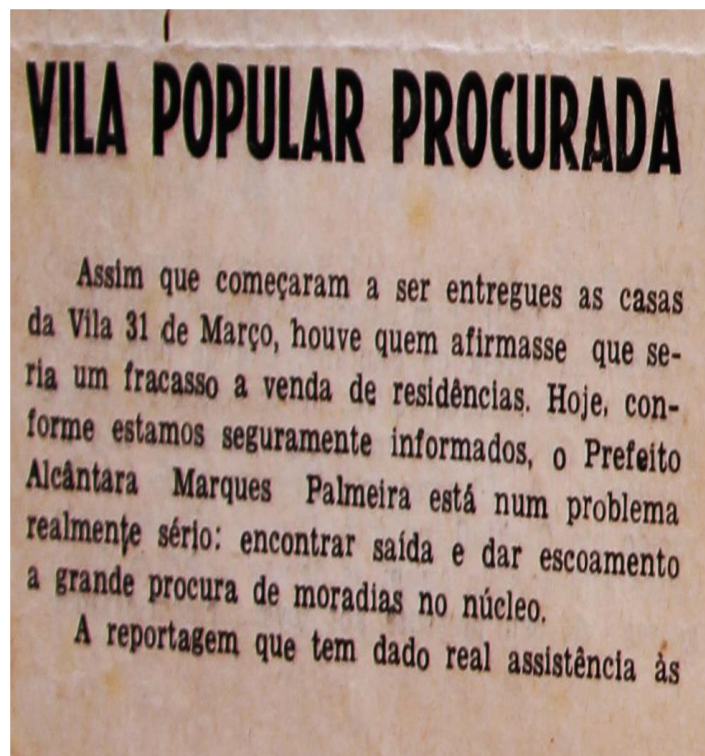
A historiografia apresenta o saber histórico numa forma que faz das mudanças no tempo uma “posse duradoura” e que insere a massa dos acontecimentos em que os homens estão envolvidos no entendimento de sua natureza. Essa forma possibilita estipular, consciente e sistematicamente, como os homens podem ou devem agir em determinadas situações ou sob determinadas condições (RÜSEN, 2007, p. 52).

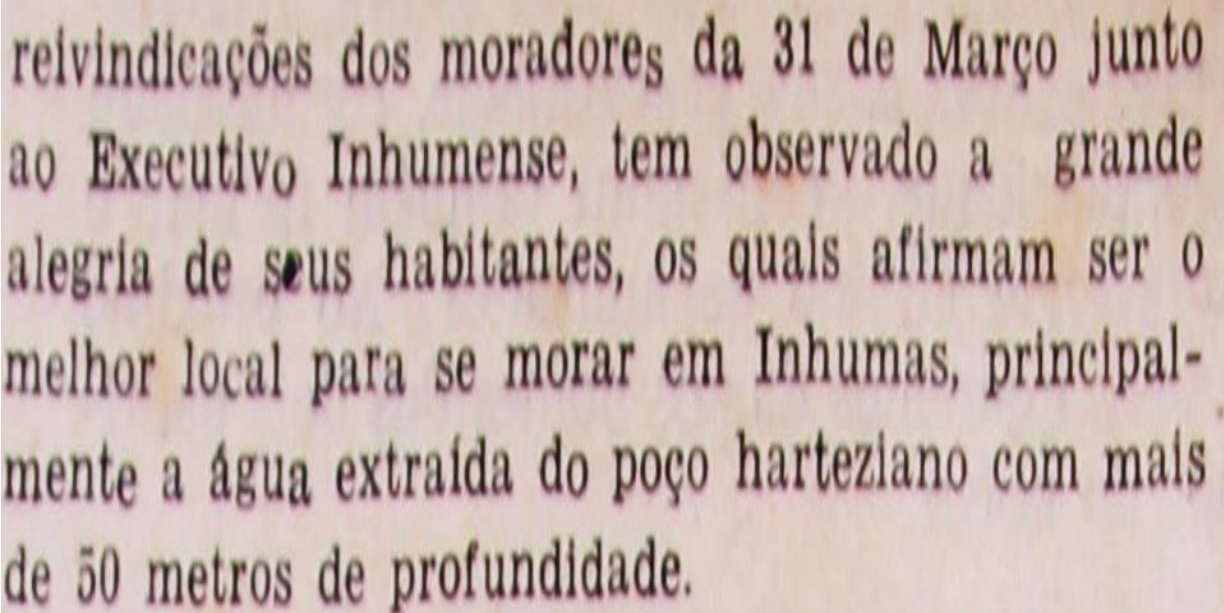
A ideia exposta refere-se aos princípios que norteavam as práticas políticas de grupos conservadores da região, práticas estas orientadas pelos ideais do regime, exaltando o golpe como forma de sustentar e validar sua própria vigência. Visto isso, o que nos interessa neste momento é compreender como os moradores recém-chegados na época da fundação do bairro assimilaram os eventos.

Ao que se refere à receptividade dos moradores para com a fundação do bairro, observamos em mais uma reportagem do Jornal A Voz Inhumas, o relato sobre a euforia das pessoas com o novo bairro modernista.

[...] tem observado a grande alegria de seus habitantes, os quais afirmam ser o melhor local para se morar em Inhumas, principalmente a água extraída do poço hartziano com mais de 50 metros de profundidade.

Figura 19: Reportagem do jornal A Voz Inhumas – maio de 1969 – p. 7.





reivindicações dos moradores da 31 de Março junto ao Executivo Inhumense, tem observado a grande alegria de seus habitantes, os quais afirmam ser o melhor local para se morar em Inhumas, principalmente a água extraída do poço hartziano com mais de 50 metros de profundidade.

Fonte: Acervo Casa da Cultura e Museu de Inhumas.

Além disso, a reportagem traz consigo elementos que podem ser indicativos da sensação de modernidade que a vila 31 de Março apresentava na época, como exemplo a questão da água, tendo em vista a precariedade do saneamento básico em outros bairros de Inhumas, na época.

Devemos nos atentar para a posição deste jornal em relação às ações políticas da época. Este veículo de comunicação excede quando retrata questões ligadas ao bairro em questão, uma vez que verifica-se que a vila 31 de Março era chamada de “a menina dos olhos” de Inhumas. Ou seja, o veículo era um difusor das ações políticas do prefeito que o tinha como aliado propagandista.

Nos interessa pensar também que, para a primeira geração de moradores da vila 31 de Março, a mudança para o setor significava também uma mudança nos padrões de vida. A estrutura oferecida nas casas não era vista até então em outros bairros da cidade, nem mesmo no centro da cidade, com todas as suas instalações comerciais.

À princípio, acreditamos que a maior parte da primeira geração de moradores, por não estabelecer continuidade em sua narrativa sobre a fundação da vila 31 de Março, o Golpe de 64 e as comemorações anuais, se insere “tipologicamente” numa perspectiva tradicional de constituição narrativa de sentido. Nela, pode se consolidar a memória enquanto atribuição de

sentido das mudanças temporais. Tais apontamentos podem ser melhor sintetizados quando compreendemos que,

A narrativa tradicional é uma forma de constituição narrativa de sentido e um tópos da argumentação histórica que interpreta as mudanças temporais do homem e do mundo com representações da duração das ordens do mundo e das formas de vida. Histórias que obedecem a esse formato e a esse tópos remetem às origens, que se impõem às condições contemporâneas da vida, e que se querem manter inalteradas, presentes e resistentes ao longo das mudanças no tempo (RÜSEN, 2007, p. 48).

É importante considerar para este estudo que, segundo Rüsen (2007), as ações do discurso histórico, em que as orientações históricas tradicionais se realizam socialmente, são de cunho ritual. Trata-se da ritualização da memória histórica configurada nas comemorações anuais dos moradores no dia 31 de Março. Nesse sentido:

Não deixam de existir, contudo, inúmeros exemplos desse tipo de discurso histórico em sociedades seculares e no cotidiano contemporâneo. Discursos comemorativos de jubileus, por exemplo, nos quais o ponto de vista de uma origem impositiva dá a partida retórica e que têm em si, indubitavelmente, algo de ritual (RÜSEN, 2009, p.48).

Ajuizamos que as comemorações se apresentam como uma prática cultural dotada de sentido que possibilita a interpretação da experiência do tempo. Por outro lado, se torna uma forma de garantir sentido para a orientação e formação de identidade. “A identidade forma-se, nesse discurso, como enraizamento das formas sociais tradicionais da subjetividade em atitudes, motivações e modelos de percepção e interpretação profundamente inseridos nas mentalidades” (RÜSEN, 2007, p.49).

Estamos conscientes que o discurso de exaltação ao Golpe Civil-Militar de 1964, bem como o regime político que se instalou posterior a este evento, foi, antes de tudo, um discurso de cunho histórico. Se tratarmos história aqui como narrativa que produz orientação para a vida prática, devemos então considerar que histórias, como a do caso em estudo, funcionam como formadoras de identidade, na medida em que interpelam seus destinatários a reproduzir modelos de comportamento.

4 Os moradores: homogeneidade e heterogeneidade na consciência histórica

Em relação às narrativas produzidas pelos moradores, os entrevistados integram a classe dos sujeitos que são reconhecidos pela sua representatividade no setor, seja pela atuação na associação de moradores local ou pela simpatia e carisma conquistada entre os

demais. De certo modo, entendemos que estes são os principais “guardiões” da memória que integra a história do bairro.

Trabalhamos, nesse momento, com a perspectiva de entrevistas de caráter qualitativo. Nosso objetivo maior foi compreender como os moradores mais antigos do setor interpretam o caso a partir da análise das narrativas por eles produzidas. Confrontamos também demais fontes produzidas por outros sujeitos.

Na intenção de compreender a posição dos primeiros moradores da vila 31 de Março em relação aos discursos e práticas políticas realizadas na localidade, apresentamos, a princípio, entrevistas voltadas aos de idade mais avançada. Para Bosi (1994), a riqueza e a diversidade do mundo social que, muitas vezes, não reconhecemos podem chegar até nós através da memória dos velhos. Ou melhor,

Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura e mísera do consumidor atual. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que ocorreu e aquelas coisas que, quando as perdemos, nos fazem sentir diminuir e morrer (BOSI, 1994, p. 82-83).

Ainda de acordo com esta autora, uma lembrança precisa ser “lapidada”, pois sem o trabalho de reflexão e localização seria uma imagem fugida. Desse modo:

O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. Se existe uma memória voltada para a ação, deita de hábitos, e uma outra que simplesmente revive o passado, parece ser essa a dos velhos, já libertos das atividades profissionais e familiares. Se tais atividades nos pressionam, nos fecham o acesso para a evocação, inibindo as imagens de outro tempo, a recordação nos parecerá algo semelhante ao sonho, ao devaneio, tanto contrasta com nossa vida ativa. Esta repele a vida contemplativa (BOSI, 1994, p. 81).

A história da vila 31 de Março perpassou por momentos distintos, sendo econômico e politicamente influenciada pela perspectiva municipal, estadual e nacional. Encontramos, neste caso, diferentes gerações que “experenciaram” as transformações ocorridas nacionalmente e que influenciaram de forma direta o cotidiano da cidade e do bairro.

Alguns dos sujeitos vivenciaram a vila 31 de Março no auge de sua organização e de suas práticas comemorativas, outros já expressaram suas queixas em relação a uma espécie de “decadência” dos momentos de efervescência. Acreditamos que os primeiros e mais velhos moradores são as fontes orais que guardam importantes informações que podem crescer

nosso estudo da história e da memória da vila 31 de Março. Além disso, entre a disponibilidade para o ato de lembrar dos moradores mais “novos” e mais “velhos” há o fato de que,

Enquanto os pais se entregam às atividades da idade madura, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados. Estes não têm, em geral, a preocupação do que é “próprio” para crianças, mas conversam com elas de igual para igual, refletindo sobre acontecimentos políticos, históricos, tal como chegaram a eles através das deformações do imaginário popular. Eventos considerados trágicos para os tios, pais irmão mais velhos são relativizados pela avó enquanto não for sacudida de sua vida miúda ou não forem atingidos os seus. Ele dirá à criança que já viu muitas revoluções, que tudo continua na mesma: alguém continuou na cozinha, servindo, lavando pratos e copos em que os outros bebera, limpando banheiros, arrumando camas para o sono de outrem, esvaziando cinzeiros, regando plantas, varrendo o chão, lavando a roupa. Alguém curvou suas costas atentas para os resíduos de outras vidas (BOSI, 1994, p. 73).

Há de considerar as dificuldades encontradas para a realização das entrevistas com a categoria mais velha. É notável que, hoje, a população da vila 31 de Março é majoritariamente de idosos aposentados. Este fato pode ser evidenciado por meio de algumas características peculiares do setor. Os moradores, em sua maioria, ficam grande parte do dia confinados em suas casas. Nos dias atuais não é mais tão corriqueiro ver pessoas nas portas de suas casas, sentadas nas calçadas para conversar, em um hábito tipicamente interiorano. Além disso, muitos moradores demonstram resistência a abordagens e não gostam de ruídos que venham a quebrar o silêncio, ao que se percebe, bastante apreciado pela comunidade. Por entre as frestas das grades de suas casas, não raro olham com desconfiança para sujeito que transpareça não pertencer àquela localidade. Quando se dispõem a falar, são observados pelos seus vizinhos, em uma espécie de vigília comunitária. Mesmo assim, pudemos contar com a colaboração de alguns dos “guardiões” da memória.

As primeiras questões que levantamos frente aos entrevistados tratavam-se da sua chegada à vila 31 de Março, pois importava-nos saber se estavam presentes no dia da inauguração do bairro. Neste primeiro bloco de cinco entrevistados, todos os cinco afirmaram não estarem presentes, mas, de todo modo, insistimos para que descrevessem como era a vila 31 de Março em seus primeiros anos pós-fundação. As narrativas produzidas por três deles apresentam os seguintes apontamentos:

Aqui era sim, não tinha muro, não tinha nada. Era cercada com aquelas cerquinhas de arame. Quando eu comprei, eu comprei o direito, eu comprei o direito aqui por 1.800,00 (mil e oitocentos reais). O direito da casa né... Então era da COHAB, tinha o escritório da COHAB aqui na praça. (Augusto Ferreira)

Poucas casas. Cheguei em 72, era de terra, poucas casas, muito simples e humildes as casas. Padronizadas, aquelas casinhas assim, pequenas. Tinha um negócio de F1,

F2, F4. Era por números e, cada pessoa que chegasse e tivesse um pouquinho de condição, poderia dar uma reforma né? Fazer um melhoramento na casa. Tipo assim, nós fizemos a nossa, fizemos um “murozinho” para diferenciar, que era padronizada aquilo né? A gente tinha direito. Ia lá e conversava no escritório e pedia pra fazer. Era a COHAB, o escritório ficava lá em cima. (Ana Maria).

Igual eu falei pra você, eu sei quem fundou. Na época o prefeito, o Alcântara. Foi ele que fundou aqui pela COHAB, a primeira etapa e a segunda etapa. (Cássio Almeida).

Estas primeiras narrativas podem, de certo modo, serem analisadas em conjunto, tendo em vista que apresentam, de forma similar, os primeiros momentos da história do setor, principalmente, em relação aos aspectos arquitetônicos das residências. De modo geral, os entrevistados (as) estão inseridos (as) na categoria de aposentados (as). Todos reconheceram a COAHB como o programa responsável pela construção do conjunto habitacional e atribuíram com clareza a idealização do bairro ao prefeito Alcântara Marque Palmeira.

Os primeiros depoimentos se fazem de grande relevância para se pensar a questão da ordem, como ideário presente no bairro. As “cerquinhas”, apontadas pelos entrevistados, são até hoje, para grande parte dos moradores, um diferencial do bairro em relação a outros setores da cidade. Para nós, as cerquinhas apresentam-se como objeto simbólico e cabível a uma análise de representatividade historicamente contextualizada.

Figura 20: Modelo de residência de uma vila militar.



Fonte: Imagem meramente ilustrativa²⁸

²⁸ Do mesmo modo que tivemos o cuidado em preservar a identidade dos moradores abordados na pesquisa, optamos também pela imagem meramente ilustrativa visando apresentar uma referência da arquitetura do bairro, sem que essa ação viesse comprometer o conforto dos moradores.

Apresentamos a imagem da figura 20²⁹ como tentativa de exemplificar o caso, já que a disposição das casas e das ruas se aproxima do modelo de uma vila militar. A padronização das residências e das ruas é uma característica marcante no setor. Em relação às ruas, por exemplo, a identificação é feita por números e etapas, diferente de outros setores da cidade. Embora grande parte das residências tenha passado por modificações estruturais para atender as atuais necessidades das famílias, ainda há hoje residências com o padrão arquitetônico original da fundação.

As cercas baixas representam a sensação de liberdade e segurança que moradores dizem terem contemplado na época. Ainda nos dias atuais, não raros moradores rememoram saudosamente tal sensação, pois o bairro registrava baixo índice de criminalidade, sobretudo ao que diz respeito à prática de furtos. Este registro denota, mais uma vez, que a vila 31 de Março foi projetada para ser um setor diferente, o que chama-nos a atenção quando pensamos no contexto de plena vigência do regime militar. Ao nosso entendimento, isso pode vir a amenizar ou contrapor qualquer narrativa que possa denunciar as mazelas do regime.

Outra questão que deve ser levada em consideração é a facilidade de aquisição de residências, considerando-se a renda salarial dos moradores. O programa habitacional que alicerçou a construção da vila 31 de Março - COHAB - tinha como atrativo principal o baixo preço das mensalidades dos imóveis. Conforme apontamos anteriormente, favorecia em primeiro caso famílias de baixa renda, geralmente de pessoas vindas da zona rural. Desse modo, ao que tudo indica, para uma parcela da população que vivenciou a ditadura militar em Inhumas-GO, ao invés de repressão o regime trouxe oportunidades e condições de melhoramento de padrões de vida.

Em relação à sensação de pertencimento ao bairro, elaboramos uma pergunta que vislumbrava compreender sobre como os moradores se sentiam por pertencer àquela localidade. Um dos entrevistados, ao ser indagado se orgulhava-se de ser morador da vila 31 de Março, afirmou que:

Sim, eu tenho! Eu gosto daqui porque é o seguinte, você sabe que a primeira coisa que faz a morada da gente é os vizinhos. Aqui é uma vizinhança boa demais da conta, “nós é igual irmão sabe? A gente deixa as casas da gente, um vai sair, comunica o outro. Aqui “nós já teve” guarda trabalhando por nossa conta. Guarda a noite, nós juntava a turma de morador e pagava. (Augusto Ferreira)

O Sr. Augusto Ferreira nos fornece, em sua resposta, elementos que corroboram com alguns apontamentos da pesquisa. Primeiramente, deixa transparecer que os moradores da vila

²⁹Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+vilas+militares&client>. Visitado em: 19/06/2017.

31 de Março tem participação efetiva no cotidiano do bairro. O senso de unidade é expresso na proximidade de uma perspectiva familiar. Não obstante, explicita a capacidade de mobilização entre os moradores, quando afirma que estes agem de forma a garantir a segurança de seus lares de forma coletiva, ao ponto de, juntos, arcarem com as despesas de uma ronda noturna exclusiva para o setor.

Já por meio das narrativas elaboradas por outro entrevistado, o Sr. Cássio Almeida, podemos identificar elementos que apresentam indícios de um momento de mudança que perpassa a vila 31 Março:

É bom, não vejo ninguém aí reclamar de ninguém. Apesar de que hoje você não vê aquele aconchego assim de antigamente. Hoje, é cada um na sua casa, escureceu vai pra dentro e sossegado assistir televisão, e dormir. Não tem aquele negócio de antigamente de vizinho sentar nas portas e conversar. (Cássio Almeida)

Conforme foi salientado nos capítulos anteriores, não raro delegam esta transformação à decadência da associação de moradores, assim como também à redução da intensidade das comemorações típicas do bairro. São outros tempos, segundo o Sr. Cássio Almeida, pois não há mais aquele “aconchego” característico dos tempos de efervescência que a população vivenciou.

A Sra. Nilva Ribeiro expressa seu orgulho como moradora, mesmo reconhecendo a falta de segurança dos dias atuais no setor:

Ah, eu tenho orgulho de morar aqui! Porque a gente praticamente viveu aqui, né? Pra você vê, tem quarenta e três anos que eu moro aqui. Então, nós crescemos aqui. Minha mãe gosta muito daqui, a gente tem a tranquilidade. Como você já viu, a gente senta aí na porta. Nunca foi abordado por ninguém e, mesmo não tendo segurança como tinha de primeiro, eu tenho orgulho de morar aqui. (Maria de Lourdes)

Ainda sobre a sensação de pertencimento por parte dos moradores em relação à sua localidade, consideramos que a próxima entrevistada apresentada aqui, a Sra. Ana Maria, precisa ser analisada de forma específica, pelo fato de ser uma professora aposentada. Ajuizamos que ela pode nos apresentar uma síntese de vários discursos ali proferidos, considerando sua capacidade de articular certa pluralidade de ideias inseridas em contextos distintos. Nesse sentido,

O tipo da constituição crítica de sentido surge nas formas da narrativa histórica e nos topoi de uma argumentação histórica que trata, sobretudo, de esvaziar os modelos de interpretação histórica culturalmente influentes, mediante a mobilização da interpretação alternativa das experiências históricas conflitantes. Modelos consagrados de autocompreensão e da legitimação históricas das relações sociais são desmantelados quando contrastados com as possibilidades alternativas da memória histórica. Do mesmo modo, as interpretações históricas das circunstâncias atuais da

Vida, e as perspectivas de futuro da vida prática que delas decorrem, são desconstruídas pelo conflito das experiências históricas, abrindo espaços para outros e novos modelos de interpretações (RÜSEN, 2007, p.55).

Salientamos que esta ação não implica que estamos elevando a importância da narrativa produzida pela entrevistada, para além das narrativas elaboradas pelos demais moradores. Simplesmente nos atentamos ao fato de que, tendo sido professora, a entrevistada se relacionava com o conhecimento quotidianamente em sua práxis, portanto, apresenta uma narrativa crítica diante dos fatos, o que se aproxima, no sentido teórico, de uma constituição crítica de sentido.

Quando indagamos à professora sobre sua sensação de pertencer ao bairro, ela nos respondeu com entusiasmo:

Eu mais que ela, eu acho (dizendo isso em relação à dona Nilva Ribeiro, que foi também entrevistada). Porque, quando eu casei, nem lua de mel eu tive. Vim direto para minha casinha que era simples, mas reformadinha (Ana Maria).

A professora Ana Maria, ao nosso entendimento, vivenciou várias situações decorrentes do cotidiano do bairro. Sua residência fica de frente à praça do setor, em uma área que poderia ser reconhecida como a parte “mais nobre” do bairro, devido sua localização e estrutura das casas. Além disso, na maior parte de sua vida como professora lecionou no colégio do bairro, o Colégio Estadual Presidente Castello Branco. A este respeito, a entrevistada se expressa da seguinte forma:

[...] amei minha escola Castello Branco, até que me aposentei com 46 anos. Amo... defendo, eu brigo. Eu brigo com que fala assim: “Eu odeio, eu vou mudar daqui”. Eu digo: “Minha filha, o problema está aqui em você”. Se você não gosta daqui e for morar ali, o problema vai com você. A gente que faz o bairro! Se é bom, o bairro é bom, se é ruim, fica ruim. (Ana Maria).

[...] amo! Então, olha, tem a capela que eu amo que sou religiosa. O que mais que eu quero? Tem lugar pra eu comprar [...] Então, o que mais eu preciso? Tinha praça [...] tinha comércio bom, não tem mais, mas tem perto né? Farmácia, tudo que você precisa. E graças a deus, nunca ninguém, tipo ladrão, cometeu assalto. Que a gente reza muito pede proteção, que proteção humana não tem, mas divina tem. Então, tenho orgulho e defendo (Ana Maria).

A ideia de que o bairro é diferenciado em relação aos outros bairros do município é recorrente na fala dos entrevistados. Isso fica claro quando a entrevistada afirma que “Eu falo, se você quiser anotar até ai, eu falo que isso aqui é o plano piloto de Inhumas. Sempre chamei vila 31, é o plano piloto de Inhumas” (Ana Maria).

Além disso, a entrevistada fornece elementos em sua fala que podem ser pensados como discurso assimilado tendo em vista a ideia de que a vila é a “menina dos olhos de

Inhumas”. Ideia esta fomentada por seus fundadores e difundida em matérias do jornal *A Voz Inhumas*, e que se reverberou e se propagou entre os moradores.

Não é nossa intenção dizer que a sensação de orgulho externada pelos moradores do setor em estudo não ocorra igualmente em outras localidades. Durante nossas entrevistas, verificamos elementos que se constituíram de forma particular neste caso, como o fato da professora Ana Maria fazer questão de ceder-nos alguns registros fotográficos, na intenção de expressar seu sentimento para com seu bairro.

Figura 21: Professora Ana Maria (única sentada ao chão), amigos e familiares na praça da vila 31 de Março. Foto de 1993.



Fonte: Acervo pessoal cedido por Ana Maria.

Na figura 21 (acima) notamos uma pequena parte do que era a praça da vila 31 de Março. Ao fundo, encontra-se parte de um muro que cortava a praça ao meio. Imponente pela sua altura e espessura, o muro chegou a ser batizado pelos moradores de “Muro de Berlim”. Isto pelo fato de que relatam que o muro dividia a comunidade que sempre fora unida³⁰. Neste sentido, observa-se que “pela relação dos logradouros públicos do período e pelas ações dos

³⁰Em decorrência da aparente “divisão”, os moradores reivindicaram, por meio de sua associação, a retirada do muro. Este episódio ficou curiosamente e humoristicamente conhecido entre parte dos moradores como “a queda do Muro de Berlim”. Por questões de foco da pesquisa, optamos por não aprofundar nesta questão. No entanto, devemos nos atentar para uma questão de exclusão narrativista, pelo fato de que, tal parcela reconhece um evento histórico da história geral (neste caso, a construção e derrubada do Muro de Berlim, em consequência do início e fim da Guerra Fria), ao mesmo tempo em que não abarca episódios da história nacional, o que sugere um silenciamento.

agentes envolvidos, que é possível perceber as correlações entre o micro e o macro, em uma lógica visível entre ditadura e guerra fria” (AUGUSTO e DEMENECK, 2014, p. 13).

Figura 22: Fotografia que revela outro ângulo da praça da vila 31 de Março. Foto de 1993.



Fonte: Arquivo pessoal cedido por Ana Maria.

A praça da vila 31 de Março era de fato moderna em relação à outras de outros bairros da cidade, como mostra a figura 22. Assumimos aqui a responsabilidade de dizer que nem mesmo as principais praças do centro da cidade têm ou tiveram arquitetura semelhante. A praça contava com anfiteatro no estilo grego, corredores de inspiração espanhola, labirintos para brincadeiras, espaço para ginástica e pista para diversos esportes.

Ainda sobre a questão organizacional do bairro, perguntamos a opinião dos entrevistados sobre a atuação da Associação de Moradores da vila 31 Março. Nosso objetivo com este questionamento foi compreender a real importância desta organização no cotidiano da comunidade, por meio da leitura dos próprios moradores. Eles afirmaram:

Olha, eu não sei se era porque, assim, a Associação era forte, atuante. [...] a segurança era bem melhor. Porque a gente corria atrás e sempre ficava uma viatura na praça. Hoje, passa de passagem. A gente sempre teve pessoas... Mas a gente ia numa reuniãozinha na casa deles, mas eu mesmo até nunca reclamei nada não. Sempre, a gente tratava assim, que o que eles podiam fazer, eles faziam (Augusto Ferreira).

Precisava de benefícios e conseguia. Fazia reuniões, era muito bom. Naquele tempo acho que era o único bairro que tinha associação de moradores, com desfile. Todo mundo ficava até com inveja do nosso bairro (Ana Maria).
Tinha patrulhamento, era assim bem organizadinho (Nilva Ribeiro).

Uma fala recorrente entre os moradores do bairro refere-se ao fato de que, para eles, a associação de moradores detinha grande influência em relação à questão da segurança da vila. Segundo os entrevistados, esta associação sempre requisitava benfeitorias junto ao governo municipal, dentre elas, a presença ostensiva da polícia. Estes apontamentos evidenciam a capacidade de mobilização política dos moradores. Demonstra, ainda, os laços de fraternidade que foram consolidados desde a fundação do bairro e, conseguinte, reforçados por meio da prática de organização das comemorações anuais do dia 31 de Março em que a comunidade se mobilizava para os preparativos.

Outra questão que se conecta à nossa análise de historicidade diz respeito ao modo como os entrevistados interpretam a fundação do bairro e o nome escolhido para identificá-lo. O entrevistado Augusto Ferreira, ao ser questionado sobre as motivações que levaram a escolha da data do dia 31 de Março para a identificação do setor, afirmou que:

Foi o dia que eles... como fala (neste momento o entrevistado dá uma pausa, procurando meios para formular sua resposta), que inaugurou ela foi dia 31 de Março. Então ela ficou com esse nome 31 de Março (Augusto Ferreira).

Compartilhamos com o entrevistado o fato de o bairro ter sido inaugurado no dia 31 de Março de 1968, mas que as chaves que davam acesso às residências só foram entregues nove meses depois, em dezembro. A este respeito, o entrevistado concluiu “Com certeza já puseram o nome aqui, por causa da data” (Augusto Ferreira).

O desencontro entre a data de inauguração e entrega das residências, revelado ao entrevistado, não influenciou na elaboração de sua resposta. Ele não fez menção à outra intencionalidade da escolha do nome, e nem mesmo qualquer simbologia que pudesse se relacionar com a data em questão. O mesmo ocorre com a entrevistada Nilva Ribeiro, que revela “Será que não foi o dia da inauguração? Dia 31 de Março? Deve ter sido quando inaugurou” (Nilva Ribeiro).

Narrativas como estas apresentadas, também são recorrentes entre os moradores. A maioria dos entrevistados acredita que a motivação para a escolha da data que identifica o bairro relaciona-se, meramente, à data na qual o bairro foi inaugurado. Deste modo, não estabelecem referência entre o dia 31 de Março, o Golpe de 64 e a fundação da vila 31 de Março, embora muitos tivessem consciência de quem foi Presidente Castello Branco, nome que identifica o colégio do setor³¹.

³¹Os dados que comprovam a inconsistência dos moradores frente ao significado do “31 de Março” e a consciência histórica acerca da figura do ditador Alencar Castello Branco serão expostas em um quadro quantitativo a seguir.

Novamente, torna-se imperativo, ao nosso juízo, analisar de forma específica outra narrativa elaborada pela professora Ana Maria. Ao ser questionada se tinha consciência das motivações por de trás da escolha do nome “31 de Março”, a professora faz um esforço na tentativa de elaborar sua resposta, e pontua: “Será que foi por causa da revolução? Não tem nada a ver com a data, a vila 31 de Março?” (Ana Maria).

O tratamento que a professora Ana Maria dá ao Golpe Militar de 1964, substituindo o fato pela expressão “revolução”, é uma prática bastante recorrente entre os moradores mais antigos do bairro. Isto, ao que compreendemos, pode ser pensado como resultado ou reflexo da ampla aprovação civil ao golpe. O Golpe Civil-Militar de 1964 estendeu sua vigência em decorrência do apoio fundamental da sociedade civil, dentre outros fatores³². Para Garcia e Dahás (2012), a expressão “revolução” pode ter reverberado a partir dos discursos que antecederam o golpe. Tais discursos podem ser entendidos na época, como forma de “preparar terreno” e justificar a intervenção em eminência. Este cenário pode ser ilustrado com trecho de um dossiê produzidos por pesquisadores Garcia e Dahás (2012):

Democratas do Brasil, não desconfiem das gloriosas Forças Armadas de nossa pátria”, dizia Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, para a multidão que marchava em São Paulo “Com Deus pela Liberdade” dias antes do fadado golpe. Naquele 1º de abril de 1964, quando militares e seus tanques avançaram sobre as principais cidades do Brasil, foram saudados por muitos como verdadeiros defensores da ordem nacional frente à ameaça comunista. E como o criador batiza sua criatura como bem entende, chamaram de Revolução Democrática a deposição sumária do presidente eleito (GARCIA e DAHÁS, 2012, p.17).

Por fim, a professora entrevistada diz não ter consciência das motivações que levaram a escolha do nome da vila. Mais um caso dentre tantos outros recorrentes.

5 Manifestações de inconsistência nas narrativas coletadas: Aprofundando a investigação.

A este respeito, realizamos uma breve amostragem, visando compreender se alguns moradores do bairro reconheciam a representação histórica do dia 31 de Março. Ao mesmo tempo, se tinham conhecimento da pessoa de Humberto de Alencar Castello Branco, personagem político que identifica o colégio do bairro através de seu nome. Para tanto, optamos por mapear dois grupos específicos³³, contendo sete entrevistados cada. Um grupo

³²Dossiê organizado por Bruno Garcia e Nashla Dahás. Publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional. O Golpe - Militares e civis na trama de 1964. Ano 7/ N° 83/Agosto de 2012.

³³Neste ponto, nos deparamos com dificuldades ao debruçar na Didática da História e investigar a manifestação da consciência histórica na sociedade. Isso se deve, em grande parte, ao fato de não dispormos ainda de uma metodologia própria desta disciplina científica. A ausência de referências metodológicas para lidar com casos

corresponde a moradores que se enquadram na categoria de aposentados e idosos, ou pessoas com mais de cinquenta anos de idade, que hoje passam grande parte de seu tempo recluso em seus lares. Identificaremos este grupo como Grupo I. Já o segundo grupo, o Grupo II, é composto por moradores com a faixa etária abaixo dos cinquenta anos de idade. Consideramos este grupo como particularmente de jovens e adultos.

Das sete pessoas entrevistadas no Grupo I, apenas uma pessoa declarou ter formação superior, sendo ela a professora Ana Maria, que lecionou a disciplina Geografia no colégio do bairro. Os outros seis entrevistados pertencentes ao grupo declaram o ensino primário como grau de escolaridade. Três dos entrevistados residem há menos de 30 anos no bairro, já os quatro restantes residem há mais de 30 anos e, desse modo, presenciaram vários momentos importantes do local.

Todos os sete entrevistados (as), inclusive a professora Ana Maria, disseram não ter consciência da representatividade histórica do dia 31 de Março. No entanto, todos reconhecem a figura política de Humberto de Alencar Castello Branco. Não obstante, seis dos entrevistados do grupo em análise concebem a vila 31 de Março como diferenciada em relação à outras vilas do município e, ao mesmo tempo, demonstraram satisfação em residir ali.

Já no Grupo II, quatro entrevistados (as) afirmaram ter completado o ensino médio, um o ensino fundamental, um o ensino primário e uma afirmou ser graduanda na área da Pedagogia. Destes entrevistados, dois afirmaram residir no bairro há mais de trinta anos, enquanto outros cinco disseram residir no bairro há menos de trinta anos.

Assim como no Grupo I, todos os sete entrevistados do Grupo II afirmaram não terem consciência da representação histórica do dia 31 de Março. Por outro lado, apenas três entrevistados deste grupo disseram conhecer a figura política de Humberto de Alencar Castello Branco. Além disso, todos(as) deste grupo afirmaram conceber a vila 31 de Março como um bairro diferente de outros bairros da cidade e se orgulham de residir no setor.

A partir da amostragem exposta, entendemos que há uma inconsistência por parte dos moradores em relação aos fatos que aludem à fundação do bairro. Todos os entrevistados de

como o nosso torna os critérios das entrevistas vagos, a uma primeira vista. No entanto, esta simples amostragem visa apenas apresentar indícios da consciência histórica predominante entre os dois grupos de moradores da vila 31 de Março. Os critérios a serem levados em consideração abordam o tempo de residência e idade dos entrevistados. Não é nossa intenção nesta amostragem apresentar as condições socioeconômicas e socioculturais dos entrevistados como critério de seleção e análise. Nosso objetivo visa apenas compreender a interpretação dos dois grupos em relação ao dia 31 de Março, dentre outros aspectos, diferentemente do que está sendo realizado a respeito das análises das narrativas coletadas nas entrevistas, em que as especificidades e experiências de vidas de cada entrevistado são consideradas como fatores influentes na formação consciência histórica destes sujeitos.

ambos os grupos não reconhecem, de forma consistente, a historicidade do dia 31 de Março. Isto implica no fato de que, ao mesmo tempo, podem não reconhecer que a ditadura foi elemento decisivo para as motivações da escolha do nome do bairro. Pressupomos que com tal conhecimento, os moradores não realizam “rituais” que hipoteticamente vão de encontro com as práticas da ditadura. Nesse sentido, devemos considerar também que,

O objeto de uma pesquisa sobre consciência histórica pressupõe refletir sobre o que é e como se atinge o objeto, já que estamos falando de fatores mentais, difíceis de investigar porque não são reconhecíveis obviamente como fatos. Trata-se, portanto, de demarcar um território empírico (CERRI, 2011, p. 48).

No Grupo I, em maior ocorrência que no Grupo II, os entrevistados, de uma forma geral, reconhecem a figura política de Humberto de Alencar Castello Branco. Por ser um grupo formado por pessoas de mais idade, consideramos que estas reconheçam a trajetória do ditador como presidente de forma mais consciente pelo fato de terem vivido na época de seu governo. Já no Grupo II, como demonstra nossa amostragem, apenas três dos entrevistados reconhecem a trajetória do ditador, apesar do grau de formação escolar destes ser, de modo geral, mais elevada que o do Grupo I.

Há a impressão de que a experiência fixada na memória do Grupo I tornou-se mais consistente que a do Grupo II. Além disso, devemos levar em consideração que, apesar de grande parte dos jovens e adultos entrevistados terem estudado no colégio do setor, onde está expressamente destacado no muro frontal o nome Colégio Estadual Presidente Castello Branco, eles não se igualaram ao Grupo I no que diz respeito à consistência das respostas aos nossos questionamentos. Sendo assim,

Para encontrar o objeto, enfocamos suas manifestações. A consciência histórica está baseada em padrões comunicativos, de acordo com a natureza do tempo experienciado. Registra-se a dificuldade de listar evidências típicas e não ambíguas de manifestações da consciência histórica. Exercendo a função de memória, de percepção das diferenciações temporais, a consciência histórica produz uma estrutura unificada de pensamento num modo de consciência adequado ao relacionamento dos sujeitos com a história (CERRI, 2011, p. 48).

Tais questões indicam que a consciência histórica não é homogênea para os sujeitos desta localidade, o que não é de se estranhar. Os relatos colhidos nos dão indícios da inconsistência em relação à historicidade que envolve o bairro onde residem. As narrativas excluem e incluem acontecimentos históricos, no entanto, nenhuma delas demonstrou consistência para uma ideia de continuidade dos eventos.

6 Os efeitos adversos da memória: O mito do progresso como fator atenuante das práticas ditatoriais.

Do ponto de vista histórico, os apontamentos supracitados tornam-se ainda mais incipientes quando nos debruçamos sobre as narrativas elaboradas pelo nosso próximo entrevistado. A vila 31 de Março é uma comunidade de memória e deparamo-nos com um entrevistado que expõe claramente a sua simpatia pelo regime militar. Isto, relacionando a tentativa de justificar suas exposições apoiando-se no “mito do progresso”, dentre outros valores conservadores difundidos pelo regime. Neste caso específico, o morador foi capaz de elaborar narrativas que articulam três eventos basilares da pesquisa: o Golpe Civil-Militar de 1964, a fundação da vila 31 de Março e as comemorações ali realizadas. Segue adiante a exposição de uma situação clara de reconhecimento e aceitação do ideal conservador que perpetuou e se materializou no cotidiano do bairro.

Ao que se refere às manifestações de heterogeneidade na constituição narrativa de sentido por parte dos entrevistados, nos deparamos com um caso específico pertencente ao Grupo 1 em análise. A narrativa elaborada pelo entrevistado a seguir evidencia a sua simpatia, de forma consciente, pelos ideais conservadores fomentados pela ditadura. Concordamos que, ao que tudo indica, este pode ser apenas um dentre outros casos possíveis.

Os apontamentos iniciais da pesquisa indicam que o ideário de progresso agregado à fundação do bairro pode constituir-se de um sentido positivo em relação ao regime militar. Ou seja, para muitos sujeitos investigados, o regime foi um período caracterizado pela ordem, pelo progresso e pelo desenvolvimento. Isso, pelo menos, quando se leva em consideração a memória, sua seletividade e conveniência. As narrativas elaboradas pelo Sr. Antonio Domingues, de 68 anos de idade e residente na vila 31 de Março desde Janeiro de 1969, exemplificam o fato.

Antonio Domingues é um morador bastante conhecido no bairro. Eleito por três mandatos para a presidência da Associação de Moradores da vila 31 de Março, demonstrou espontaneidade e abertura para com a nossa tentativa de compreender os eventos ali realizados. Ao ser questionado se compreendia o significado da data 31 de Março, que dá nome ao seu bairro, afirmou: “Sim, isso foi através do regime militar” (Antonio Domingues).

A convicção com a qual o entrevistado faz tal afirmação raramente é recorrente em outros casos. O entrevistado quando indagado sobre ter consciência do contexto político do país no período em que a vila fora fundada expôs:

Olha, se hoje fosse para eu escolher, eu escolheria o regime militar. Porque antigamente, naquela época... Tinha aquele toque de recolher e tudo, tinha repressão, mas, você andava com segurança na rua. Nós tínhamos segurança, hoje não temos

segurança. Para você vê, hoje o meu muro é alto. Agora, antigamente, naquela época... As cercas eram de tábuas, baixinhas (Antonio Domingues)

Há um fato que deve ser analisado de forma específica nesta abordagem, considerando que o entrevistado foi questionado se conhecia o contexto político do país no período em que sua vila foi fundada. Vejamos que, à princípio, aguardávamos uma resposta curta e objetiva, um “sim” ou “não” do entrevistado. No entanto, ele expandiu sua resposta até mesmo para além do que foi questionado.

Percebemos que esse nosso entrevistado realiza um esforço na tentativa de justificar o contexto político em questão. Para isso, assim como outros, recorre à estatura das antigas cercas das casas do setor, como forma de comparar o modo de vida que levavam nos primeiros anos da vila 31 de Março com os dias atuais, justificando sua simpatia pelo regime ditatorial. Este fato apresenta-se como um exemplo de perpetuação dos ideais conservadores na consciência dos moradores. Além disso, percebemos que o entrevistado estabelece uma relação entre passado e presente, expressa na realização de uma narrativa de continuidade entre eventos.

Antonio Domingues acrescenta:

Oh, a gente vê principalmente hoje, a política de hoje, a política brasileira. Eu estava vendo no Youtube esses dias, o João Figueiredo morreu pobre. O Brasil tinha distribuição de renda, mas era um regime, era um regime militar, mas, só que tinha respeito, a pessoa que era do bem... Ele não era perseguido. Agora, hoje você vê o democrático, quem é que está preso? Quem era contra o regime militar. Quase todos os líderes daquela época estão presos. Agora a inflação, não tinha inflação. As casas eram construídas, casas boas como essas nossas aqui da vila 31 e no país inteiro. A 31 de Março mesmo foi construída pelo regime militar. Foi o primeiro setor da cidade, nem no centro tinha rede de esgoto (Antonio Domingues).

O trecho acima corrobora com outros apontamentos levantados. Em primeiro lugar, o entrevistado explicita sua simpatia pelo regime, principalmente quando realiza comparações econômicas entre o período ditatorial e o atual período democrático do país. Observamos também que a internet é uma forma pela qual ele busca informações. O que mais chama atenção é o fato de ele utilizar a fundação da vila 31 de Março como uma tentativa de sintetizar, exemplificar e justificar sua simpatia ao regime. Ele enaltece a construção do empreendimento moderno na região, salientando também a exclusividade da infraestrutura do bairro em relação ao centro da cidade, confirmando, assim, que o regime militar foi um governo positivo a ele. Tal posicionamento atribui valor (sentido) às experiências passadas e pode ser entendido, neste caso, como uma ação de “romantização” do passado porque ele destacou aspectos positivos e silenciou os negativos referentes ao caso.

Assim, o entrevistado estabelece uma espécie de silenciamento sobre a “crítica”, visando dar sustentabilidade a seus argumentos. Nesse sentido, por mais que o entrevistado transpareça obter um quadro considerável de informações em relação ao período, o mesmo não transparece estabelecer uma “constituição crítica de sentido” diante da ação interpretativa do caso. Entendemos que,

A constituição crítica de sentido é o meio de uma comunicação intercultural, na qual o discurso histórico se modifica radicalmente, quando novas representações substituem as antigas, ou mesmo quando uma linguagem simbólica do histórico, inteiramente nova, varre a precedente. A força de convencimento de uma linguagem histórica, com suas formas usuais de apresentação e modelos costumeiros de argumentação, deve ser sistematicamente reinstituída por meio da própria linguagem, se o discurso histórico deve ser renovado, em benefício de novas orientações. Ela desestrutura narrativas mestras e rompe com constructos categoriais, destruindo conceitos-chave, categorias e símbolos (RÜSEN, 2007, p. 55-56).

Compreendemos que os modos pelos os quais o regime militar reverberou em Inhumas-GO, apoiado no ideário de progresso, apresentam-se como reflexo da receptividade da sensação positiva, em uma perspectiva nacional.

Na história da ditadura, como sempre acontece, a coisa não foi linear, sucedendo-se conjunturas mais e menos favoráveis. Houve um momento de apoio forte – entre 1969 e 1974. Paradoxalmente, os chamados “anos de chumbo”. Porque foram também, e ao mesmo tempo, a “anos de ouro” para não poucos. O Brasil festejou então a conquista do tricampeonato mundial em 1970 e os 150 anos da Independência em 1972. Quem se importava que as comemorações fossem regidas pela ditadura? (ARRÃO, 2012, p. 34).

O amplo apoio civil ao regime pode ser exemplificado aqui com a própria fundação da vila 31 de Março e com a construção do Colégio Estadual Presidente Castello Branco. Tais exemplos são vistos como símbolos de alusão ao regime, pois ambas as construções foram realizadas entre 1968 e 1974, período que corresponde ao ápice da repressão e, paradoxalmente, aos anos de maior sensação de desenvolvimento que diversos segmentos da sociedade e indivíduos dizem terem experimentado, como no caso do nosso entrevistado em questão Antonio Domingues. Diante destes apontamentos,

Determinadas formas de consciência histórica, por exemplo, tendem a excluir ou a incompatibilizar-se com o pensar historicamente segundo essa definição, o que não quer dizer que deixam de manejar alguma compreensão do que é tempo, de onde vem e para onde vai (CERRI, 2011, p. 62)

O entrevistado em questão parece apresentar um nível considerável de formação³⁴ histórica. Por formação compreendemos que,

[...] é a capacidade de se contrapor à alteridade do passado, de levantar o véu da familiaridade que se tem com o passado camuflado na vida prática presente e de reconhecer o estranho, assim descoberto, como próprio. Formação é uma intensificação dos pressupostos da subjetividade no manejo cognitivo do passado (RÜSEN, 2007, p. 108).

Tais apontamentos implicam no fato de que há constituições narrativas de sentido em diversas perspectivas para distintos moradores. Ou seja, nem todos desconhecem a relação de continuidade entre os eventos aqui abordados. Neste caso, em relação aos eventos, o entrevistado apresenta ter uma consciência histórica mais consistente do que outros moradores analisados. Este realiza, de forma interligada, uma reflexão acerca de experiência, interpretação e orientação. Sendo que,

A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática (RÜSEN, 2007, p.110).

Compreendemos que as tipologias da consciência histórica propostas por Rüsen, como instrumento de aferição da constituição de sentido dos sujeitos, sejam fundamentais para nosso trabalho de investigação. Entretanto, não são suficientes para a compreensão do caso, pois, ao pensar grupos de sujeitos distintos dentro dos princípios de diferenciação, podemos confrontar com sujeitos que indicam um conhecimento histórico que o possibilite entender os câmbios temporais entre os três eventos aqui trabalhados. Muitas vezes, ao expor tal conhecimento, os entrevistados insistem em explicitar suas preferências políticas, tendentes ao conservadorismo, como um reflexo da consolidação da memória através de práticas comemorativas e discursivas com bases políticas e ideológicas.

A memória estaria, apresentando assim, seus efeitos adversos em relação à história de um período ditatorial, ressignificando e mistificando mazelas da ditadura militar em uma determinada região? É possível criar lacunas interpretativas que tornam os cidadãos alheios à sua própria historicidade? Sobre estas questões,

[...] é injusto dizer- outro lugar comum- que o povo não tem memória. Ao contrário, a história atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como quase toda memória. No exercício desta, absolve-se a sociedade de qualquer tipo de participação neste triste – e sinistro- processo. Apagam-se as pontes existentes entre

³⁴O entrevistado, Sr. Antonio Domingues, não foi questionado acerca do seu grau de escolaridade. No entanto, é funcionário público. Logo, compreendemos que seja alfabetizado. Além disso, aparenta ser uma pessoa que se informa sobre questões políticas.

esta ditadura e o passado próximo e distante, assim como os desdobramentos dela na atual democracia, emblematicamente traduzido na recente decisão do Supremo Tribunal Federal impedindo a revisão da Lei da Anistia. Varridos para debaixo do tapete os fundamentos sociais e históricos da construção da ditadura (AARÃO, 2012, p. 35).

Trata-se, ao nosso entendimento, de um exercício de memória celebrada visando manter a história de uma comunidade. Neste caso, essa festa usa História, contudo, não é a História,

Está embebida demais em emoção, afetividade, uma vontade subjetiva de pertencer ao mesmo corpo político, uma disposição clara de suspender o juízo crítico, para guardar qualquer semelhança com a racionalidade da ciência histórica. Está muito mais próxima da memória, mas não se trata apenas de lembrar o vivido, e sim de lembrar o que não se viveu, uma unidade que não se experimentou a não ser na imaginação, e uma imaginação que se constitui com os elementos informacionais e retóricos oriundos da ciência histórica. Trata-se de uma celebração de memória histórica, ou de uma história nacional (CERRI, 2006, p. 10).

Neste sentido, indagamos sobre as reais possibilidades da aprovação de um projeto de lei que vise alterar o nome 31 de Março e do Colégio Castello Branco, com base nas orientações da CNV. Por vários fatores, desconfiamos do insucesso de tal projeto, aos moldes de tantos outros que vem se consolidando em diversas regiões do país, como o projeto “Ruas de Memória” que abordaremos a seguir.

7 A reflexão sobre história e memória em relação às diretrizes da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Diante dos apontamentos expostos até aqui, concordamos com a pertinência em se pensar os modos pelos quais as instituições democráticas concebem e refletem o mesmo período que parece reverenciado nos festejos e nomes da vila 31 de Março, e que é “esquecido” pelos moradores. Sendo assim, destacamos a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi aprovada pelo Congresso Nacional, através da Lei n. 12.528, que foi sancionada por Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011³⁵. As justificativas contidas no relatório final da CNV para a criação desta comissão partem das premissas que:

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira.

³⁵ Informações obtidas no Capítulo I sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade (Volume I, p.20).

[...] A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos³⁶

Baseada na intenção de “assegurar o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridos durante a Ditadura Militar”, a CNV explicita, em suas diretrizes, a pretensão de contribuir para com as demandas de cunho histórico em relação ao período supracitado. A comissão se posiciona de modo a acreditar que lacunas ainda se fazem presentes em relação à historicidade que o cerca. Trata-se, de modo geral, de uma contribuição historiográfica em consequência da realização de investigações coordenadas por órgãos federais, como podemos ver no inciso 1 (um) do relatório inicial, que explicita os objetivos da CNV. Fica específico que,

1. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1964 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira.

Já o que consta no inciso 6, o relatório salienta que,

6. As ações da CNV visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático. No contexto da passagem do cinquentenário do golpe de Estado que destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, a CNV atuou com a convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade do país, conforme a “Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964”.

O inciso 7 realiza uma justificativa de conotação histórica. Isso, no sentido de que a reconstituição histórica de um determinado momento passado na sociedade brasileira reflete sobre a necessidade de se cobrar do Estado a validade dos direitos humanos. Não por menos as premissas se apoiam no desejo de fortalecer anseios democráticos. Fica registrado que,

7. A CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que, diante de múltiplos mecanismos da Justiça de Transição, criaram uma comissão da verdade para lidar

³⁶ Mensagem de 12 de maio de 2010 do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, no momento oficial em que encaminha o projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. Fonte: <http://www.cnv.gov.br/>.

com o legado de graves violações de direitos humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade. Ainda mais 1 – a criação da comissão nacional da verdade 22 quando a instituição da CNV ocorreu quase 30 anos depois do fim da ditadura militar, reafirmando a perspectiva de que a passagem do tempo não arrefece as obrigações éticas e jurídicas a que o Brasil está vinculado. O tempo também adquire relevância por permitir que a CNV se beneficiasse dos esforços permanentes tanto de vítimas e de seus familiares e amigos na busca de memória, verdade e justiça, como das instituições que a precederam e conduziram o Estado a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a CEMDP, a Comissão de Anistia e as comissões estaduais de reparação.

Em resumo, as prerrogativas explicitam o encargo de delegados ao Estado brasileiro, incumbidos, então, de garantir o direito à verdade e à memória, também por meio de reparação histórica. Essa perspectiva fica clara quando se considerarmos que, no inciso 53, o relatório destaca que,

53. Ao orientar seus trabalhos visando à efetivação do direito à memória e à verdade histórica, a CNV, respaldada na lei que a instituiu, procurou considerar o direito em sua dimensão coletiva, apresentando à sociedade brasileira a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, tornando públicos os locais, as estruturas, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de graves violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade. A CNV também promoveu esforços, igualmente com fundamento em sua lei de criação, para estabelecer a dimensão individual do direito à verdade, ao perseguir o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, esclarecendo, ainda, na medida do possível, a identidade dos autores.

Os trabalhos da CNV, em relação aos resultados de pesquisas realizadas após sua instauração, evidenciam o papel da história enquanto área do conhecimento que se apresenta portadora de subsídios informativos para com retratação de ações pretéritas. Nesse sentido, não se realiza simplesmente um trabalho de cunho historiográfico, mas um movimento de perspectiva humanista³⁷. Desse modo, o direito ao “acesso a verdade” e ao cultivo da memória relaciona: ditadura militar, CNV e História enquanto reconstrução do passado.

Em face do exposto, nos atentamos para alguns programas que surgiram com bases nas diretrizes da CNV. Partindo dessa premissa, eclodiram em algumas regiões do país movimentos que visam resgatar, discutir e conservar a memória acerca da ditadura, bem como refletir acerca das heranças do regime militar que insistem em confrontar espaços públicos e anseios democráticos contemporâneos. Estas questões vêm se formando por meio de ações que sugerem repensar nomes de logradouros, praças, ruas e bairros que homenageiam agentes

³⁷ Conforme Rösen (2015, p. 25), compreendemos humanismo como “um recurso fundamental e uma referência para a natureza cultural dos humanos na orientação da vida humana. Suas dimensões empíricas e suas normativas são universais. Ele inclui a unidade da humanidade, bem como a sua manifestação de varias formas de vida e as mudanças culturais”.

da ditadura. São muitos os registros, pois tal prática de homenagem foi bastante presente no governo ditatorial.

Partindo da justificativa que a administração pública não pode homenagear sujeitos que afrontaram a garantia das pessoas aos seus direitos basais, em São Paulo, por exemplo, foi lançado, em 13 de agosto de 2015, o projeto Ruas de Memórias. A iniciativa ao projeto foi coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que tem como objetivo retirar nomes de violadores de direitos humanos de ruas na capital paulista³⁸. De modo geral,

O programa “Ruas de Memória” segue a linha de recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e a recomendação 29 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014. O programa parte da compreensão de que, além das graves violações a direitos individuais e coletivos, a ditadura militar também interferiu opressivamente no espaço público, a fim de conter possíveis focos de resistência, proibindo reuniões e manifestações políticas. Na mesma linha, logradouros e equipamentos públicos foram nomeados em homenagem a agentes oficiais e civis que apoiaram a política autoritária e que cometeram crimes de lesa-humanidade, enaltecendo símbolos da repressão e fomentando valores antidemocráticos como referências às novas gerações que circulam diariamente na cidade³⁹.

Segundo Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo que sancionou o referido projeto de lei, sua finalidade é:

[...] celebrar a vida daqueles que se dedicaram à democracia e que lutaram pelas liberdades individuais no nosso país, substituindo o nome daquelas ruas associadas ao período de arbítrio, ao período da violência que reinou no nosso país durante mais de 20 anos. É um resgate importante, uma reafirmação do compromisso de São Paulo com os valores democráticos. E tudo isso será feito em comum acordo com a comunidade.

Esta proposta apresenta-se como uma “orientação” da CNV. Trata-se de uma orientação que vêm sendo acatada em várias regiões do país. O programa tem como referência movimentos eclodidos na Alemanha em relação ao nazismo, na África do Sul frente ao *Apartheid*, assim como os regimes ditatoriais na América do Sul, como no caso do Uruguai, Argentina, Chile e outros países que enfrentaram o autoritarismo de forma intensa, a partir da segunda metade do século XX.

Além destas justificativas, concordamos com Augusto e Demeneck (2014, p. 12) no ponto que, existe também na filosofia da História, uma preocupação ética sobre a relação com os conhecimentos históricos. Assim,

³⁸<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/ato-de-lancamento-do-projeto-ruas-de-memoria-ocorre-amanha-em-sao-paulo-2555.html>

³⁹ <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5914#ad-image-0>

Pensando especificamente no caso da escolha de nomes de logradouros, não seria eticamente coerente escolher o nome de um torturador para uma homenagem pública. Lembrar o nome de um torturador em uma comissão que recupera informações sobre períodos em que se cometeram crimes contra a humanidade é, por outro lado, muito coerente. Um depoimento de um sujeito que sofreu torturas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil é um enunciado importante para a História do país.

Dentre vários exemplos do efeito de algumas destas ações, destacamos um caso que se deu em 2016, no município de Dom Cavalcanti, no estado de Minas Gerais. Como mostra a figura 23 (abaixo).

Figura 23: Cancelamento da homenagem seguido da retirada do busto do ex-ditador Humberto de Alencar Castello Branco



Fonte: Fato ocorrido em Dom Cavalcanti – MG, em novembro de 2016.

Foi aprovado em Dom Cavalcanti-MG, por meio de decreto de lei, o cancelamento da homenagem à figura do general e ditador Humberto de Alencar Castello Branco, seguido da retirada do busto que a representava. O momento da retirada, segundo a reportagem⁴⁰ que utilizamos, foi acompanhado de aplausos da população local. Isto denota que o monumento rememorava fatos que remetiam às práticas da ditadura que alguns sujeitos, não alheios à história política do país, de alguma forma rejeitavam.

⁴⁰Fonte: <http://www.durvalangelo.com.br/site/prefeitura-de-dom-cavati-cancela-homenagem-a-marechal-castello-branco/>

As experiências dessa natureza realizadas até o momento apresentam, na maioria dos casos, certa concordância da população com a mudança dos nomes de espaços e monumentos ligados aos agentes da ditadura militar. Principalmente, ao que se refere ao eixo Rio-São Paulo, salientando também casos semelhantes no Sul do país. Anterior às mudanças efetivas de nomes e representações, debates e reflexões com participação da população local vêm sendo fomentados. Promove-se também a participação pública para a escolha do novo nome que substituirá o anterior. Geralmente, as indicações dos novos nomes levam em consideração a atuação de sujeitos que, de certa forma, lutaram pela manutenção dos direitos humanos durante o regime e que, devido a isso, foram perseguidos, torturados e assassinados.

Entendemos que tal proposta é pertinente para que a população reflita sobre um dos episódios mais importantes da história de seu país e provocam momentos positivos de instabilidade no cotidiano das pessoas em relação à sua cidade, seu bairro, escola ou sua rua. Os nomes, quando questionados tornam-se não somente uma forma de identificação da localidade, pois ganham para além dessa simples utilidade, uma dimensão histórica que implica também na identidade dos sujeitos que se confrontam diariamente com os espaços nos quais essas homenagens memorialísticas têm lugar.

No entanto, com base em alguns fatores elencados pela investigação, desconfiamos do sucesso ou aprovação de projetos de lei dessa natureza no caso da vila 31 de Março, em Inhumas-GO. Destacamos entre estes fatores, as relações de poder que se estabeleceram com a fundação do bairro e, os eventos ali realizados durante muitos anos, além do tradicionalismo também presente. Conforme Cerri:

Muita dessas ideias que se enraízam no senso comum podem acabar se tornando limitações ou dificuldades para a realização de projetos coletivos de pessoas, regiões e países, pois algumas delas assumem forma de preconceitos, no sentido de percepções preconcebidas, que passam a implicar rupturas com um grande sistema de significados e identificações (CERRI, 2011, p. 62).

Consequência disso, é a satisfação que os moradores demonstram ao pronunciarem o nome “vila 31 de Março”. De fato, os moradores não manifestam apenas o orgulho de residirem no setor, mas até mesmo ao ato de pronunciar o nome da “vila 31 de Março” no seu dia a dia. Para ilustrar esta situação, levamos em consideração a fala da professora Ana Maria, quando indagada se os moradores dali sentem orgulho de dizer que moram naquele local. Ela responde: “Eu Gosto! Gosto de preencher meus documentos toda vez... Quando pergunta qual o endereço? Eu respondo 31 de Março. Todo mundo sabe onde é 31 de Março” (Ana Maria).

Outra recorrência é o fato de que até mesmo os moradores dos bairros circunvizinhos à vila têm por costume mencioná-la como referência. Perguntada se tal fato procedia, a

moradora Nilva Ribeiro responde: “Exatamente. Daquela esquina lá, lá é Raio de Sol, ai falam: ‘Moro na 31’. Aquela rua lá é Ana Nery, para lá, ai falam: ‘Moro na 31’. Dá o endereço” (Nilva Ribeiro).

Tais recorrências são fomentadas, em grande parte, pela saturação da memória dos sujeitos devido à sua conveniência na sociedade, o que dificulta o estabelecimento de reflexões mais densas acerca da ditadura militar.

8 O desconforto do fato histórico: Primeiro você silencia depois ressignifica

Diante desta situação, consideramos interessante problematizar tomando como base algumas orientações do relatório final comissão da CNV, assim como as experiências do projeto “Ruas de Memória”, da Prefeitura de São Paulo. Isso, de forma simulada e visando registrar a reação dos moradores diante da suposta aplicação do projeto na vila 31 de Março. Para tanto, decidimos entrevistar mais uma professora moradora da vila. Como vimos anteriormente, a elaboração de projetos de lei que visam substituir o nome de espaços que fazem referências à ditadura militar sugere a realização de debates públicos com a participação da sociedade, no caso da vila 31 de março, a participação de seus moradores.

A professora entrevistada para tal experimentação mora na vila 31 de Março há trinta e seis anos, e disse residir desde muito jovem no setor. Formada em Letras, leciona em um colégio da rede estadual da cidade de Inhumas-GO. Em aspectos gerais sobre o perfil da entrevistada, tivemos referências de que ela é reconhecida por sua postura combativa em relação a ações a que afrontam a plenitude do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos e da igualdade entre gêneros. No primeiro momento, perguntamos à professora se ela havia participado das comemorações do aniversário da vila 31 de Março. A resposta foi: “Na época a associação de moradores era forte. A associação de moradores aqui da vila 31 era bem forte. Portanto, ela já foi referência. O aniversário da vila 31 era quase como um evento na cidade” (Isabel Duarte).

A primeira conclusão que podemos tirar da narrativa exposta é novamente o reconhecimento da atuação da associação de moradores do bairro. Outro ponto perpassa pela forma que a professora pronuncia o nome do setor. É bastante comum entre a população inhumense a abreviação do nome para “vila 31” ou até mesmo “trinta e um”, com exceção de casos que necessita de certo grau de formalidade. Expusemos este fato, pois entendemos que pode reforçar nossa ideia de inconsistência e não consciência da representatividade histórica do original “31 de Março”.

De antemão, sabíamos que a professora é uma moradora que não raro expressa sua satisfação em residir no bairro. Pedimos que a entrevistada nos falasse sobre sua relação com o cotidiano do local. Como foi feito em outros casos, indagamos à professora se ela concebia a vila 31 de Março como um setor diferenciado dos demais da cidade. Sobre isso, ela afirmou que:

Sempre achei a 31 diferenciada. Tanto é que a 31, aonde você vai, todo mundo conhece a vila 31. Principalmente a associação de moradores, que projetou algumas pessoas em âmbito político, já tiveram vereadores que surgiram da própria associação. Enquanto bairro que é referência aqui entre os outros... a tradição, a própria capelinha ali, com as 'quemércias'. Nós já tivemos um grupo de jovens muito forte aqui, um coral [...] Tanto é que, a vila 31 parecia uma cidade dentro de outra cidade. Quando era permitido show no comércio, eles deixavam de levar os shows para o centro da cidade e traziam para a 31 (Isabel Duarte).

De modo geral, a entrevistada expressa um sentimento que pode ser compreendido como da maioria dos entrevistados, no que se refere ao orgulho de pertencimento. Ao mesmo tempo, alinha sua resposta com outras já expostas, no que se referem às práticas realizadas no setor, quase com exclusividade. A entrevistada afirma, ainda, como outros sujeitos analisados, que a vila 31 de Março “parecia uma cidade dentro de outra cidade”. Reconhecendo a capacidade de argumentação da professora e, considerando a sua representatividade na vila e seu conhecimento da história e do cotidiano do bairro, concordamos em questioná-la em relação às orientações da CNV. Para isso, perguntamos à professora se ela tinha consciência de que os fundadores da vila 31 de Março batizaram o setor e o colégio ali localizado de forma a exaltar o Golpe de 1964 e ao primeiro ditador do regime militar. Sobre isso, afirmou que:

Eu só fui ter ciência disso ai, acho que, sei lá, quando fui estudar História mais afundo mesmo depois de muitos anos. Em 2010, mais ou menos. Eu fui saber disso, numa conversa informal que teve quando eu fui trabalhar no Ary Valadão (trata-se de uma unidade escolar em Inhumas), e o professor Gleidson um dia, citou alguma coisa desse tipo, e ele falou, contou por auto essa história. Isso ai tem pouco tempo (Isabel Duarte).

Os apontamentos feitos pela professora indicam que, como grande parte dos moradores da vila 31 de Março, ela não estabelece relação entre o nome do bairro e o Golpe de 1964. Sua afirmação evidencia a ausência de debates densos sobre o caso, quando expõe que soube do fato recentemente e de modo informal. Questionada se, na opinião dela, os moradores da vila 31 de Março tem consciência do fato exposto, a professora responde: “Jamais você vai ligar o nome. Parece que o nome é bem mais forte do que o porquê do nome,

a referência histórica. Mais afetivo, entendeu? Afetividade com o nome 31 de Março” (Isabel Duarte).

Assim, perguntamos à entrevistada sobre a sua posição caso fosse elaborado um projeto de lei que visasse a alteração do nome do setor e do colégio Presidente Castello Branco. Sobre isso, a professora defendeu:

Eu sou a favor da troca do nome da escola. Mas do bairro não. Por causa que o bairro é esta questão que eu falo, separou-se muito. Mas a escola sim, acredito que o nome da escola né... Passando de hora já, nem deveria. Mas, o nome do bairro por ser mais afetivo o próprio nome carregar em si, simbolizar essa história que a gente tem. Eu enquanto moradora, eu não aprovaria. Eu acredito muito que a maioria não aprovaria (Isabel Duarte).

A entrevistada não nega por completo a possibilidade da aplicação de um projeto de lei aos moldes do projeto “Ruas de Memória”, da prefeitura de São Paulo. No entanto, ressalta que é a favor da mudança do nome do colégio e não da mudança do nome do setor. Ela compreende que tal alteração no colégio geraria menos impacto que no nome da vila. Sobre esta questão, recorremos às considerações de Cerri (2011):

Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente sentido como instante fugaz. Ao perdemos a diferenciação temporal, não só rumamos para o que Virilio chama de “memória imediata”, ou ausência de profundidade do passado, mas também perdemos a profundidade do futuro com possibilidade de inscrição humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas. Em outras palavras, perdemos o sentido da cultura como ação histórica (CERRI, 2011, p. 64).

Adiante, reconhece a relação entre o “31 de Março” e o Golpe de 1964, entretanto não demonstra que esse fato influenciou seu posicionamento em relação a uma possível aplicação do projeto de lei. Isto fica claro quando afirma que:

Mesmo sabendo de tudo, da história... O nome do bairro, eu não aprovaria. Não pelo fato, por mais que o nome remeta a isso, mas porque o nome do nosso bairro já ultrapassou os limites do que seria a própria história. Eu fico até triste em falar isso, mas eu não consigo, sabe? A minha afetividade é bem maior do que o próprio problema, entendeu? Eu sou nascida e criada aqui. Quando você vai falar, por exemplo: “Ah, você conhece a professora Isabel? Da 31?” Então é muito alguém se você ultrapassa o limite do próprio nome e da referência (Isabel Duarte).

Esta resposta é de extrema importância para as conclusões da pesquisa, pois representa mais uma rara relação estabelecida entre a vila 31 de Março e a ditadura militar, de forma mais consistente que os demais. Porém, o fato de que há esta relação não implica ou influi na forma que a entrevistada concebe as experiências cotidianas do bairro. Nesse sentido, seria melhor considerar que a vila 31 de Março é uma comunidade de memória, visto que a

professora afirma que, mesmo sabendo da questão histórica, sua “afetividade é bem maior do que o próprio problema”. Dessa forma, ela sintetiza, ao nosso entendimento, uma posição quase total dos moradores da vila 31 de Março, como ela mesma sugere em sua fala.

Assim, compartilhamos das mesmas inquietações de Cerri (2006) quando salienta que a questão não é nova e se o pensamento racional da ciência Histórica tem algo a contribuir para a formação de uma consciência histórica verdadeiramente auto-suficiente, autonomista, crítica ou,

[...] se isso pode ser ensinado, mais uma vez que o que se fixa efetivamente nas crianças é aquele conteúdo dotado de emoção, de afetividade, de pertencimento, de vida. E, ainda, se pode ser útil para a construção de uma vida melhor para todos, ou se será capaz de conduzir ao oposto disso, que é uma inação política, um individualismo, um cinismo paralisante da esfera pública, sobretudo nos tempos "pós" em que vivemos (CERRI, 2006, p. 19).

Ao mesmo tempo, continuamos a questionar sobre as chances de a História vir a deixar de ser refém da memória nesta localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa concentramos nossas investigações em relação à Didática da História como disciplina científica. Procuramos neste trabalho, atentar-nos para o movimento de ampliação do campo de abordagem desta área, bem como da definição do seu objeto de pesquisa, a consciência histórica. Não obstante, levamos em consideração a formação dessa consciência por meio da influência dos usos públicos da história. Desse modo, investigamos a cultura histórica predominante nas orientações do agir de um determinado grupo de sujeitos.

Assim, apresentamos o caso da vila 31 de Março em Inhumas-GO, sua historicidade, seus eventos e sua tradição. As investigações sobre esse bairro exemplificaram os reflexos de projetos políticos de âmbito nacional, que reverberaram e se consolidaram em municípios interioranos como Inhumas-Go. Neste caso, em ênfase o Golpe Civil-Militar de 1964 e o regime totalitário que se instaurou no país em sua consequência.

A Ditadura Militar Brasileira buscou legitimar e sustentar a sua vigência por meio das mais variadas ações e, algumas delas, acenderam-se em práticas culturais que mesmo hoje, encontram-se presentes em meio ao cotidiano dos brasileiros. Acontece também que, a ditadura não se apresentou de forma homogênea por todo o território nacional. Compreendemos que as tensões provocadas pelo autoritarismo, ocorreram de forma mais intensa nos grandes centros urbanos. Com exceção de algumas regiões abastadas das capitais, onde se fizeram evidentes focos de insurreição, luta armada dentre outras formas de contestação ao regime. Por outro lado, em regiões tipicamente interioranas, o regime ditatorial pode ter repercutido de forma “amena”, acarretando efeitos positivos em relação à interpretação histórica deste período. Em nossas análises, esta situação pode decorrer de alguns fatores apresentados na investigação. Neste caso, a pesquisa voltada ao município de Inhumas-GO e alguns eventos ocorridos na mesorregião do Centro-Goiano, antes, durante e após a ditadura.

Uma das principais conclusões apontadas pela investigação evidencia que a vila 31 de Março, um dos bairros mais tradicionais da cidade de Inhumas, exemplifica de forma viva algumas destas práticas que visavam legitimar e dar sustentabilidade ao regime. Nesse sentido, elencamos a materialização do discurso conservador no cotidiano do bairro. A pesquisa evidenciou a prevalência do projeto conservador no município, reflexo dos anseios dos grupos dominantes que se alinharam com os projetos da ditadura. As referências feitas a

agentes e elementos típicos do autoritarismo ainda se confrontam nos dias de hoje com espaços democráticos. Estes “entulhos do autoritarismo” são quase sempre silenciados, e tendem a passar despercebidos para muitos cidadãos.

No município de Inhumas-GO e região, a historiografia e os debates sobre o período que compreende a ditadura militar são demasiadamente escassos, se levado em conta que foi uma realidade a simpatia e alinhamento de segmentos da sociedade inhumense, que compactuaram com a ditadura. Entendemos que estes grupos beneficiaram-se de forma política, econômica e social dessa relação. Com base nestes pressupostos, acendeu-se a necessidade de realizar uma investigação histórica sobre essa questão, que até então, por razões de ordem políticas e de relações de poder não foram amplamente debatidas.

Na primeira parte da pesquisa estabelecemos uma breve discussão acerca do movimento de ampliação do campo de abordagem da Didática da História. Apresentamos neste momento, os modos pelos quais a história se configura em pensamento científico, como também, as diversas maneiras que o pensamento histórico se faz presente no cotidiano social e a sua receptividade pelos indivíduos. Assim, justificamos a pertinência da investigação apresentada.

Mais adiante, por meio da análise iconográfica enfatizamos a capacidade de organização dos moradores deste bairro e da capacidade de mobilização política desta comunidade, sintetizada na atuação da Associação de Moradores da vila 31 de Março. A este respeito, em alguns momentos apresentamos a historicidade do bairro através de uma narrativa em primeira pessoa. Escolhemos este formato, pessoal e subjetivo, com base na relação do pesquisador com o caso, visando apresentar ao leitor dois momentos distintos; o primeiro momento, o pesquisador enquanto simples sujeito que se relaciona com o bairro investigado.

Nesta primeira exposição, apresentamos os fatos de forma subjetiva e descompromissada de qualquer tipo de atribuição de sentido histórico em relação ao caso. Este exercício leva em consideração uma das hipóteses levantadas na investigação. A princípio, acreditávamos que em uma perspectiva majoritária, os moradores da vila 31 de Março, tanto quanto os inhumenses de modo geral, não obtinham conhecimento sobre a historicidade do bairro investigado. Nesse sentido, nos consideramos inclusos a este grupo de indivíduos que não atribuía algum sentido histórico ao caso.

Já na segunda parte, se fez presente a postura do sujeito que se reconhece em meio a sua historicidade. Neste caso, imbuído de conteúdo histórico, nos posicionamos de forma a

estabelecer um estranhamento em relação ao cotidiano do bairro vizinho. Justificamos esta questão pelo fato de que, o historiador enquanto sujeito que reflete suas ações no campo da Teoria da História, têm a possibilidade e a capacidade de realizar este deslocamento, ora enquanto sujeito que participa, ora enquanto sujeito que observa através do “olhar empírico”.

Fundamentamos a segunda etapa da pesquisa a partir do pressuposto que, há um conjunto de motivações ante o agir dos homens. Neste caso, procuramos compreender as motivações que levaram alguns sujeitos a dedicarem homenagens ao regime militar na região. Evidenciamos por meio da análise das fontes, a consolidação de uma pequena elite “político-latifundiária” de orientações conservadoras, grupo dominante e influente no município desde a sua fundação, com base em suas posições sociais e econômicas.

O jornal A Voz Inhumas se apresentou como fonte histórica que explicitava as ações destes grupos, apontando em suas reportagens elementos que denunciava a simpatia e a difusão do pensamento conservador na região e as relações de clientelismo ocorridas no município e que, de certa forma, ainda são presentes em Inhumas. Além destes apontamentos, evidenciou-se que estes mesmos sujeitos foram os principais responsáveis pela elaboração da homenagem ao regime ditatorial materializado na vila 31 de Março.

Outra questão pertinentemente refere-se à forma pela qual a sociedade inhumense se portou frente o advento do golpe. Diferente do município vizinho, a cidade de Itauçu-GO, onde evidenciou-se organização e luta das Ligas Camponesas pela posse da terra, Inhumas não presenciou tensões políticas de grande repercussão durante a ditadura. Não queremos dizer que não houve contestações ou oposição por parte de alguns sujeitos; mas sim evidenciar que, diferente do município vizinho, Inhumas transpareceu estar mais alinhada aos anseios do regime militar. Pelo menos por parte da elite local da época, que encontrou na ditadura projetos políticos correspondentes às suas pretensões.

No terceiro e último capítulo, concentramos nossos esforços em compreender a consciência histórica predominante entre os moradores. A este respeito, nos deparamos com uma situação recorrente para aqueles que produzem pesquisa no campo da Didática da História. Trata-se, das dificuldades em se estabelecer uma metodologia de abordagem própria, que corresponda às fundamentações metateóricas desta área da Ciência Histórica. Neste caso, tomamos por créditos algumas fundamentações da história oral. No entanto, reconhecemos a complexidade de aferir sobre as narrativas coletadas, pois, as mesmas fornecem inúmeros elementos passíveis de análise.

As conclusões desta parte referem-se ao fato de que, os moradores da vila 31 de Março que participaram desta pesquisa não relacionam a fundação do bairro com determinadas práticas da ditadura militar. Exceto alguns casos infrequentes e específicos, que por alguma formação histórica ou consciência histórica mais “complexa”, estabeleceram narrativas que apresentaram uma relação e continuidade entre os eventos. Compreendemos que este é um problema a ser resolvido por outras pesquisas. No entanto, algumas questões pudemos observadas com clareza.

Majoritariamente, a não atribuição de sentido histórico por parte dos moradores deve-se, por um lado, ao fato de não terem consciência histórica crítica, que possa oferecer subsídios informativos que possibilitem uma interpretação mais consistente sobre a história do bairro. Por outro lado, este não relacionar está ligado ao ato de negar essa potencial relação. Em alguns casos, essa negação se dá pela ação de afastar os eventos, estabelecendo uma distinção entre os mesmos. Noutros, silenciando discussões que poderiam estabelecer uma reflexão crítica ao caso e, conseguinte, causar um desconforto “identitário” na comunidade. Por fim, percebemos nas entrevistas que, quando abordados sobre o assunto, os moradores estabelecem narrativas que se configuram em silenciamento ou ressignificação. Contudo, não notamos de forma consistente, narrativas que viessem a transparecer espanto ou repúdio sobre a homenagem à ditadura.

Um segundo ponto, alude à questão do discurso conservador presente em meio a esta comunidade. A inconsciência e o silenciamento de grande parte dos moradores frente à historicidade do bairro contrapõem-se em relação a algumas narrativas produzidas por moradores que, denotam terem consciência da relação do bairro com a ditadura militar. De fato, verificamos que alguns moradores, mesmo que em pequeno número, interpretam que a historicidade do caso está diretamente ligada ao contexto do Golpe Civil-Militar de 1964, assim como o regime ditatorial que dele decorreu.

Em relação a estes casos nos quais observamos a manifestação da consciência acerca da historicidade do caso, destacamos que, destes, ficou evidenciado sujeitos que, mesmo conscientes das motivações que levaram às homenagens, ressignificam essa potencial relação visando afastar a identidade do bairro supracitado com as práticas do regime militar. Por outro lado, percebemos também a simpatia e aprovação de sujeitos que dizem terem vivenciado uma época de ordem, progresso, patriotismo e da moral-cívica, concomitante com a vigência da ditadura. No segundo caso, concordamos que a aprovação ao regime ditatorial está relacionada à sensação do “mito do progresso” presente na memória de alguns moradores.

Com base nestes apontamentos, avaliamos as dificuldades em se pensar a elaboração e aplicação no município, de projetos como o “Ruas de Memória” da prefeitura de São Paulo. Projeto que objetiva realizar debates públicos em busca da conscientização e, conseguinte, a possibilidade (ou não), do cancelamento da homenagem e da alteração do nome que identifica o bairro, assim como o nome do colégio ali localizado.

A ideia é de que, até o momento, por motivos da tradição, da força e conveniência da memória e das relações de poder instituídas no bairro e na cidade, dentre outros fatores, dificulta e torna complexa a realização desse projeto na cidade e no bairro investigado. Acreditamos que projetos como estes são mais fluentemente aceitos e debatidos nos grandes centros urbanos, onde a ditadura militar se fez de forma mais intensa e coercitiva. Portanto, ao nosso entendimento, fatores regionais e particulares influenciam na consciência histórica dos sujeitos frente à interpretação e atribuição de sentido do período do qual vigorou o regime militar.

Concordamos que o ponto crucial da pesquisa refere-se à escolha do objeto investigado. Sabendo que a ditadura militar não se apresentou de forma homogênea no país, salientamos a importância e a necessidade de se estabelecer abordagens em perspectivas “micro-estruturais”, investigando os “micro-universos”, que podem fornecer elementos para uma interpretação mais profunda sobre as particularidades deste período.

Por fim, intencionando a continuidade destes debates em um projeto futuro, refletimos sobre o papel social do historiador. Concluímos a pesquisa destacando que, diante de algumas manifestações da memória sedimentada, da ressignificação e romantização do passado, do silenciamento que camufla as ações pretéritas dos grupos dominantes da região, são por estes e outros motivos que este período da história nacional deve ser debatido de forma abrupta e racional. De modo que, a força interpeladora e radical do conhecimento histórico ao ser exposta, atinja o âmago dos indivíduos de forma intensa (SADDI, 2016) e que os debates fundamentados nos fatos e nas fontes venham a suscitar estranhamento em meio aos cidadãos inhumenses em relação a um passado cruel, mas que na região está há anos romantizado, silenciado, mas ainda presente.

REFERÊNCIAS

ACTA SCIENTIARUM. **Education/ Universidade Estadual de Maringá**, - Vol. 32, n.1 (Jan-June/2010)—Maringá: Eduem, 2010.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/** Benedict Anderson ; Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª Edição – 2006 – HUCITEC.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/** Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ,2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos /** Circe Maria Fernandes Bittencourt – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009- (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Itauçu: sonhos, utopias, e frustrações no movimento camponês. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/BORGES_Elisabeth_Maria_de_F_tima.pdf Acesso em: 25/05/2017

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos /** Ecléa Bosi. – 3. Ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A Escrita a história: novas perspectivas /** Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica)

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). **Domínios da História Ensaios de teoria e metodologia** -5ª Edição. © 1997, Editora Campus Ltda.

CERRI, Luis Fernando. **Usos Públicos da História: Demandas sociais e políticas de Estado -** Araucaria Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades - n° 15, Abril de 2006, págs. 03-19.

_____ Educ. Real. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set./dez. 2012.

_____ **Ensino de História e consciência histórica** – FGV de Bolso. 2011.

DOMINGUES, Ivan. **O fio da trama: reflexões sobre o tempo e a história /** Ivan Domingues. – São Paulo; Iluminuras Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** Novos estudos. São Paulo, CEBRAP, n.º 77, PP. 73-89, março de 2007.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** IN. Ver. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

HALBWACHS. Maurice.. **LA MEMOIRE COLLECTIVE** (2.a ed.) Presses Universitaires de France Paris, França, 1968. © 1950. Presses Universitaires de France Tradução de Laurent Léon Schaffter. Produção Editorial: Afro Marcondes dos Santos Produção Gráfica: Enyl Xavier de Mendonça Capa: RTARTE © desta edição: 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos;** tradução do original alemão Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

LAVILLE, Crhistian. **Em educação histórica, a memória não vale a razão!** Educação em Revista; Junho 2005 – Belo Horizonte-MG. N.41.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Copyright, 1990 Storia e Memória Giulio Einaudi Editora; Unicamp.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985).** IN. Ver. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 182 - 206.

MENESES, Sônia. **Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia.** IN. Ver. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MIGUEL, Alessandro S./ MIGUEL, Luciano S. e MIGUEL, Jamil. **Instantes da História de Inhumas** – Goiânia: KELPS, 2003, p. 324.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História, Vida e Memória do Legislativo Inhumense /** Cleumar de Oliveira Moreira e Gleidson de Oliveira Moreia – Goiânia: Kelps, 1988.

MOREIRA, Gleidson de O. **Metáforas do Progresso: a dinâmica municipal;** Goiânia, kelps, 2004.

A cidade pela fotografia – Goiânia Kelps, 2006.

NORA, Pierre. Entre a história e a memória – **A problemática dos lugares.** In, Les Ileux de Mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto. História, São Paulo, (10), Dez. 1993.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida.** Col. Grandes Obras do Pensamento Universal- Vol. 88. Escala. Tradução: Antônio Carlos Braga e Ciro Mioranza.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade.** Estudos históricos, Rio de Janeiro; vai. S. o. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O “milagre” brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In: FERREIRA, Jorge e DELAGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3. Ed. Rido de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 207-241.

RANGEL, Marcelo de Mello; ABREU, Marcelo Santos; SILVA, Rodrigo Machado (Orgs.). Anais do 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto. Ouro Preto: EDUFOP, 2014. (ISBN: 9788528803372)

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**; organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro, F. Alves, 1990.

_____. **Tempo e narrativa (tomo 1)** / Paul Ricoeur; tradução Constança Marcondes Cesar – Campinas, SP: Papyrus, 1994.

_____. **A memória, a história, o esquecimento** / Paul Ricoeur – tradução: Alain François [ET AL]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1 Reimpressão. Brasília: UnB, 2010a. 1 Reimpressão

_____. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V. 1, n.2, p. 07 – 16. Jul-dez. 2006

_____. **Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. 1 Reimpressão Brasília: UnB, 2010b.

_____. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

_____. **Humanismo e Didática da História**. Organização e tradução de Maria Auxiliadora Schmidt. [etal.] – Curitiba: W. A. EDITORES-2015. – 161p. : 23 cm.

Revista de História da Biblioteca Nacional- Ano 7; n. 83/ Agosto 2012. SABIN – Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional.

SADDI, Rafael. **Didática da história na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da Neu Geschichtsdidaktik na Alemanha e os desafios da nova didática da história no Brasil**. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 133-147 - jul./dez. 2014.

SADDI, Rafael. **O Estado de Suspensão na aprendizagem histórica: a força estética do conhecimento histórico na instauração de um momento sublime de consciência histórica - História Hoje**. IN.Revista de História e de Ensino- Vol. 5, n.9 (2016) – AMPHU. Disponível em: <https://rhj.anpuh>.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Jovens brasileiros, consciência histórica e vida prática- Young Brazilians, historical consciousness and practical life**. Revista História Hoje, v. 5, nº 9, p. 31-48 – 2006.

SILVA, Karinne Machado. **Álbum da Cidade de Goiânia**: Visualidade documental (1933-1940). Goiânia: PUC – GO/Kelps, 2012. 106 p. – (Coleção em Prosa em Verso).

WERTSCH, James V. **Texts of Memory and Texts of History**. Washington University, St. Louis. 2012.

YOUTUBE. Aniversário da Vila 31 de Março – Depoimento de Flávio Henrique Silva. 2014 [internet] Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WVBghkHmwFA>>. Acesso em: 28/02/2017